



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

# Finanças locais

## RAA - 2014





## Índice

<b>0. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES .....</b>	<b>6</b>
Caracterização Geral .....	6
<b>2. TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS .....</b>	<b>10</b>
<b>3. RECEITAS MUNICIPAIS .....</b>	<b>13</b>
3.1 Fluxo global de receitas e despesas – saldos orçamentais .....	13
3.2 Estrutura e evolução da receita .....	17
3.2.1 Receitas Próprias.....	19
3.2.2 Fundos do Orçamento do Estado .....	23
3.2.3 Fundos Comunitários .....	28
3.2.4 Empréstimos .....	30
<b>4. DESPESAS MUNICIPAIS .....</b>	<b>32</b>
4.1 Estrutura e evolução da despesa .....	32
4.2 Pessoal.....	35
4.3 Aquisição de bens e serviços.....	37
4.4 Serviço da dívida .....	41
4.4.1 Juros .....	41
4.4.2 Amortizações.....	42
4.5 Investimento .....	44
4.6 Transferências .....	51
<b>5. EXECUÇÃO PATRIMONIAL .....</b>	<b>54</b>
5.1 Resultados do exercício .....	54
5.2 Balanço.....	60
5.2.1 Ativo .....	60
5.2.2 Passivo e evolução do endividamento.....	67
5.3 Rácios .....	78



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

<b>6. FREGUESIAS.....</b>	<b>83</b>
6.1 Fluxo das receitas e das despesas.....	83
6.2 Receitas das freguesias .....	85
6.3 Despesas das freguesias.....	88



## Glossário

AM – Associações de Municípios

AMIP – Associação de Municípios da Ilha do Pico

AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel

AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores

CM – Câmaras Municipais, ou Municípios

CP – Curto Prazo

DGAL – Direção geral das Autarquias Locais

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias

JF – Juntas de Freguesia, ou Freguesias

MLP – Médio e Longo Prazo

m.e. – Milhares de euros

M€ - Milhões de euros

OE – Orçamento de Estado

PAEL – Programa de Apoio à Economia Local

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

RAA - Região Autónoma dos Açores

SEL – Setor Empresarial Local

SM – Serviços Municipalizados

SMAH – Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo

SMPD – Serviços Municipalizados de Ponta Delgada



## 0. INTRODUÇÃO

No âmbito das suas competências na área das finanças locais, a DROAP elabora, anualmente, um relatório sobre a situação financeira das autarquias locais. Para o efeito, utiliza os documentos de prestação de contas enviados pelas autarquias ou disponibilizados nas respetivas páginas de internet. Nos termos da legislação aplicável (POCAL (Plano oficial de contabilidade das autarquias locais) e RFALEI (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais)), os documentos de prestação de contas devem ser disponibilizados até 30 dias após aprovação pelos respetivos órgãos executivos o que, na prática, significa até ao final de maio. Posteriormente os documentos são analisados, validados com os elementos introduzidos pelas autarquias na plataforma eletrónica da DGAL (SIIAL) e introduzidos em bases de dados Excel, que servem de suporte ao referido relatório.

No ano de 2014, considero ser importante destacar o seguinte:

- Uma redução de 2,8% na receita total dos municípios, que em 2014 somou 176 M€;
- Uma redução de 3,0% na despesa total dos municípios, cujo total foi de 172 M€. As despesas de pessoal aumentaram 3,2% e as despesas de investimento, direto e indireto, diminuíram 6,1%.
- A dívida de médio e longo prazo diminuiu 0,4% e a de curto prazo, que já tinha sofrido uma redução de 46% no ano anterior, volta a reduzir 33,7%, mantendo-se a tendência de decréscimo deste tipo de endividamento, conseguida em parte, mediante a conversão de dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo.
- Não só baixou a dívida como o prazo médio de pagamento aos fornecedores reduziu, substancialmente, nos últimos anos: 157 dias em 2012, 53 em 2013 e 19 dias em 2014.
- Nas freguesias, registou-se um aumento global de 6,3% na receita, com um total de cerca de 16 M€ em 2014, e uma diminuição de 5,3% na despesa, que globalmente se situou nos 15 M€.

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

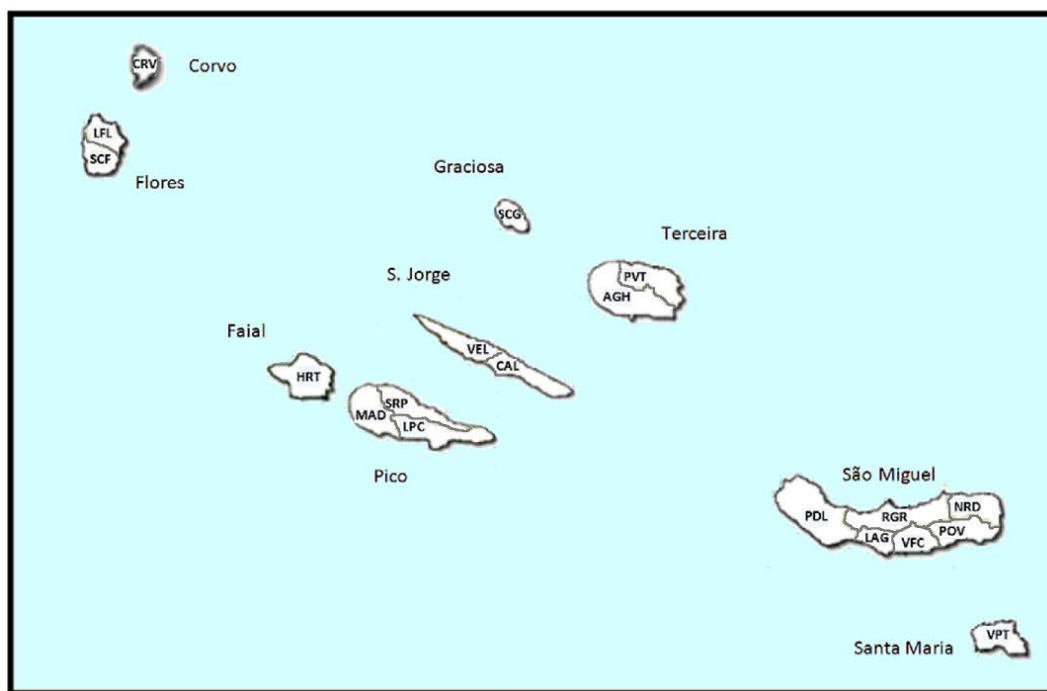
## 1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Caracterização Geral

A definição de Município aparece, pela primeira vez, no artigo 38.º da Lei n.º 77/79, de 25 de Outubro (Lei sobre atribuições das Autarquias Locais), como «*pessoa colectiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios da população na respetiva circunscrição*».

As 9 ilhas da Região Autónoma dos Açores estão divididas administrativamente em 19 municípios e estes em 156 freguesias, sendo que no Corvo as funções da junta de freguesia são exercidas pelo município, existindo apenas uma freguesia como unidade territorial, sem os órgãos executivo e deliberativo e sem qualquer movimentação de verbas.

### Ilhas e Municípios dos Açores



Os municípios portugueses são habitualmente categorizados em três dimensões:

- **Pequenos** – com população menor ou igual a 20.000 habitantes;
- **Médios** – com população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes;
- **Grandes** – com população maior que 100.000 habitantes.

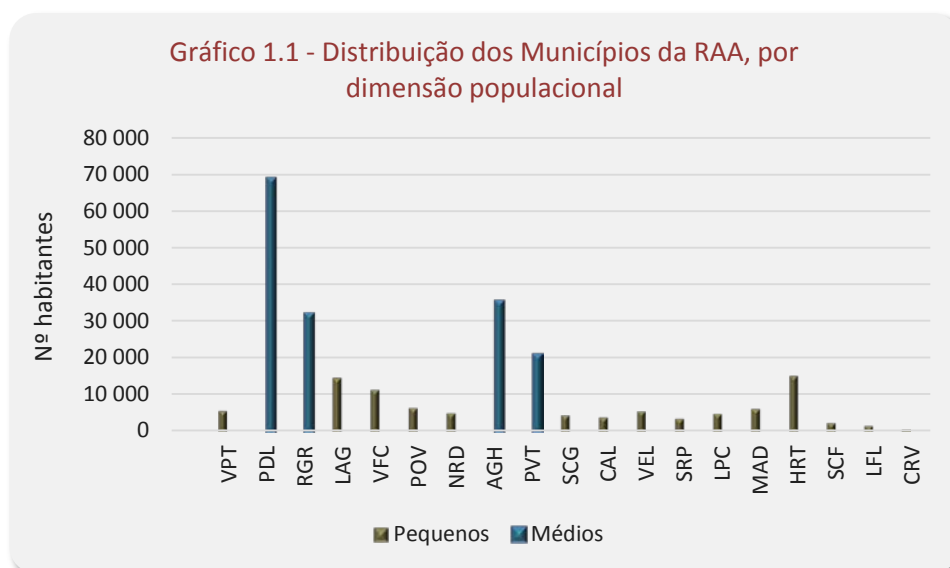


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Considerando estas dimensões, os municípios da Região Autónoma dos Açores (RAA) distribuem-se da seguinte forma:

Pequenos	Médios	Grandes
15 Municípios	4 Municípios	0 Municípios

Da análise do gráfico 1.1, verifica-se que na RAA predominam os municípios de pequena dimensão e somente quatro municípios é que são de média dimensão (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Praia da Vitória).



Por outro lado, no que respeita à densidade populacional e agrupando os municípios por ilhas, verifica-se que é nas ilhas de São Miguel e Terceira que está concentrada a maior parte da população, representando estas duas ilhas 78,7% da população do arquipélago dos Açores, mas apenas 49,3% da área total.

O quadro 1.1 mostra alguns elementos sobre a caracterização da divisão administrativa do espaço territorial da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente a população e área das suas ilhas e dos seus concelhos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 1.1 - Caracterização da Administração Local na Região Autónoma dos Açores

Ilhas	Municípios	População 2011	Área (km2)	Hab/ Km2	N.º de Freguesias	Área média das Freguesias	Habitantes por Freguesia	Serviços Municipalizados	Sector Empresarial Local (SEL)	
									EIM*	EM**
Santa Maria	VPT	5.552	96,9	57,3	5	19,4	1.110			1
		<b>5.552</b>	<b>96,9</b>	<b>57,3</b>	<b>5</b>	<b>19,4</b>	<b>1.110</b>			<b>1</b>
São Miguel	PDL	68.809	233,0	295,3	24	9,7	2.867	1		3
	RGR	32.112	180,2	178,2	14	12,9	2.294			1
	LAG	14.442	45,6	316,7	5	9,1	2.888		1	1
	VFC	11.229	78,0	144,0	6	13,0	1.872			4
	POV	6.327	106,4	59,5	6	17,7	1.055			2
	NRD	4.937	101,5	48,6	9	11,3	549			3
		<b>137.856</b>	<b>744,7</b>	<b>185,1</b>	<b>64</b>	<b>11,6</b>	<b>2.154</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>14</b>
Terceira	AGH	35.402	239,0	148,1	19	12,6	1.863	1	1	
	PVT	21.035	161,3	130,4	11	14,7	1.912			2
		<b>56.437</b>	<b>400,3</b>	<b>141,0</b>	<b>30</b>	<b>13,3</b>	<b>1.881</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Graciosa	SCG	4.391	60,7	72,3	4	15,2	1.098			1
		<b>4.391</b>	<b>60,7</b>	<b>72,3</b>	<b>4</b>	<b>15,2</b>	<b>1.098</b>			<b>1</b>
São Jorge	CAL	3.773	126,3	29,9	5	25,3	755			
	VEL	5.398	117,4	46,0	6	19,6	900			2
		<b>9.171</b>	<b>243,7</b>	<b>37,6</b>	<b>11</b>	<b>22,2</b>	<b>834</b>			<b>2</b>
Pico	SRP	3.388	142,4	23,8	5	28,5	678			1
	LPC	4.711	155,3	30,3	6	25,9	785			1
	MAD	6.049	147,1	41,1	6	24,5	1.008			1
		<b>14.148</b>	<b>444,8</b>	<b>31,8</b>	<b>17</b>	<b>26,2</b>	<b>832</b>			<b>3</b>
Faial	HRT	14.994	173,1	86,6	13	13,3	1.153			2
		<b>14.994</b>	<b>173,1</b>	<b>86,6</b>	<b>13</b>	<b>13,3</b>	<b>1.153</b>			<b>2</b>
Flores	SCF	2.289	70,9	32,3	4	17,7	572			1
	LFL	1.504	70,0	21,5	7	10,0	215			1
		<b>3.793</b>	<b>140,9</b>	<b>26,9</b>	<b>11</b>	<b>12,8</b>	<b>345</b>			<b>2</b>
Corvo	CRV	430	17,1	25,1						
		<b>430</b>	<b>17,1</b>	<b>25,1</b>		-	-			
<b>TOTAIS</b>		<b>246.772</b>	<b>2.322,2</b>	<b>106,3</b>	<b>155</b>	<b>15,0</b>	<b>1.592</b>	<b>2</b>	<b>29</b>	

\*EIM - Empresa Intermunicipal

\*\*EM - Empresa Municipal

É nas ilhas de S. Jorge e Pico que as freguesias têm maior área média, sendo S. Miguel a ilha onde as freguesias têm, em média, mais população.

Para além das empresas municipais e intermunicipais e serviços municipalizados (SM), o sector local compreendia, em 2014, ainda as seguintes associações de municípios (AM):

QUADRO 1.2 - Associações de Municípios na Região Autónoma dos Açores

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA)	Todos os municípios da Região
Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM)	Municípios de S. Miguel, com excepção do Nordeste
Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP)	Municípios da Ilha do Pico

O quadro 1.3 mostra a preponderância de freguesias rurais (87) nos Açores, as quais representam 56% do universo das freguesias açorianas. Em contraponto, as freguesias urbanas (27) representam 17% do total, e as restantes, as freguesias mistas (42) representam 27%.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 1.3 - Tipologia de Freguesias por Município

Município	Freguesias Rurais	Freguesias Urbanas	Freguesias Mistas	Total de Freguesias	Área média por freguesia	População média por freguesia
VPT	4	0	1	5	19	1.110
PDL	3	8	13	24	10	2.867
RGR	7	4	3	14	13	2.294
LAG	0	2	3	5	9	2.888
VFC	2	3	1	6	13	1.872
POV	4	0	2	6	18	1.055
NRD	8	0	1	9	11	549
AGH	10	7	2	19	13	1.863
PVT	4	1	6	11	15	1.912
SCG	3	0	1	4	15	1.098
CAL	4	0	1	5	25	755
VEL	5	0	1	6	20	900
SRP	4	0	1	5	28	678
LPC	5	0	1	6	26	785
MAD	5	0	1	6	25	1.008
HRT	10	2	1	13	13	1.153
SCF	3	0	1	4	18	572
LFL	5	0	2	7	10	215
CRV	1	0	0	1	17	430
Total - RAA	87	27	42	156	15	1.582

Em Ponta Delgada e na Praia da Vitória verifica-se uma predominância (55%) de freguesias mistas. No Município da Praia da Vitória, apesar de ser um município citadino, apenas 1 das 11 freguesias é urbana. Em Ponta Delgada, outro município citadino, as freguesias urbanas são 8, num total de 24. Em Angra do Heroísmo e na Ribeira Grande, outros municípios com cidades, são as freguesias rurais que predominam, com 50%, ou mais, das freguesias. Finalmente, no que diz respeito aos municípios citadinos, a Horta tem 10 freguesias rurais num total de 13 (77%) e Vila Franca do Campo é o único município não citadino que tem freguesias urbanas (3 em 6).

GRÁFICO 1.2 - Área média por freguesia (Km<sup>2</sup>)

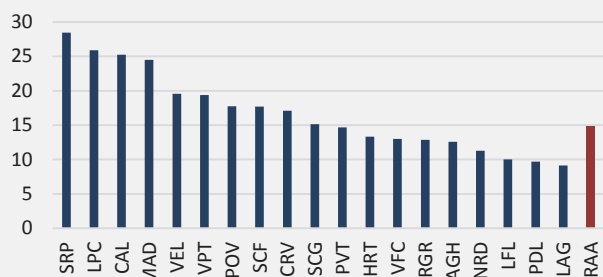
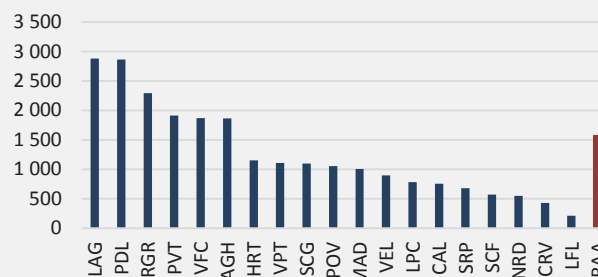


GRÁFICO 1.3 - População média por freguesia (nº hab)





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

## 2. TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

Os quadros seguintes mostram os valores previstos, revistos e executados, relativamente às receitas e despesas dos municípios da RAA, em 2014, bem como as taxas de execução de 2014 e 2013, calculadas relativamente aos valores revistos, ou seja, o orçamento corrigido.

QUADRO 2.1 - Execução Orçamental 2014 – receita

Euros

	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS				
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	% de Execução 2013
	MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				
VPT	4 174 924	4 174 924	4 405 084	105,5%	548 567	1 359 398	1 091 487	80,3%	4 723 491	5 534 322	5 496 571	99,3%	92,3%
PDL	29 057 360	29 057 360	28 472 384	98,0%	8 482 638	8 482 638	5 818 089	68,6%	37 539 998	37 539 998	34 290 473	91,3%	71,0%
RGR	14 221 226	14 044 825	14 919 603	106,2%	3 724 774	3 428 797	3 750 832	109,4%	17 946 000	17 473 621	18 670 435	106,8%	68,7%
LAG	8 598 751	8 614 101	8 135 312	94,4%	2 201 249	2 449 249	1 454 533	59,4%	10 800 000	11 063 350	9 589 844	86,7%	77,5%
VFC	6 956 206	7 276 001	7 142 122	98,2%	4 223 784	2 742 410	1 737 055	63,3%	11 179 990	10 018 411	8 879 178	88,6%	76,7%
POV	5 178 872	5 203 872	4 876 960	93,7%	3 284 546	3 284 546	1 633 332	49,7%	8 463 418	8 488 418	6 510 292	76,7%	61,5%
NRD	4 133 792	4 134 097	4 437 077	107,3%	6 079 388	3 761 144	3 835 654	102,0%	10 213 180	7 895 241	8 272 732	104,8%	40,4%
AGH	12 899 165	13 110 247	13 741 460	104,8%	9 708 077	7 395 182	3 560 229	48,1%	22 607 242	20 505 429	17 301 690	84,4%	80,0%
PVT	8 061 584	8 061 584	8 562 782	106,2%	10 256 260	3 605 513	1 894 044	52,5%	18 317 844	11 667 097	10 456 826	89,6%	68,6%
SCG	3 171 045	3 171 045	3 275 221	103,3%	2 045 150	2 045 150	1 482 436	72,5%	5 216 195	5 216 195	4 757 657	91,2%	79,5%
CAL	3 566 449	3 566 449	3 814 912	107,0%	2 286 304	1 246 694	937 128	75,2%	5 852 753	4 813 143	4 752 040	98,7%	81,6%
VEL	4 250 944	4 331 144	4 715 468	108,9%	867 497	867 497	917 942	105,8%	5 118 441	5 198 641	5 633 411	108,4%	73,5%
SRP	3 450 563	3 450 563	3 549 650	102,9%	803 391	548 512	477 846	87,1%	4 253 954	3 999 075	4 027 496	100,7%	58,9%
LPC	4 135 789	4 136 789	4 285 580	103,6%	4 756 699	5 801 324	2 818 819	48,6%	8 892 488	9 938 113	7 104 399	71,5%	50,6%
MAD	4 794 891	4 925 659	4 925 804	100,0%	4 782 414	5 432 972	2 269 650	41,8%	9 577 305	10 358 632	7 195 454	69,5%	56,2%
HRT	8 609 558	8 609 558	8 297 094	96,4%	5 369 782	5 369 782	3 422 327	63,7%	13 979 340	13 979 340	11 719 421	83,8%	69,1%
SCF	2 197 319	2 197 319	2 269 814	103,3%	1 944 093	2 431 493	1 838 734	75,6%	4 141 412	4 628 812	4 108 548	88,8%	89,1%
LFL	2 533 256	2 533 256	2 585 385	102,1%	3 492 175	3 792 175	2 445 617	64,5%	6 025 431	6 325 431	5 031 002	79,5%	60,0%
CRV	1 335 495	1 335 495	1 340 621	100,4%	646 550	721 550	655 709	90,9%	1 982 045	2 057 045	1 996 330	97,0%	79,4%
S MUN	131 327 189	131 934 288	133 752 334	101,4%	75 503 338	64 766 024	42 041 464	64,9%	206 830 527	196 700 312	175 793 798	89,4%	69,5%

(a) Valores apurados no SIAL

	Municípios que reforçaram a dotação inicial da receita, mas executaram menos do que essa dotação.
	Municípios que reduziram a dotação inicial da receita.

A taxa de execução das receitas totais aumentou bastante de 2013 para 2014, passando de 69,5% para 89,4%. A nova lei de finanças locais (Lei 73/2013) prevê o acompanhamento da execução orçamental das receitas e a comunicação aos eleitos locais e responsáveis governamentais nos casos em que a taxa de execução das receitas se mostre inferior a 85%, incentivando deste modo os eleitos na procura de taxas elevadas de execução orçamental.

De acordo com o ponto 3.3.1 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) nas regras previsionais relativas à inscrição de transferências como receita “As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, exceto quando se trate de receitas provenientes



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações de despesa, resultantes de uma previsão de valor superior ao da receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações”. Esta regra permitia a sobre orçamentação das receitas e a subsequente baixa execução orçamental, situação que a Lei 73/2013 pretendeu melhorar.

Refira-se que, nesse sentido, a DGAL (Direção geral das Autarquias Locais) disponibilizou no Portal Autárquico uma nota técnica sobre revisões orçamentais conducentes à diminuição de receitas, dado que o POCAL não é suficientemente explícito nesta matéria, concentrando as suas notas explicativas nos casos de revisões com aumento global de receitas e por conseguinte, de despesas.

Ao contrário do que vinha sendo habitual, em 2014, 7 municípios diminuíram as dotações iniciais da receita, de modo a obterem uma taxa de execução mais alta, pois esta taxa é calculada relativamente à dotação revista e não à dotação inicial. No total, as receitas previstas nos orçamentos iniciais de 2014 eram de 207,1 M€, mas nos orçamentos finais essas dotações tinham sido reajustadas para um valor total de 196,7 M€. O que se verifica, ao comparar as taxas de execução de 2013 e 2014 é que alguns municípios aumentaram significativamente as suas taxas de execução da receita, nomeadamente o Nordeste (de 40% para 105%), S. Roque do Pico (de 59% para 101%) e Ribeira Grande (de 69% para 107%). As taxas mais baixas aparecem nos municípios de Madalena (69,5%) e Lajes do Pico (71,5%). Por outro lado, 6 municípios reforçaram a dotação inicial da receita, mas a execução não ultrapassa a dotação inicial. Isto justifica-se pelo facto de terem reforçado algumas rubricas de receita, para fazer face a excedentes nessas rubricas, mas não ajustaram outras, onde a execução era inferior ao previsto.

Como é habitual, a taxa de execução global das receitas de capital (65%) é bastante inferior à das receitas correntes (101%), pois é nas comparticipações a receber para financiamento de investimentos que as previsões mais falham. Em 4 municípios, a taxa não atinge os 50% e em 3, ultrapassa ligeiramente os 100%. Nas receitas de capital são previstas transferências de comparticipações da União Europeia (UE) e do Governo, bem como empréstimos, que nem sempre são recebidos na totalidade, ou porque as candidaturas não foram aprovadas, ou porque as obras sofreram atrasos na sua execução.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 2.2 - Execução Orçamental 2014 - despesa

Euros

	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS				% de Execução 2013
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	
	MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				
VPT	3 465 384	3 697 320	3 520 475	95,2%	1 258 107	2 302 930	2 065 118	89,7%	4 723 491	6 000 250	5 585 594	93,1%	90,2%
PDL	25 789 195	26 177 368	23 706 416	90,6%	11 750 805	11 858 779	10 309 108	86,9%	37 540 000	38 036 147	34 015 523	89,4%	69,7%
RGR	8 464 822	8 526 478	8 324 364	97,6%	9 485 178	9 375 545	8 188 246	87,3%	17 950 000	17 902 023	16 512 609	92,2%	68,1%
LAG	7 224 861	7 280 261	6 652 839	91,4%	3 575 139	3 852 197	2 905 199	75,4%	10 800 000	11 132 458	9 558 038	85,9%	77,4%
VFC	6 150 725	6 609 689	5 900 934	89,3%	5 029 265	4 214 640	3 151 740	74,8%	11 179 990	10 824 329	9 052 674	83,6%	74,4%
POV	4 393 084	4 393 084	3 441 460	78,3%	4 314 000	4 374 000	3 326 120	76,0%	8 707 084	8 767 084	6 767 580	77,2%	61,5%
NRD	4 133 792	4 297 287	3 609 450	84,0%	6 079 388	3 795 686	3 318 815	87,4%	10 213 180	8 092 973	6 928 266	85,6%	40,3%
AGH	9 984 009	11 294 924	9 817 100	86,9%	12 623 238	12 536 754	8 427 710	67,2%	22 607 247	23 831 679	18 244 810	76,6%	77,4%
PVT	7 193 026	6 892 275	6 150 692	89,2%	11 124 818	5 404 045	4 853 632	89,8%	18 317 844	12 296 320	11 004 324	89,5%	68,5%
SCG	2 671 126	2 717 267	2 570 689	94,6%	2 545 169	2 591 419	1 912 383	73,8%	5 216 295	5 308 686	4 483 071	84,4%	79,2%
CAL	2 724 117	2 723 729	2 527 604	92,8%	3 132 068	2 305 048	2 000 316	86,8%	5 856 185	5 028 777	4 527 920	90,0%	79,1%
VEL	3 227 853	3 742 813	3 012 136	80,5%	1 890 588	2 317 593	1 427 148	61,6%	5 118 441	6 060 406	4 439 284	73,3%	71,0%
SRP	2 634 792	2 780 688	2 662 740	95,8%	1 619 162	1 410 430	1 396 240	99,0%	4 253 954	4 191 118	4 058 980	96,8%	59,9%
LPC	3 144 873	3 219 534	3 079 027	95,6%	5 747 615	6 099 715	3 951 951	64,8%	8 892 488	9 319 249	7 030 978	75,4%	54,9%
MAD	4 390 465	4 589 059	3 809 693	83,0%	5 186 840	5 860 281	3 381 124	57,7%	9 577 305	10 449 339	7 190 816	68,8%	56,2%
HRT	7 311 908	7 602 557	6 424 593	84,5%	6 667 432	6 896 805	5 289 769	76,7%	13 979 340	14 499 362	11 714 362	80,8%	68,7%
SCF	1 833 755	1 919 219	1 690 562	88,1%	2 307 757	3 266 547	2 498 086	76,5%	4 141 512	5 185 766	4 188 648	80,8%	75,2%
LFL	2 393 941	2 562 972	1 665 843	65,0%	3 633 990	4 028 990	3 325 263	82,5%	6 027 931	6 591 962	4 991 107	75,7%	58,5%
CRV	957 545	1 011 566	836 557	82,7%	1 024 500	1 297 500	939 889	72,4%	1 982 045	2 309 066	1 776 445	76,9%	72,2%
Σ MUN	108 089 273	112 038 089	99 403 172	88,7%	98 995 059	93 788 904	72 667 858	77,5%	207 084 332	205 826 993	172 071 030	83,6%	68,5%

(a) Valores apurados no SIIAL

No caso das despesas, as taxas de execução foram inferiores, ficando nos 89% nas despesas correntes e nos 78% nas despesas de capital. Ao contrário das receitas, em que é permitido cobrar para além dos valores orçamentados (situação verificada em 14 municípios, nas receitas correntes, e em 4 municípios, nas receitas de capital), nas despesas não é permitido exceder as dotações orçamentais, o que em termos globais resulta em taxas de execução mais baixas. Deste modo, apenas S. Roque do Pico (97%), Vila do Porto (93%), Ribeira Grande (92%) e Calheta (90%) atingiram taxas de execução da despesa iguais ou superiores a 90%. Comparando com o ano anterior, somente Angra do Heroísmo diminuiu a sua taxa de execução da despesa, mas pouco, passando de 77,4% para 76,6%.

Os municípios de Vila do Porto, Ribeira Grande, Nordeste e S. Roque do Pico aparecem em primeiro lugar em termos de execução global do orçamento, com taxas de execução de receitas e despesas, superiores a 95%.

Encerrando esta análise do grau de previsão das receitas e despesas, apresenta-se um quadro resumo com os totais previstos, revistos e executados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 2.3 - Execução Orçamental 2014 – RESUMO

Euros

RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS			
Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução
131.327.189	131.934.288	133.752.334	101,4%	75.503.338	64.766.024	42.041.464	64,9%	206.830.527	196.700.312	175.793.798	89,4%

DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS			
Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(c)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(c)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(c)	% de Execução
108.089.273	112.038.089	99.403.172	88,7%	98.995.059	93.788.904	72.667.858	77,5%	207.084.332	205.826.993	172.071.030	83,6%

### 3. RECEITAS MUNICIPAIS

#### 3.1 Fluxo global de receitas e despesas – saldos orçamentais

No período de 2012 a 2014, os 19 municípios da RAA obtiveram receitas globais que variaram entre 179,4 milhões de euros (M€) (2012) e os 180,9 M€ (2013), verificando-se uma redução de 2,8% em 2014, ano em que as receitas totalizaram 175,9 M€. Ao nível das despesas, o comportamento foi semelhante, com o valor máximo de 182,1 M€ atingido em 2012, mas a redução verificada em 2014 foi de 3,0%. No agregado destes 3 anos, o volume total das receitas (536,2 M€) superou ligeiramente as despesas totais (531,5 M€). Por outro lado, se adicionarmos os serviços municipalizados e as associações de municípios, a receita total do triénio fica pelos 600 M€.

O quadro 3.1 mostra a evolução do fluxo de receitas e despesas, desagregadas apenas em correntes e capital, evidenciando os saldos no início e no fim de cada ano.

QUADRO 3.1 - Fluxo de Receitas e Despesas orçamentais 2012-2014

Euros

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	Valores	%	Valores	%		Valores	%	
Saldo Inicial a)	9 016 557		6 311 088		-30,0%	9 873 036		56,4%
Receitas Correntes	103 729 478	57,8%	124 245 096	68,7%	19,8%	133 752 334	76,0%	7,7%
Receitas de Capital	75 595 280	42,1%	56 602 186	31,3%	-25,1%	42 041 464	23,9%	-25,7%
Reposições n/ abatidas nos pag	65 734	0,0%	57 960	0,0%	-11,8%	129 387	0,1%	123,2%
Receita Total b)	179 390 492	100,0%	180 905 242	100,0%	0,8%	175 923 185	100,0%	-2,8%
Total de Disponibilidades (c)=(a)+(b)	188 407 050		187 216 329		-0,6%	185 796 221		-0,8%
Despesas Correntes	91 953 065	50,5%	98 462 639	55,5%	7,1%	99 403 172	57,8%	1,0%
Despesas de Capital	90 142 897	49,5%	78 920 285	44,5%	-12,4%	72 667 858	42,2%	-7,9%
Despesa Total (d)	182 095 962	100,0%	177 382 924	100,0%	-2,6%	172 071 030	100,0%	-3,0%
Saldo Final (e)=(c)-(d)	6 311 088		9 833 405		55,8%	13 725 191		39,6%

O saldo global no final de cada ano tem vindo a aumentar progressivamente – 6,3 M€ em 2012, 9,8 M€ em 2013, 13,7 M€ em 2014. Normalmente, esta situação deve-se ao recebimento de transferências no final do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

ano. Em 2014, 3 municípios (Ribeira Grande, Angra do Heroísmo e Velas) encerraram o ano com saldos de gerência entre 2 e 2,6 M€, quando a média foi de 0,7 M€.

O quadro seguinte (3.2) mostra os saldos orçamentais dos municípios no final de 2014, bem como os valores mínimos, máximos e médio dos últimos 10 anos. Nas últimas colunas, apresenta-se o saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) e o rácio “saldo corrente /amortizações de empréstimos de médio e longo prazo (MLP)”, que traduz o cumprimento da nova regra do equilíbrio corrente em 2014.

QUADRO 3.2 – Evolução e Estrutura das Despesas 2012-2014

*Euros*

Municípios	Saldo final orçamental (2005-2014)				Saldo corrente 2014	Saldo corrente / amortiz empr
	Valor mínimo	Valor máximo	Valor Médio	2014		
VPT	92 143	463 866	258 887	386 133	884 609	4,2
PDL	41 159	856 088	452 833	790 156	4 765 968	1,6
RGR	226 774	2 584 144	800 883	2 584 144	6 595 239	4,4
LAG	61 342	508 089	169 984	112 265	1 482 473	2,2
VFC	192 019	805 711	505 523	634 383	1 241 188	0,9
POV	22 262	292 501	137 943	22 262	1 435 500	2,2
NRD	15 609	1 543 263	222 095	1 543 263	827 627	0,9
AGH	313 775	3 286 614	1 345 621	2 453 834	3 924 360	2,4
PVT	81 726	703 241	335 623	81 726	2 412 090	2,9
SCG	50 229	1 677 571	349 874	367 317	704 533	2,7
CAL	-245 904	748 841	211 984	446 225	1 287 308	1,3
VEL	68 531	2 060 596	385 716	2 060 596	1 703 332	3,5
SRP	93 011	755 915	299 882	193 635	886 910	6,8
LPC	70 761	1 802 608	379 919	144 829	1 206 553	1,5
MAD	20 317	480 167	185 318	106 438	1 116 112	2,5
HRT	37 207	545 081	193 258	545 081	1 872 502	3,5
SCF	98 486	695 565	439 910	476 955	579 252	3,3
LFL	264 031	1 324 159	670 024	304 044	919 542	4,4
CRV	159 687	471 906	274 783	471 906	504 064	4,4
TOTAL	3 994 269	13 725 191	7 620 061	13 725 191	34 349 161	2,3

	Saldo orçamental de 2014 inferior à média do período 2005 - 2014
	Saldo orçamental corrente de 2014 inferior ao saldo total de 2014

Em 12 dos 19 municípios, o saldo final orçamental de 2014 foi superior à média dos últimos 10 anos. O município de Angra do Heroísmo apresenta um saldo médio superior a 1 M€, seguindo-se a Ribeira Grande (801 mil euros (m.e)), Lajes das Flores (670 m.e.) Vila Franca do Campo (505 m.e.) e Ponta Delgada (453 m.e.). Os saldos médios mais reduzidos são os da Povoação, Lagoa, Madalena e Horta, todos inferiores a 200 m.e.

Por outro lado, o saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) vem aumentando em termos globais desde 2011, variando entre 9 M€ nesse ano e 34 M€ em 2014. A última lei de finanças locais (Lei 73/2013, de 03-09) atribui maior peso ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) corrente, que passa para 90% do FEF total, o



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

que associado ao aumento das receitas próprias nos últimos anos e às políticas de contenção de despesas, justifica o crescimento do saldo corrente. O saldo orçamental final resulta da soma “saldo inicial + saldo corrente + saldo de capital”. Ora, se repararmos no quadro 3.2, apenas em 2 municípios (Nordeste e Velas) o saldo corrente é inferior ao saldo total. Nos restantes, o saldo corrente é superior ao saldo total, o que mostra a importância das receitas correntes no financiamento de toda a despesa, corrente e de capital.

#### As novas regras de equilíbrio corrente

De acordo com a nova Lei 73/2013, de 03-09 (RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), o saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) deve ser suficiente para fazer face às amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. O rácio “Saldo corrente / amortizações MLP” deve por isso ser igual ou superior a 1 e, de facto, assim é na quase totalidade dos municípios. Apenas nos municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste este rácio fica nos 0,9, mas estes 2 municípios encontram-se a cumprir planos de saneamento financeiro. Nos restantes municípios, este rácio varia entre 1,3 (Calheta) e 6,8 (S. Roque do Pico) com um valor médio de 3,2.

O rácio foi calculado utilizando o total efetivo das amortizações pagas e não o valor médio, dadas as dificuldades de obter esse valor. Ao prever um valor médio para as amortizações, o RFALEI evita que se considerem as amortizações extraordinárias, resultantes de liquidações antecipadas de empréstimos, no âmbito de programas de saneamento financeiro. De facto, não faz sentido que o saldo corrente abranja este tipo de amortizações, uma vez que estas são pagas por novos empréstimos contraídos para substituir outros mais antigos e mais desvantajosos. Nos 2 casos apontados, não houve amortizações extraordinárias em 2014, no entanto, os valores negativos destes municípios são inferiores a 5% das receitas correntes, cumprindo assim o disposto no art.º 40 do RFALEI, que admite défices correntes até este limite, desde que os mesmos sejam compensados no ano seguinte.

#### Estrutura das receitas correntes

O quadro 3.3 mostra as diversas parcelas da receita corrente e o seu peso percentual. São apresentados os valores dos municípios e dos serviços municipalizados, permitindo observar, nos casos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, os valores acumulados, o que nesta análise é essencial para comparar estes municípios com os outros.

A maior contribuição para as receitas correntes vem dos Fundos do OE (Orçamento do Estado), que contribuem no total com 54,8%, com o Corvo a mostrar o valor máximo (94,7%) e Ponta Delgada o valor mínimo (33,1%) com Serviços Municipalizados (SM) incluídos, seguido de Angra do Heroísmo (44,7%), com SM incluídos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Os impostos e taxas contribuem em média com 22,8%, sendo de salientar que Ponta Delgada é o único município em que esta receita supera a anterior (Fundos OE), com uma participação de 34,2%. O município de Angra do Heroísmo, com serviços municipalizados incluídos (19,6%), é ultrapassado por diversos outros no que respeita ao peso percentual destas receitas.

Na venda de bens e serviços, onde o peso dos serviços municipalizados se faz mais sentir, o valor mais elevado (33,3%) surge em Angra do Heroísmo, seguido de Ponta Delgada (31,5%). O valor mais baixo aparece no Nordeste, onde a venda de bens e serviço representa apenas 0,6% das receitas correntes.

**QUADRO 3.3 - Fontes de financiamento das despesas correntes**

*Euros*

Município	FOE correntes FEF,FSM,IRS	%	Impostos e taxas	%	Bens e serviços	%	Outras rec correntes	%	Receitas correntes	%
VPT	3.272.486	74,3%	653.542	14,8%	436.836	9,9%	42.220	1,0%	4.405.084	100%
PDL	12.630.562	44,4%	13.032.118	45,8%	2.663.126	9,4%	146.578	0,5%	28.472.384	100%
RGR	7.962.938	53,4%	3.159.235	21,2%	3.668.290	24,6%	129.139	0,9%	14.919.603	100%
LAG	4.000.029	49,2%	1.793.951	22,1%	2.262.900	27,8%	78.432	1,0%	8.135.312	100%
VFC	3.764.963	52,7%	2.087.450	29,2%	1.223.459	17,1%	66.249	0,9%	7.142.122	100%
POV	3.578.740	73,4%	709.826	14,6%	522.483	10,7%	65.910	1,4%	4.876.960	100%
NRD	3.646.489	82,2%	572.568	12,9%	28.580	0,6%	189.440	4,3%	4.437.077	100%
AGH	8.767.924	63,8%	3.828.665	27,9%	808.617	5,9%	336.254	2,4%	13.741.460	100%
PVT	5.823.857	68,0%	2.332.562	27,2%	213.064	2,5%	193.299	2,3%	8.562.782	100%
SCG	2.396.103	73,2%	552.894	16,9%	301.300	9,2%	24.924	0,8%	3.275.221	100%
CAL	2.855.943	74,9%	544.648	14,3%	399.667	10,5%	14.654	0,4%	3.814.912	100%
VEL	3.350.225	71,0%	524.911	11,1%	601.280	12,8%	239.052	5,1%	4.715.468	100%
SRP	2.643.994	74,5%	501.847	14,1%	385.267	10,9%	18.542	0,5%	3.549.650	100%
LPC	3.311.825	77,3%	457.903	10,7%	494.279	11,5%	21.573	0,5%	4.285.580	100%
MAD	3.533.227	71,7%	738.243	15,0%	621.331	12,6%	33.002	0,7%	4.925.804	100%
HRT	4.805.624	57,9%	2.194.185	26,4%	1.287.384	15,5%	9.902	0,1%	8.297.094	100%
SCF	2.003.222	88,3%	223.027	9,8%	19.466	0,9%	24.099	1,1%	2.269.814	100%
LFL	2.257.806	87,3%	141.059	5,5%	151.841	5,9%	34.678	1,3%	2.585.385	100%
CRV	1.269.545	94,7%	25.724	1,9%	14.593	1,1%	30.758	2,3%	1.340.621	100%
<b>Total CM</b>	<b>81.875.502</b>	<b>61,2%</b>	<b>34.074.360</b>	<b>25,5%</b>	<b>16.103.764</b>	<b>12,0%</b>	<b>1.698.708</b>	<b>1,3%</b>	<b>133.752.334</b>	<b>100%</b>
<b>SMPD</b>			13.818	0,1%	9.339.014	96,6%	310.632	3,2%	9.663.464	100%
<b>SMAH</b>			5.804	0,1%	5.713.733	97,3%	150.070	2,6%	5.869.607	100%
<b>PDL+SM</b>	12.630.562	33,1%	13.045.936	34,2%	12.002.140	31,5%	457.210	1,2%	38.135.848	100%
<b>AGH+SM</b>	8.767.924	44,7%	3.834.469	19,6%	6.522.350	33,3%	486.324	2,5%	19.611.068	100%
<b>CM+SM</b>	<b>81.875.502</b>	<b>54,8%</b>	<b>34.093.982</b>	<b>22,8%</b>	<b>31.156.512</b>	<b>20,9%</b>	<b>2.159.410</b>	<b>1,4%</b>	<b>149.285.406</b>	<b>100%</b>





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

### 3.2 Estrutura e evolução da receita

QUADRO 3.4 – Evolução e estrutura das principais receitas

								Euros
RECEITAS	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
Receitas Próprias	45 010 182	25,1%	51 167 532	28,3%	13,7%	53 275 292	30,3%	4,1%
Fundos Orçamento do Estado	92 200 732	51,4%	92 105 631	50,9%	-0,1%	89 714 804	51,0%	-2,6%
Fundos Comunitários	18 494 017	10,3%	19 510 376	10,8%	5,5%	25 727 034	14,6%	31,9%
Transferências - Governo Regional	5 938 839	3,3%	4 329 066	2,4%	-27,1%	3 130 509	1,8%	-27,7%
Outras Transferências	1 012 261	0,6%	689 128	0,4%	-31,9%	1 173 559	0,7%	70,3%
Empréstimos de curto prazo	400 000	0,2%	1 330 000	0,7%	232,5%	1 140 000	0,6%	-14,3%
Empréstimos de médio e longo prazo	16 334 461	9,1%	11 773 508	6,5%	-27,9%	1 761 987	1,0%	-85,0%
Totais	179 390 492	100,0%	180 905 242	100,0%	0,8%	175 923 185	100,0%	-2,8%

Em 2014, as receitas totais dos municípios da RAA somaram cerca de 176 M€, registando uma ligeira diminuição de 2,8%, face ao ano anterior. No período 2005 – 2014, apenas em 2006 se verificou um total de receitas inferior (171 M€), tendo o valor máximo sido observado em 2009 (220 M€), resultando numa média anual de 191 M€.

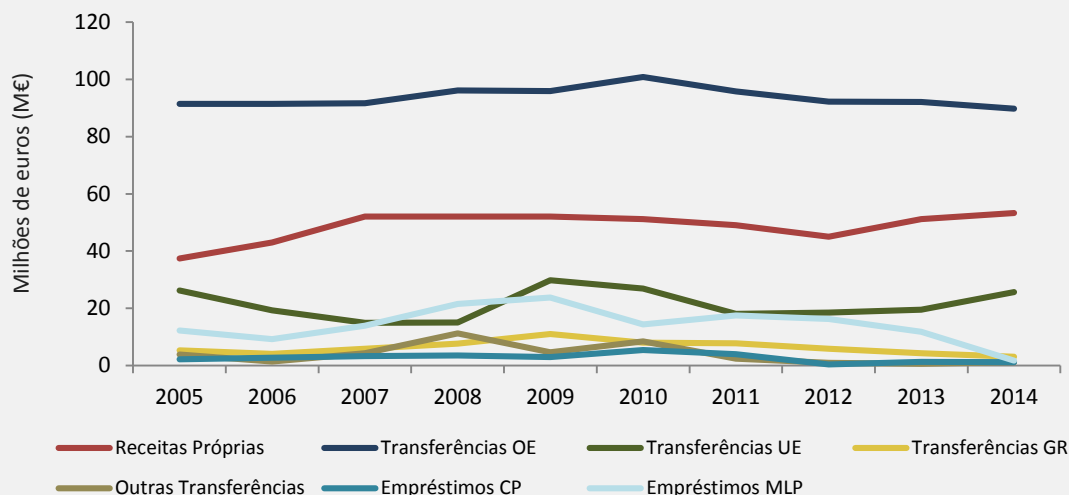
Observando o quadro 3.4, percebe-se que a redução de quase 5 M€, verificada na receita total, deve-se essencialmente ao menor volume de empréstimos contraídos, pois esta componente da receita diminuiu 10,2 M€. O aumento verificado noutras rubricas, com destaque para as receitas próprias e fundos comunitários, foi suficiente para compensar parcialmente a diminuição nos empréstimos e fazer com que no total as receitas “apenas” diminuíssem 5 M€. Ou seja, considerando apenas as receitas efetivas, sem considerar os empréstimos contraídos em 2013 e 2014 houve na verdade um aumento de 3,1%, em 2014. É de referir que cerca de 92% dos empréstimos de MLP contraídos, entre 2012 e 2014, destinaram-se a programas de saneamento financeiro, substituindo outras dívidas existentes.

O gráfico 3.1 mostra a evolução das principais parcelas da receita municipal, dando uma perspetiva diferente dos valores mostrados no quadro 3.4.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 3.1 - Evolução das principais componentes da receita



Seguem-se comentários sobre os grandes agregados da receita, sendo útil mostrar, desde já, a sua repartição por município, no ano de 2014. O quadro 3.5 mostra também as receitas dos serviços municipalizados e das associações de municípios, mostrando as diferenças na estrutura destas entidades, quando comparadas com os municípios.

QUADRO 3.5 - Receitas 2014

Euros													
MUNICÍPIOS	Receitas Próprias	%	Transferências OE	%	Transferências UE	%	Transferências GR	%	Transferências (outras)	%	Empréstimos	%	Total
VPT	1.142.029	20,7%	3.597.431	65,3%	759.449	13,8%			8.951	0,2%			5.507.860
PDL	15.821.972	46,1%	13.604.579	39,7%	4.636.470	13,5%	213.616	0,6%	32.895	0,1%			34.309.532
RGR	7.016.907	37,6%	8.710.028	46,6%	2.046.692	11,0%	618.447	3,3%	38.278	0,2%	241.000	1,3%	18.671.352
LAG	4.093.588	42,7%	4.379.478	45,7%	434.877	4,5%	276.505	2,9%	5.397	0,1%	400.000	4,2%	9.589.844
VFC	3.365.690	37,9%	4.140.175	46,6%	1.169.746	13,2%	181.056	2,0%	24.678	0,3%			8.881.346
POV	1.431.636	22,0%	3.943.459	60,6%	966.753	14,8%	128.684	2,0%	40.654	0,6%			6.511.186
NRD	612.246	7,4%	4.036.612	48,8%	1.983.861	24,0%	102.720	1,2%	17.377	0,2%	1.520.987	18,4%	8.273.802
AGH	5.786.253	33,3%	9.537.283	54,9%	1.642.720	9,5%	180.023	1,0%	226.121	1,3%			17.372.399
PVT	3.146.132	30,1%	6.374.625	61,0%	124.531	1,2%	382.986	3,7%	188.553	1,8%	240.000	2,3%	10.456.826
SCG	862.466	18,1%	2.647.656	55,6%	1.216.158	25,6%	14.725	0,3%	16.993	0,4%			4.757.998
CAL	966.775	20,3%	3.164.980	66,6%	622.353	13,1%			0	0,0%			4.754.108
VEL	1.370.798	24,3%	3.702.286	65,5%	505.931	9,0%	59.950	1,1%	12.867	0,2%			5.651.833
SRP	889.007	22,1%	2.923.180	72,6%	198.660	4,9%	3.320	0,1%	13.373	0,3%			4.027.540
LPC	962.187	13,5%	3.661.940	51,5%	1.272.490	17,9%	528.495	7,4%	479.934	6,8%	200.000	2,8%	7.105.046
MAD	1.400.985	19,5%	3.901.397	54,2%	1.884.883	26,2%			9.629	0,1%			7.196.893
HRT	3.494.897	29,8%	5.261.584	44,9%	2.952.832	25,2%	7.500	0,1%	2.609	0,0%			11.719.421
SCF	266.625	6,5%	2.214.625	53,9%	1.614.631	39,3%			12.867	0,3%			4.108.749
LFL	588.807	11,7%	2.504.596	49,8%	1.602.633	31,9%			35.083	0,7%	300.000	6,0%	5.031.119
CRV	56.292	2,8%	1.408.890	70,6%	91.364	4,6%	432.482	21,7%	7.302	0,4%			1.996.330
CM	53.275.292	30,3%	89.714.804	51,0%	25.727.034	14,6%	3.130.509	1,8%	1.173.559	0,7%	2.901.987	1,6%	175.923.185
SMPDL	9.663.464	96,4%							360.405	3,6%			10.023.870
SMAGH	5.873.296	89,8%							670.054	10,2%			6.543.350
SM	15.536.760	93,8%							1.030.460	6,2%			16.567.220
AMRAA	1.427.960	93,5%			98.928	6,5%			12	0,0%			1.526.900
AMISM	1.170.376	75,3%			384.609	24,7%							1.554.985
AMIP	298.111	94,7%							16.738	5,3%			314.849
AM	2.896.447	85,3%			483.536	14,2%			16.751	0,5%			3.396.734
CM+SM+AM	71.708.500	36,6%	89.714.804	45,8%	26.210.570	13,4%	3.130.509	1,6%	2.220.769	1,1%	2.901.987	1,5%	195.887.139



### 3.2.1 Receitas Próprias

As receitas próprias aumentaram 4,1%, para o conjunto dos municípios, mas o comportamento individual dos municípios foi muito divergente. Em 13 municípios a receita aumentou, variando esse aumento entre 1% em Santa Cruz da Graciosa e 52% nas Velas, sendo ainda de destacar os aumentos de 42% em Lajes das Flores, 32% no Nordeste e 21% na Calheta. Por outro lado, verificou-se uma diminuição de 35% no Corvo, de 14% na Povoação e de 13% na Madalena.

Sendo estas receitas relativamente estáveis, importa perceber que rubricas da receita provocaram estas variações positivas e negativas.

Nas variações positivas:

Velas – aumento de 65,3% na venda de água e um valor elevado de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) reembolsado.

Lajes das Flores – venda de bens correntes e de bens de investimento (edifícios).

Nordeste – aumento de 77% no IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis).

Calheta – aumento de 36% no IMI, de 49% na venda de água e 125% na Derrama.

Nas variações negativas:

Corvo – redução de 87% no IMT (Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas) e de 58% em receitas residuais. O valor de 2014 das receitas próprias diminuiu devido a um valor anormalmente alto em 2013. As receitas próprias deste município foram de 29,2 m.e. em 2012, 86,9 m.e. em 2013 e 56,3 m.e. em 2014, pelo que entre 2012 e 2014 registou-se um aumento de 193%.

Povoação – comportamento diverso nas várias componentes. Aumentos de 20% no IMI e de 49% em loteamentos e obras, mas diminuições de 71% na derrama e 45% na ocupação da via pública.

As receitas próprias nos serviços municipalizados quase não se alteraram (-0,1%) e nas associações de municípios diminuíram 15,6%. Podemos observar e comparar o peso das receitas próprias nos municípios e nas restantes entidades, serviços municipalizados e associações de municípios. No conjunto dos municípios, devido ao peso das transferências, com destaque para os Fundos do OE, as receitas próprias representam apenas 30,3% do total, comparado com os 93,8% nos serviços municipalizados e 85,3% nas associações de municípios. Em relação ao ano anterior, o peso das receitas próprias no total das receitas aumentou de 28% para 30% nos municípios, de 91% para 94% nos serviços municipalizados e de 80% para 85% nas associações de municípios.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

As receitas próprias resultam da cobrança de impostos e taxas e da venda de bens e serviços. O seu valor bruto está diretamente associado à dimensão dos municípios, mas o seu valor relativo depende do comportamento das restantes receitas, ou seja, das transferências e dos empréstimos. Nos municípios com serviços municipalizados, grande parte destas receitas (abastecimento de água, taxa de esgotos, recolha de lixo) é cobrada por estas entidades. De facto, o município de Ponta Delgada teria mais 61% de receitas próprias se não tivesse serviços municipalizados, e o município de Angra do Heroísmo teria mais 102%, pois as receitas próprias dos serviços municipalizados são superiores às do próprio município.

**QUADRO 3.6 – Evolução e estrutura das receitas próprias**

*Euros*

RECEITAS PRÓPRIAS	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
Imposto municipal s/ imóveis - IMI	11 943 128	26,5%	17 670 598	34,5%	48,0%	20 026 433	37,6%	13,3%
Imposto único de circulação - IUC	3 808 849	8,5%	4 899 519	9,6%	28,6%	4 367 317	8,2%	-10,9%
Imposto municipal s/ transaç - IMT	5 848 628	13,0%	4 524 752	8,8%	-22,6%	4 722 661	8,9%	4,4%
Derrama	2 102 270	4,7%	1 296 225	2,5%	-38,3%	1 814 296	3,4%	40,0%
Loteamentos e obras	1 099 190	2,4%	868 936	1,7%	-20,9%	1 118 026	2,1%	28,7%
Ocupação da via pública	409 560	0,9%	502 487	1,0%	22,7%	570 364	1,1%	13,5%
Saneamento (esgotos e lixos)	4 861 865	10,8%	4 925 162	9,6%	1,3%	4 905 409	9,2%	-0,4%
Juros, rendas e dividendos	2 151 974	4,8%	1 889 858	3,7%	-12,2%	911 248	1,7%	-51,8%
Venda de bens correntes	51 190	0,1%	241 990	0,5%	372,7%	167 483	0,3%	-30,8%
Fornecimento de água	6 789 108	15,1%	6 829 133	13,3%	0,6%	7 126 714	13,4%	4,4%
Trabalhos para particulares	203 559	0,5%	181 559	0,4%	-10,8%	155 379	0,3%	-14,4%
Venda de bens de investimento	1 499 098	3,3%	2 172 993	4,2%	45,0%	1 283 643	2,4%	-40,9%
Outras receitas próprias	4 241 761	9,4%	5 164 320	10,1%	21,7%	6 106 320	11,5%	18,2%
<b>Totais</b>	<b>45 010 182</b>	<b>100,00%</b>	<b>51 167 532</b>	<b>100,00%</b>	<b>13,68%</b>	<b>53 275 292</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,12%</b>

O comportamento das diversas componentes das receitas próprias é bastante divergente, como é possível observar no quadro 3.6. O IMI tem aumentado sempre, é a única receita que registou crescimento em todos os anos, desde 2005. No caso do IUC (Imposto Único de Circulação), verifica-se uma diminuição de 10,9%, o que acontece pela primeira vez nos últimos 5 anos. É de assinalar o comportamento positivo do IMT (+4,4%) e sobretudo dos loteamentos e obras (+28,7%) e da ocupação da via pública (+13,5%), receitas diretamente associadas à atividade económica e que traduzem alguma retoma da crise que o País e a Região atravessam.

A derrama aumentou cerca de 40%, depois de ter sofrido uma redução de 38% no ano anterior. Mesmo assim, ficou aquém do valor de 2,1 M€ registado em 2012. Em 2013, 8 municípios cobraram derrama, tendo-se-lhes juntado mais 1 em 2014 (Praia da Vitória) o que justifica em parte o aumento verificado, o qual também se deve ao aumento de 25% em Ponta Delgada. Dos 9 municípios que cobraram derrama em 2014, 5 estão com programas de saneamento financeiro em execução, tendo contraído empréstimos nesse âmbito. O

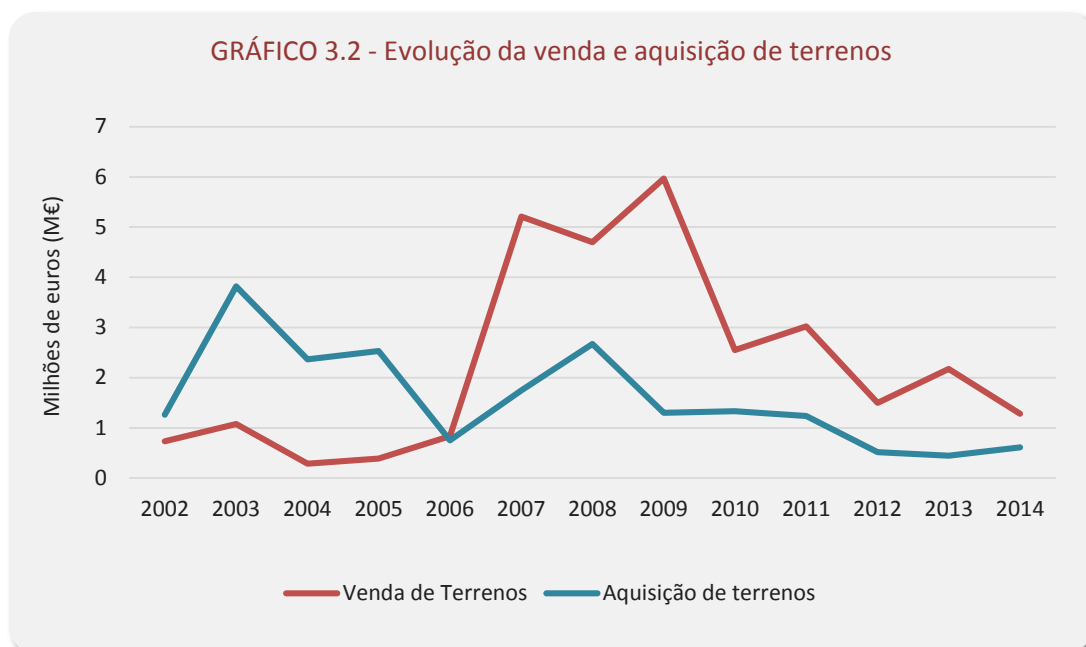


lançamento de derramas e outras medidas conducentes à maximização das receitas própria são procedimentos obrigatórios para os municípios em situação financeira difícil.

### A venda de terrenos

As receitas próprias incluem receitas de natureza esporádica, nomeadamente a venda de bens de investimento, onde se incluem os terrenos. O peso relativo destas receitas não é expressivo, ocupando 2,4% das receitas próprias e registou uma diminuição de 41%. Interessa, no entanto, fazer uma comparação entre a venda e a aquisição de terrenos e tentar perceber que política tem sido seguida ao longo dos anos.

O gráfico seguinte mostra a evolução da venda e da aquisição de terrenos, sendo possível verificar que entre 2002 e 2006 os municípios compraram mais do que venderam, mas a partir de 2006 a situação inverte-se, com claro predomínio da venda. Naturalmente que só é possível vender terrenos que foram previamente adquiridos ou obtidos de outra forma (doações, expropriações, etc.), pelo que a tendência de vender mais terrenos do que se compra não pode manter-se, e de facto, a partir de 2009, verifica-se um decréscimo mais acentuado nas vendas, com os valores de compra e venda baixos e perto um do outro nos últimos anos.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Os gráficos seguintes permitem observar a estrutura das receitas próprias do conjunto dos municípios e do conjunto municípios, serviços municipalizados e associações de municípios. O peso das rubricas de receitas cobradas apenas pelos municípios (impostos, derrama, loteamentos) diminui quando as outras entidades são consideradas, ao contrário de receitas como venda de água e saneamento.

GRÁFICO 3.3 - Receitas Próprias - CM

Total de receitas  
53,3 M€.

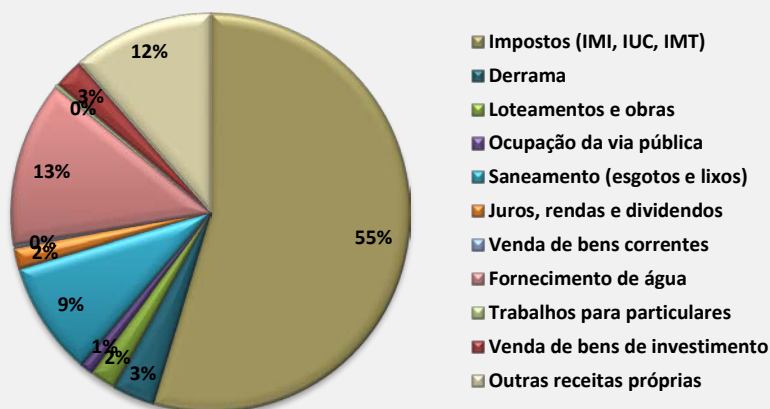
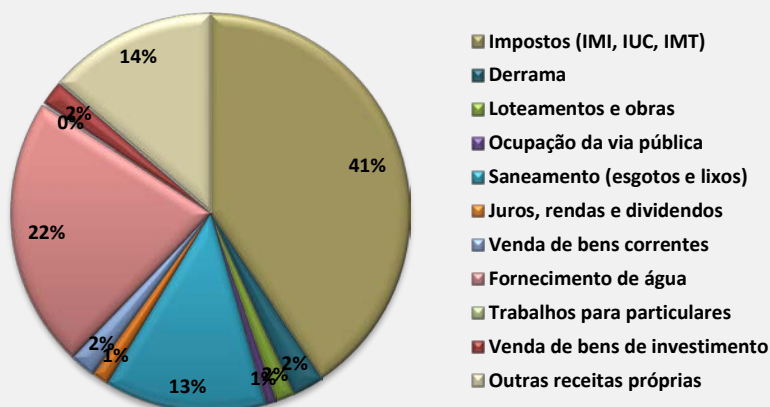


GRÁFICO 3.4 - Receitas Próprias - CM+SM+AM

Total de receitas  
71,7 M€.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

### 3.2.2 Fundos do Orçamento do Estado

O quadro 3.7 mostra que esta receita sofreu uma redução de 2,6% em termos globais. Com exceção de Angra do Heroísmo, com uma redução de 1,2%, nos restantes municípios esta receita diminuiu entre 2,7% e 2,8%. Refira-se que as transferências do FEF, a maior componente destes fundos (entre 68,8% em Ponta Delgada e 98,8% no Corvo), podem sofrer retenções de diversa ordem, sendo as verbas retidas posteriormente devolvidas, quando os municípios entregam à DGAL a informação em falta, o que nem sempre acontece no próprio ano, ou entregues diretamente a credores do município.

QUADRO 3.7 - Evolução dos Fundos do OE - Municípios - Unidades Territoriais

ANOS	PAÍS	Variação anual %	AÇORES	Variação anual %	Euros	
					MADEIRA	Variação anual %
2005	2.298.418.595	2,1%	91.454.921	2,2%	62.868.422	2,2%
2006	2.298.418.595	0,0%	91.454.921	0,0%	62.868.422	0,0%
2007	2.298.418.595	0,0%	91.724.530	0,3%	63.407.373	0,9%
2008	2.406.532.953	4,7%	96.310.757	5,0%	66.312.007	4,6%
2009	2.513.722.014	4,5%	101.126.295	5,0%	69.375.161	4,6%
2010	2.525.840.322	0,5%	102.162.907	1,0%	69.855.556	0,7%
2011	2.397.864.673	-5,1%	96.575.055	-5,5%	66.362.779	-5,0%
2012	2.283.996.289	-4,7%	92.140.392	-4,6%	63.072.382	-5,0%
2013	2.284.229.497	0,0%	92.203.246	0,1%	63.046.298	0,0%
2014	2.176.235.813	-4,7%	89.668.379	-2,7%	61.262.758	-2,8%
2015	2.302.605.962	5,8%	94.140.008	5,0%	62.897.458	2,7%

Os valores efetivamente atribuídos aos municípios pelas leis do Orçamento do Estado, de acordo com as leis de finanças locais em vigor, são apresentados no quadro 3.7. Em 2014, verifica-se uma diminuição de 4,7% para o total dos municípios do País, mas nos Açores essa redução foi inferior (2,7%), bem como na Região Autónoma da Madeira (2,8%).

#### Receitas certas e receitas variáveis

As transferências do Orçamento do Estado representaram no total 51% das receitas totais, variando esta percentagem consoante o peso relativo das outras transferências ou dos empréstimos. Somando as receitas próprias e os Fundos OE, temos as receitas certas ou regulares, por contraponto às receitas variáveis (Transferências da União Europeia e do Governo Regional, e empréstimos). Normalmente, são as receitas variáveis, as responsáveis por maiores oscilações nas receitas totais e isso pode ver-se no gráfico 3.5 da

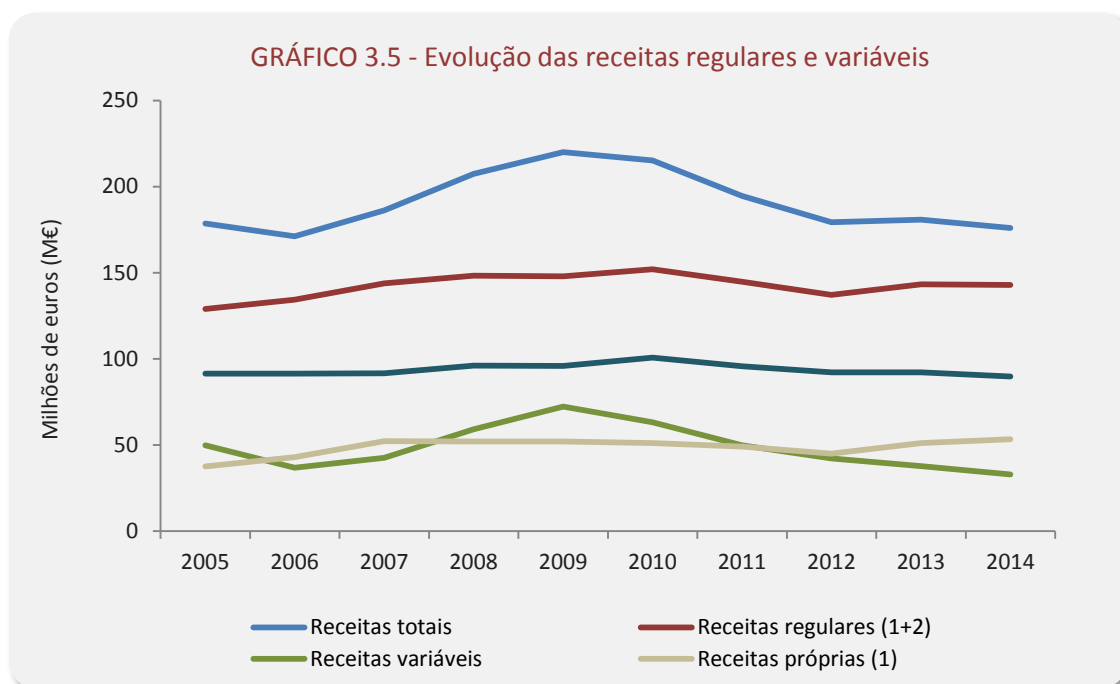


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

evolução das receitas. O comportamento da linha azul (receitas totais) é semelhante ao da linha verde (receitas variáveis).

A comparação das receitas certas entre os municípios é útil e permite tirar conclusões mais corretas sobre a sua situação financeira.

Em 2014 os municípios receberam cerca de 143 M€ de receitas certas (81% do total) e cerca de 33 M€ de receitas variáveis (19% do total). Se as receitas totais diminuíram 2,8% essa redução deve-se mais às receitas variáveis, pois as receitas certas quase não se alteraram (-0,2%). Os 81% das receitas certas resultam dos 30% de receitas próprias e dos 51% dos Fundos OE.



Comparando as duas componentes das receitas certas (receitas próprias e fundos OE), verifica-se que apenas em Ponta Delgada as receitas próprias (54%) excedem os fundos OE, aparecendo em seguida a Lagoa, com uma percentagem de receitas próprias de 48% das receitas certas. Destacam-se ainda os municípios de Ribeira Grande (45%), Vila Franca do Campo (45%) e Horta (40%), todos com valores superiores a Angra do Heroísmo (38%) e Praia da Vitória (33%). Repare-se no valor do Corvo (4%), bastante inferior relativamente ao segundo mais baixo, Santa Cruz das Flores (11%), sendo de destacar também o Nordeste (13%), bem inferior a Lajes das Flores (19%). É de referir que o município do Nordeste aumentou as suas receitas próprias em 32% e os seus fundos OE diminuíram 2,8%, pelo que no ano anterior o peso das suas receitas próprias era ainda mais baixo.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 3.8 - Receitas certas – 2014

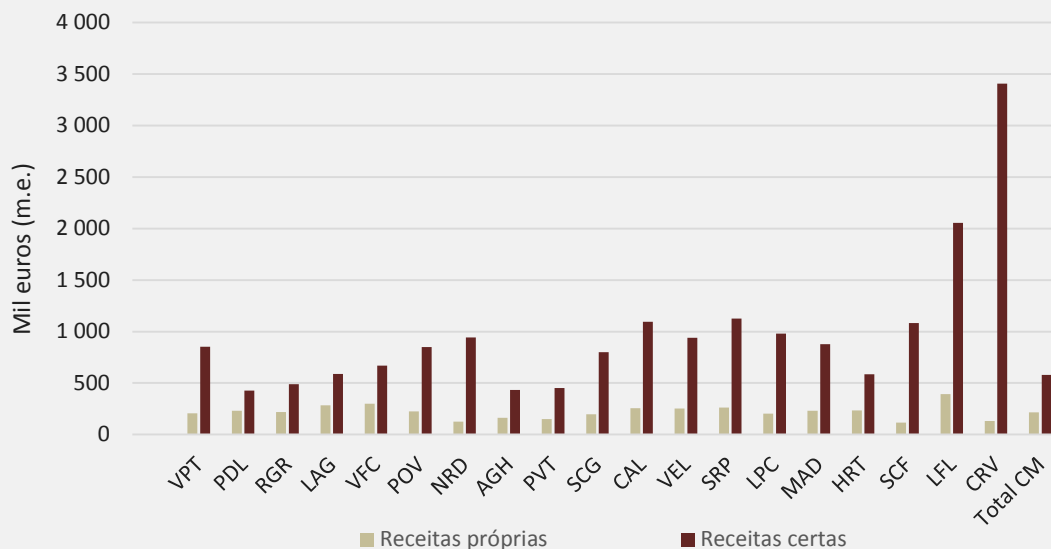
Euros					
Municípios	Receitas Locais	%	Transferências OE	%	Receitas Certas
VPT	1.142.029	24	3.597.431	76	4.739.460
PDL	15.821.972	54	13.604.579	46	29.426.551
RGR	7.016.907	45	8.710.028	55	15.726.935
LAG	4.093.588	48	4.379.478	52	8.473.066
VFC	3.365.690	45	4.140.175	55	7.505.865
POV	1.431.636	27	3.943.459	73	5.375.095
NRD	612.246	13	4.036.612	87	4.648.858
AGH	5.786.253	38	9.537.283	62	15.323.536
PVT	3.146.132	33	6.374.625	67	9.520.757
SCG	862.466	25	2.647.656	75	3.510.122
CAL	966.775	23	3.164.980	77	4.131.755
VEL	1.370.798	27	3.702.286	73	5.073.084
SRP	889.007	23	2.923.180	77	3.812.187
LPC	962.187	21	3.661.940	79	4.624.127
MAD	1.400.985	26	3.901.397	74	5.302.382
HRT	3.494.897	40	5.261.584	60	8.756.480
SCF	266.625	11	2.214.625	89	2.481.250
LFL	588.807	19	2.504.596	81	3.093.403
CRV	56.292	4	1.408.890	96	1.465.182
<b>CM</b>	<b>53.275.292</b>	<b>545</b>	<b>89.714.804</b>	<b>1.355</b>	<b>142.990.096</b>
SMPDL	9.663.464	100			9.663.464
SMAGH	5.873.296	100			5.873.296
<b>SM</b>	<b>15.536.760</b>	<b>200</b>			<b>15.536.760</b>
AMRAA	1.427.960	100			1.427.960
AMISM	1.170.376	100			1.170.376
AMIP	298.111	100			298.111
<b>AM</b>	<b>2.896.447</b>	<b>300</b>			<b>2.896.447</b>
<b>CM+SM+AM</b>	<b>71.708.500</b>	<b>1.045</b>	<b>89.714.804</b>	<b>1.355</b>	<b>161.423.304</b>

O gráfico seguinte mostra as receitas próprias e certas (receitas próprias + Fundos OE) por habitante, sendo possível perceber a importância dos Fundos OE nos municípios pequenos, pois nestes a receita certa por habitante é muito superior à receita própria. As receitas certas, ou próprias em sentido lato, permitem fazer comparações entre os municípios, avaliar capacidade de endividamento e de investimento, etc.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 3.6 - Receitas próprias e receitas certas, per capita - 2014



O quadro seguinte (3.9) mostra que montantes das receitas certas os municípios conseguem disponibilizar para despesas de investimento, depois de satisfeitos os encargos normais de funcionamento, ou seja, despesas correntes e amortizações de empréstimos.

É interessante comparar os valores e verificar como se comportam os municípios, tendo em conta a sua dimensão.

São precisamente os municípios mais pequenos (Lajes das Flores e Corvo) que apresentam maiores saldos disponíveis. Municípios em má situação financeira, como Nordeste e Vila Franca do Campo, apresentam valores muito baixos, libertando menos de 4% das suas receitas certas para a realização de novos investimentos, ou para o pagamento de dívidas não bancárias. O valor de Ponta Delgada (9%) não é normal, devendo-se a amortizações extraordinárias de empréstimos que este município efetuou com o aumento das suas receitas de IMI decorrentes da reavaliação de imóveis, conforme preconizava a Lei do Orçamento do estado (LOE) de 2014. De toda a forma, se isso não se tivesse verificado, o valor de Ponta Delgada seria da ordem dos 14%, continuando a ser um dos mais baixos neste indicador. Este indicador mostra, de certa forma, como os Fundos OE alteram o grau de dependência financeira dos municípios, assim como a adequação dos critérios atualmente utilizados na distribuição desses fundos. Recorde-se que, nos termos da lei das finanças locais, o FEF global, resultante do produto da cobrança dos 3 maiores impostos, Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares (IRS), Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e IVA, é distribuído pelos municípios de acordo com critérios de diversa ordem, população, área, etc. Estes critérios têm como objetivo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

disponibilizar um mínimo de receitas a todos os municípios para estes executarem as suas competências e devem complementar as receitas próprias as quais são mais reduzidas nos municípios pequenos pelo que estes necessitam mais da contribuição do FEF. Daí a sua designação de Fundo de Equilíbrio Financeiro.

**QUADRO 3.9 - Investimento financiado por receitas certas**

*Euros*

MUNICIPIOS/ SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	Receitas Certas (Rec próprias + Fundos OE)	Despesas correntes	Saldo 1	Amortizações empréstimos mlp	Saldo 2 - disponível para investimentos	% das receitas certas
VPT	4.739.460	3.520.475	<b>1.218.985</b>	211.694	1.007.290	<b>21,3%</b>
PDL	29.426.551	23.706.416	<b>5.720.136</b>	3.053.243	2.666.892	<b>9,1%</b>
RGR	15.726.935	8.324.364	<b>7.402.571</b>	1.502.366	5.900.205	<b>37,5%</b>
LAG	8.473.066	6.652.839	<b>1.820.228</b>	676.119	1.144.109	<b>13,5%</b>
VFC	7.505.865	5.900.934	<b>1.604.931</b>	1.335.319	269.612	<b>3,6%</b>
POV	5.375.095	3.441.460	<b>1.933.635</b>	661.552	1.272.083	<b>23,7%</b>
NRD	4.648.858	3.609.450	<b>1.039.408</b>	947.495	91.912	<b>2,0%</b>
AGH	15.323.536	9.817.100	<b>5.506.436</b>	1.656.478	3.849.957	<b>25,1%</b>
PVT	9.520.757	6.150.692	<b>3.370.065</b>	843.854	2.526.211	<b>26,5%</b>
SCG	3.510.122	2.570.689	<b>939.434</b>	261.265	678.169	<b>19,3%</b>
CAL	4.131.755	2.527.604	<b>1.604.152</b>	975.642	628.509	<b>15,2%</b>
VEL	5.073.084	3.012.136	<b>2.060.948</b>	490.585	1.570.363	<b>31,0%</b>
SRP	3.812.187	2.662.740	<b>1.149.447</b>	130.714	1.018.732	<b>26,7%</b>
LPC	4.624.127	3.079.027	<b>1.545.101</b>	813.556	731.544	<b>15,8%</b>
MAD	5.302.382	3.809.693	<b>1.492.689</b>	441.263	1.051.426	<b>19,8%</b>
HRT	8.756.480	6.424.593	<b>2.331.888</b>	535.487	1.796.401	<b>20,5%</b>
SCF	2.481.250	1.690.562	<b>790.688</b>	173.737	616.951	<b>24,9%</b>
LFL	3.093.403	1.665.843	<b>1.427.560</b>	208.018	1.219.542	<b>39,4%</b>
CRV	1.465.182	836.557	<b>628.626</b>	114.212	514.413	<b>35,1%</b>
<b>Total CM</b>	<b>142.990.096</b>	<b>99.403.172</b>	<b>43.586.924</b>	<b>15.032.601</b>	<b>28.554.323</b>	<b>20,0%</b>
SMAH	5.873.296	5.606.906	<b>266.389</b>	62.633	203.757	<b>3,5%</b>
SMPD	9.663.464	6.143.673	<b>3.519.792</b>	0	3.519.792	<b>36,4%</b>
<b>Total SM</b>	<b>15.536.760</b>	<b>11.750.579</b>	<b>3.786.181</b>	<b>62.633</b>	<b>3.723.548</b>	<b>24,0%</b>
AMISM	1.170.376	129.453	<b>1.040.923</b>	88.023	952.900	<b>81,4%</b>
AMIP	298.111	273.432	<b>24.679</b>	0	24.679	<b>8,3%</b>
AMRAA	1.427.960	1.444.970	<b>-17.010</b>	0	-17.010	<b>-1,2%</b>
<b>Total AM</b>	<b>2.896.447</b>	<b>1.847.855</b>	<b>1.048.592</b>	<b>88.023</b>	<b>960.569</b>	<b>33,2%</b>

O quadro inclui os serviços municipalizados e as associações de municípios, e para estas entidades as receitas certas são as receitas próprias, pois não recebem Fundos do OE. Comparando os serviços municipalizados, verificamos uma diferença significativa, não só na dimensão das verbas movimentadas, mas na sua estrutura. Nos SMPD o rácio de “receitas certas / despesas correntes” é de 1,6, mas nos SMAH esse rácio é de apenas 1,04. Como resultado, Ponta Delgada liberta para investimento 36,4% das suas receitas certas, enquanto Angra do Heroísmo apenas consegue libertar 3,5%.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Nas associações de municípios, as diferenças são também assinaláveis. Por um lado, a AMRAA não consegue cobrir as suas despesas correntes com as suas receitas certas. No caso da AMIP, existe um saldo de 8,3%, mas na AMISM as receitas certas superam largamente as despesas fixas (correntes e amortização de empréstimos), sobrando 81,4%.

### 3.2.3 Fundos Comunitários

Estas transferências totalizaram 25,7 M€ em 2014, sendo praticamente todas destinadas a investimentos (transferências de capital), representando as transferências correntes apenas 0,3% do total transferido. O aumento registado nesta fonte de receita foi de 32%, fazendo com que o seu peso no total das receitas atingisse 14,6%, face aos 10,8% de 2013.

Em 10 municípios, o valor desta receita, em 2014, foi superior à média do período 2005 – 2014, sendo que em 2 deles (Nordeste e Horta) o valor de 2014 foi o melhor do período referido.

Todos os municípios receberam verbas dos fundos comunitários em 2014 (a Calheta, há 3 anos que não recebia) mas a Praia da Vitória teve em 2014 o seu pior ano (9,3% da média anual recebida no período em análise). É de assinalar que este município tem o record de verbas recebidas da União Europeia num só ano – 6,2 M€ em 2010. A média de recebimentos mais elevada surge em Ponta Delgada (3 M€) seguida da Ribeira Grande (2,2 M€), Angra do Heroísmo (1,9 M€), Horta (1,5 M€) e Praia da Vitória (1,3 M€).

QUADRO 3.10 - Transferências dos Fundos Comunitários

Euros

Municípios	2 005	2 006	2 007	2 008	2 009	2 010	2 011	2 012	2 013	2 014	Média
VPT	1 035 965	3 383 209	370 485	445 352	2 039 505	284 087	143 599	626 034	90 076	759 449	917 776
PDL	4 819 974	2 155 657	1 284 717	4 505 418	4 651 889	1 026 010	1 378 906	3 558 321	1 820 660	4 636 470	2 983 802
RGR	4 664 743	1 813 140	1 480 803	1 319 917	3 999 928	1 736 435	1 776 892	2 466 945	1 079 088	2 046 692	2 238 458
LAG	486 609	112 273	37 893	178 163	3 495 315	1 662 437	875 007	947 082	833 444	434 877	906 310
VFC	748 232	508 852	384 369	14 145	761 194	427 633	535 359	1 716 163	2 003 925	1 169 746	826 962
POV	730 786	283 373	373 175	10 230	41 469	1 106 343	1 259 393	183 142	3 939	966 753	495 860
NRD	1 171 200	1 443 785	992 241	598 097	1 490 220	1 256 088	362 486	1 163 440	770 849	1 983 861	1 123 227
AGH	2 046 100	1 294 313	840 680	1 122 172	1 065 845	3 144 019	3 759 762	2 031 401	1 974 710	1 642 720	1 892 172
PVT	187 607	676 802	965 641	255 728	2 552 314	6 171 817	1 042 465	650 666	792 000	124 531	1 341 957
SCG	804 731	120 662	1 608 495	702 968	490 382	962 232	1 195 755	1 708 390	907 311	1 216 158	971 708
CAL	1 174 959	827 145	2 461 686	1 083 174	509 378	156 741	0	0	0	622 353	683 544
VEL	743 649	733 759	504 083	910 961	1 058 455	947 285	526 873	504 604	340 077	505 931	677 568
SRP	645 181	140 839	113 382	302 604	1 104 349	1 217 797	1 480 021	223 184	282 762	198 660	570 878
LPC	1 367 839	852 978	1 265 948	1 603 736	406 687	2 139 736	91 252	272 675	2 734 907	1 272 490	1 200 825
MAD	950 773	1 211 376	815 253	514 036	2 856 548	482 856	546 543	164 244	865 664	1 884 883	1 029 218
HRT	2 362 419	1 747 846	600 439	583 620	2 791 794	1 204 091	770 913	577 224	1 470 165	2 952 832	1 506 134
SCF	1 515 607	1 921 559	588 101	0	192 728	1 117 655	623 406	232 343	700 571	1 614 631	850 660
LFL	733 592	8 930	178 321	850 190	250 000	1 759 147	149 522	703 480	2 004 626	1 602 633	824 044
CRV	22 406	92 019	129 414	43 983	14 987	66 586	1 579 304	764 679	835 603	91 364	364 034
TOTAL	26 212 373	19 328 517	14 995 126	15 044 492	29 772 985	26 868 995	18 097 459	18 494 017	19 510 376	25 727 034	21 405 138

Valor mais alto nos últimos 10 anos  
Valor acima da média dos 10 anos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O quadro seguinte mostra os valores acumulados das duas maiores fontes de receita externa, bem como a sua dimensão relativamente à população e à área dos municípios.

Considerando valores por habitante, no caso dos Fundos UE, os valores mais baixos são os de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, no entanto, por km2 a situação é diferente.

**QUADRO 3.11 - Valor acumulado das principais transferências no período 2005-2014**

CM	Fundos OE	%	Fundos UE	%	Total de Fundos	Euros			
						Fundos OE por habitante	Fundos UE por habitante	Fundos OE por Km2	Fundos UE por Km2
VPT	37 735 895	80,4%	9 177 761	19,56%	<b>46 913 656</b>	6 797	1 653	389 472	94 724
PDL	140 930 041	82,5%	29 838 023	17,47%	<b>170 768 064</b>	2 048	434	604 876	128 066
RGR	91 047 248	80,3%	22 384 584	19,73%	<b>113 431 832</b>	2 835	697	505 397	124 255
LAG	45 953 692	83,5%	9 063 099	16,47%	<b>55 016 791</b>	3 188	629	1 007 977	198 796
VFC	43 424 274	84,0%	8 269 620	16,00%	<b>51 693 894</b>	3 867	736	556 936	106 062
POV	40 555 963	89,1%	4 958 604	10,89%	<b>45 514 567</b>	6 410	784	381 129	46 599
NRD	42 716 936	79,2%	11 232 265	20,82%	<b>53 949 202</b>	8 652	2 275	420 981	110 695
AGH	97 876 166	83,8%	18 921 721	16,20%	<b>116 797 887</b>	2 765	534	409 524	79 170
PVT	66 892 766	83,3%	13 419 570	16,71%	<b>80 312 336</b>	3 180	638	414 787	83 212
SCG	27 897 872	74,2%	9 717 084	25,83%	<b>37 614 956</b>	6 353	2 213	459 906	160 189
CAL	33 443 441	83,0%	6 835 436	16,97%	<b>40 278 877</b>	8 864	1 812	264 878	54 138
VEL	38 983 090	85,2%	6 775 676	14,81%	<b>45 758 766</b>	7 222	1 255	332 110	57 724
SRP	30 768 002	84,3%	5 708 779	15,65%	<b>36 476 781</b>	9 081	1 685	216 128	40 101
LPC	38 556 699	76,3%	12 008 248	23,75%	<b>50 564 948</b>	8 184	2 549	248 256	77 318
MAD	41 005 533	79,9%	10 292 176	20,06%	<b>51 297 709</b>	6 779	1 701	278 722	69 958
HRT	54 824 191	78,4%	15 061 342	21,55%	<b>69 885 533</b>	3 656	1 004	316 793	87 030
SCF	23 315 065	73,3%	8 506 601	26,73%	<b>31 821 666</b>	10 186	3 716	328 798	119 963
LFL	26 405 569	76,2%	8 240 441	23,78%	<b>34 646 010</b>	17 557	5 479	376 953	117 637
CRV	14 853 615	80,3%	3 640 344	19,68%	<b>18 493 959</b>	34 543	8 466	868 125	212 761
RAA	937 186 058	81,4%	214 051 375	18,59%	<b>1 151 237 434</b>	3 798	867	403 619	92 186

#### Financiamento das despesas de capital

À semelhança do que fizemos para as despesas correntes, com a exibição de um quadro com as fontes de financiamento destas despesas, apresenta-se agora um quadro demonstrativo das fontes de financiamento das despesas de capital. A diferença fundamental entre os dois é que, por força da regra do equilíbrio corrente, todas as fontes de financiamento das despesas correntes são receitas correntes, entradas no próprio ano, pelo que neste caso trata-se da própria estrutura da receita corrente. No caso das despesas de capital, estas não só são cobertas pelas receitas de capital, entradas no próprio ano, como ainda pelo saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) e saldo orçamental, transitado do ano anterior. Refira-se que estes dois saldos financiam 51% das despesas de capital, atingindo 74% nas Velas, 70% em S. Roque do Pico e 67% em Angra do Heroísmo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Em termos globais para os municípios, o saldo corrente serviu para financiar 40% das despesas de capital, mas esse valor varia, e muito, entre os municípios. Vejam-se os casos da Ribeira Grande ou S. Roque do Pico, onde a contribuição do saldo corrente é de 61% e 56%, respetivamente, ou do Nordeste ou Santa cruz das Flores, onde não chega aos 20%.

QUADRO 3.12 - Fontes de financiamento das despesas de capital – 2014

Euros																
CM	Saldo Inicial	%	Saldo Corrente	%	Fundos OE capital	%	Fundos UE capital	%	Fundos GR capital	%	Empréstimos	%	Outras rec capital	%	Total disponível	%
VPT	463 866	19,0%	884 609	36,3%	324 945	13,3%	759 449	31,1%					7 092	0,3%	2 439 962	100%
PDL	496 147	4,5%	4 765 968	43,0%	974 017	8,8%	4 636 470	41,8%	200 408	1,8%			7 195	0,1%	11 080 204	100%
RGR	425 401	3,9%	6 595 239	61,2%	747 090	6,9%	2 046 692	19,0%	539 578	5,0%	241 000	2,2%	176 472	1,6%	10 771 473	100%
LAG	80 459	2,7%	1 482 473	49,1%	379 449	12,6%	432 969	14,3%	235 995	7,8%	400 000	13,3%	6 120	0,2%	3 017 464	100%
VFC	805 711	21,3%	1 241 188	32,8%	375 212	9,9%	1 169 746	30,9%	142 097	3,8%			50 000	1,3%	3 783 955	100%
POV	278 656	8,3%	1 435 500	42,9%	364 719	10,9%	966 753	28,9%	128 684	3,8%			173 175	5,2%	3 347 488	100%
NRD	197 727	4,1%	827 627	17,0%	390 123	8,0%	1 924 545	39,6%			1 520 987	31,3%			4 861 008	100%
AGH	3 326 245	30,8%	3 924 360	36,3%	769 359	7,1%	1 642 720	15,2%	172 523	1,6%			975 628	9,0%	10 810 834	100%
PVT	629 224	12,7%	2 412 090	48,9%	550 768	11,2%	124 531	2,5%	225 080	4,6%	240 000	4,9%	753 665	15,3%	4 935 358	100%
SCG	92 391	4,1%	704 533	30,9%	251 553	11,0%	1 216 158	53,4%	14 725	0,6%			0	0,0%	2 279 359	100%
CAL	220 036	9,0%	1 287 308	52,7%	309 037	12,6%	622 353	25,5%					5 738	0,2%	2 444 473	100%
VEL	848 047	24,4%	1 703 332	49,1%	352 061	10,1%	505 931	14,6%	59 950	1,7%			0	0,0%	3 469 321	100%
SRP	225 075	14,2%	886 910	55,8%	279 186	17,6%	198 660	12,5%					0	0,0%	1 589 831	100%
LPC	70 761	1,7%	1 206 553	29,5%	350 115	8,5%	1 272 490	31,1%	528 495	12,9%	200 000	4,9%	467 719	11,4%	4 096 134	100%
MAD	100 361	2,9%	1 116 112	32,0%	368 170	10,6%	1 866 905	53,6%					34 574	1,0%	3 486 122	100%
HRT	540 022	9,3%	1 872 502	32,1%	455 960	7,8%	2 952 832	50,6%	7 500	0,1%			6 035	0,1%	5 834 850	100%
SCF	556 854	18,7%	579 252	19,5%	211 403	7,1%	1 614 631	54,3%					12 700	0,4%	2 974 841	100%
LFL	264 031	7,3%	919 542	25,3%	246 790	6,8%	1 602 633	44,2%			300 000	8,3%	296 194	8,2%	3 629 190	100%
CRV	252 021	17,9%	504 064	35,7%	139 345	9,9%	91 364	6,5%	425 000	30,1%			0	0,0%	1 411 795	100%
Total CM	9 873 036	11,4%	34 349 161	39,8%	7 839 302	9,1%	25 647 833	29,7%	2 680 035	3,1%	2 901 987	3,4%	2 972 308	3,4%	86 263 662	100%
SMPD	2 126 564	35,4%	3 519 792	58,6%									360 405	6,0%	6 006 761	100%
SMAH	1 092 074	53,8%	262 701	13,0%									673 743	33,2%	2 028 517	100%
PDL+SM	2 622 710	15,3%	8 285 760	48,5%	974 017	5,7%	4 636 470	27,1%	200 408	1,2%			367 600	2,2%	17 086 965	100%
AGH+SM	4 418 319	34,4%	4 187 061	32,6%	769 359	6,0%	1 642 720	12,8%	172 523	1,3%			1 649 370	12,8%	12 839 352	100%
CM+SM	13 091 673	13,9%	38 131 654	40,4%	7 839 302	8,3%	25 647 833	27,2%	2 680 035	2,8%	2 901 987	3,1%	4 006 456	4,2%	94 298 940	100%

Principal fonte de financiamento das despesas de capital do município

A contribuição do saldo corrente (40%) foi em média superior à do FEF de capital (9%). Na maioria dos municípios, a maior fonte de financiamento vem do saldo corrente.

Finalmente, nos serviços municipalizados, a contribuição do saldo corrente é, também, elevada, uma vez que nestes serviços a receita é essencialmente de natureza corrente.

### 3.2.4 Empréstimos

Os empréstimos contraídos constituem receita orçamental, tal como os impostos, transferências e outros. No caso dos empréstimos de curto prazo, estes servem apenas para antecipar receita prevista no ano, sendo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

obrigatoriamente amortizados no próprio ano, pelo que o aumento de receita que geram é anulado pela despesa com a sua amortização, sendo ainda de acrescentar os juros, que é o que se paga por receber mais cedo a verba em causa. Em 2014, foram contraídos 1,1 M€ de empréstimos de curto prazo por 4 municípios. Pelo quadro 3.13, verifica-se uma tendência de diminuição no valor destes empréstimos, registando-se uma média de 957 m.e. nos últimos 3 anos, comparada com uma média de 4,3 M€ no período 2008 – 2011.

Com um valor total de 1,8 M€ de empréstimos de médio e longo prazo contraídos por 2 municípios, sendo que o Nordeste por si só contraiu 1,5 M€, 2014 surge como o ano em que o volume de empréstimos contraídos foi mais baixo nos últimos 10 anos em que a média foi de 15,6 M€. Além disso, no caso do Nordeste o empréstimo foi contraído junto do Estado, no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), tendo como objetivo a redução de dívidas a fornecedores.

QUADRO 3.13 - Empréstimos contraídos

Tipo de empréstimo	Euros						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Curto Prazo	3 551 119	4 110 783	5 419 833	4 010 000	400 000	1 330 000	1 140 000
MLP-Invest	12 083 385	22 627 811	8 677 828	3 123 232	1 998 111	28 172	241 000
MLP-San Fin	9 500 000	0	5 758 698	14 357 651	11 534 168	4 401 020	0
MLP-Estado	0	0	0	0	2 802 182	7 344 316	1 520 987
Total MLP	21 583 385	22 627 811	14 436 526	17 480 882	16 334 461	11 773 508	1 761 987
<b>Total</b>	<b>25 134 503</b>	<b>26 738 594</b>	<b>19 856 359</b>	<b>21 490 882</b>	<b>16 734 461</b>	<b>13 103 508</b>	<b>2 901 987</b>

Nos 7 anos do período mostrado no quadro 3.13 foram contraídos 106 M€ de empréstimos de médio e longo prazo, dos quais, 54% no âmbito de planos de saneamento financeiro recorrendo a empréstimos concedidos pela Banca ou pelo Estado. O peso percentual destes empréstimos de saneamento financeiro é maior nos últimos 5 anos (77%) e ainda maior nos últimos 3 (92%).



## 4. DESPESAS MUNICIPAIS

### 4.1 Estrutura e evolução da despesa

A despesa total dos municípios foi de 172,1 M€ em 2014 (-3% do que em 2013). No conjunto municípios, serviços municipalizados e associações de municípios o total da despesa foi de 192,0 M€, o que significou um decréscimo de 2%, em relação a 2013. Contribuíram para esse resultado os municípios e associações de municípios, uma vez que os serviços municipalizados aumentaram a sua despesa em 10%, em consequência de um aumento do investimento direto dos SMAH no abastecimento de água e rede de esgotos. Relativamente às associações de municípios, verifica-se um decréscimo de 67% no total das despesas da AMIP, explicada por uma redução de 34% nas despesas de pessoal e de 86% nas despesas de investimento. No caso da AMISM as suas despesas totais aumentaram 24%, essencialmente devido a um grande aumento no investimento de 328%, já que as despesas de funcionamento (pessoas, bens e serviços) diminuíram significativamente (78%), devido à transferência da atividade de gestão de resíduos para a empresa intermunicipal MUSAMI.

Da despesa total realizada pelos serviços municipalizados e associações de municípios, uma pequena parte, cerca de 4%, é financiada por transferências recebidas dos municípios, pelo que, este valor (716 m.e.) estará duplicado no total dos 192,0 M€ de despesa realizada por estas 3 entidades.

Em relação à estrutura da despesa, 75% dos gastos realizados pelos municípios são relativos a 3 rubricas: pessoal (30%), investimento direto (26%) e aquisição de bens e serviços (17%). De notar a redução da despesa com investimento delegado, maioritariamente explicada pelo decréscimo das transferências de capital para empresas do SEL (44%), a redução da despesa com o pagamento de juros (31%), em linha com a menor contração de empréstimos verificada nos últimos anos e a redução das transferências correntes e subsídios para empresas (37%).

Nos serviços municipalizados, 88% da despesa é realizada com custos de pessoal (44%), aquisição de bens e serviços (22%) e investimento direto (29%). Quanto às associações de municípios, as principais rubricas de gasto são a aquisição de bens e serviços (23%), investimento direto (22%) e outras despesas (46%).

O peso das despesas com pessoal nos serviços municipalizados é superior ao que se regista nos municípios. Esta diferença prende-se com o facto de nos municípios se realizarem também despesas com transferências, o que acaba por diluir os custos com pessoal no total das despesas. Nos serviços municipalizados esta rubrica da despesa (transferências) é praticamente residual.

No quadro 4.1 pode analisar-se, em maior detalhe, a estrutura da despesa destas instituições.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.1 – Evolução e Estrutura das Despesas 2012-2014

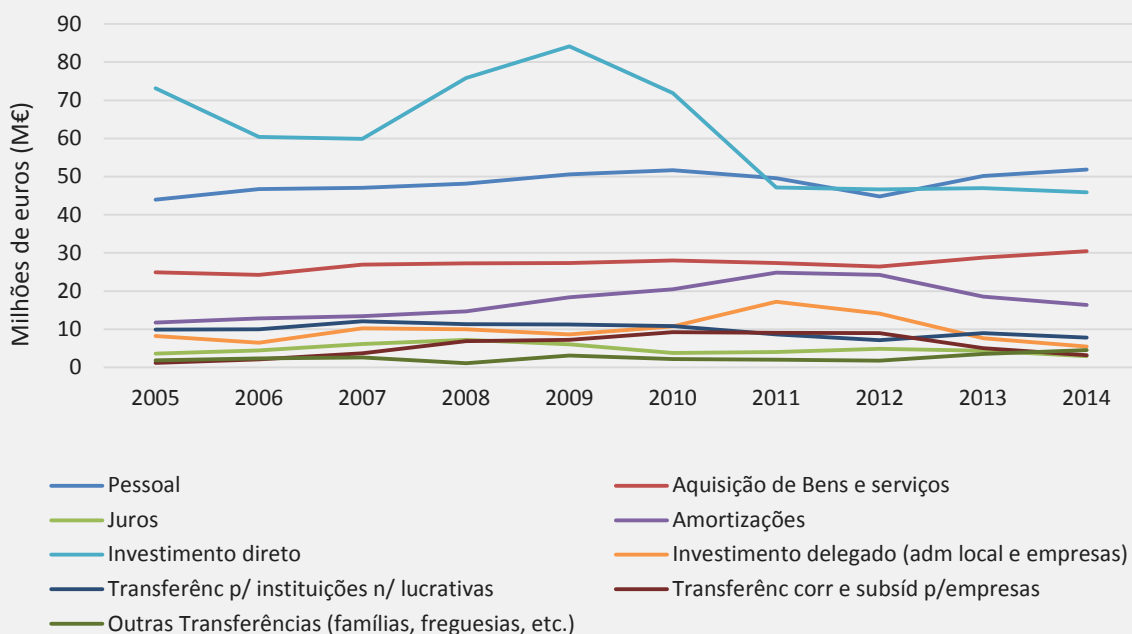
	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
<b>Total RAA</b>	<b>205 342 144</b>		<b>196 162 484</b>		<b>-4,5%</b>	<b>192 034 502</b>		<b>-2,1%</b>
<b>Municípios</b>	<b>182 095 962</b>	<b>100,0%</b>	<b>177 382 924</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2,6%</b>	<b>172 071 030</b>	<b>100,0%</b>	<b>-3,0%</b>
Pessoal	44 843 585	24,6%	50 211 231	28,3%	12,0%	51 834 449	30,1%	3,2%
Aquisição de Bens e serviços	26 403 226	14,5%	28 776 522	16,2%	9,0%	30 486 546	17,7%	5,9%
Juros	4 849 029	2,7%	4 352 838	2,5%	-10,2%	2 986 146	1,7%	-31,4%
Amortizações	24 264 697	13,3%	18 590 198	10,5%	-23,4%	16 377 601	9,5%	-11,9%
Investimento direto	46 651 980	25,6%	46 982 780	26,5%	0,7%	45 861 673	26,7%	-2,4%
Investimento delegado (adm local e empresas)	14 064 432	7,7%	7 648 444	4,3%	-45,6%	5 458 521	3,2%	-28,6%
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	7 156 833	3,9%	9 016 558	5,1%	26,0%	7 832 899	4,6%	-13,1%
Transferênc corr e subsíd p/empresas	8 984 994	4,9%	5 070 419	2,9%	-43,6%	3 196 656	1,9%	-37,0%
Outras Transferências (famílias, freguesias, etc.)	1 753 946	1,0%	3 568 817	2,0%	103,5%	4 518 121	2,6%	26,6%
Outras Despesas	3 123 238	1,7%	3 165 116	1,8%	1,3%	3 518 418	2,0%	11,2%
<b>Serviços municipalizados</b>	<b>16 958 900</b>	<b>100,0%</b>	<b>15 093 771</b>	<b>100,0%</b>	<b>-11,0%</b>	<b>16 623 188</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,1%</b>
Pessoal	6 541 951	38,6%	7 199 217	47,7%	10,0%	7 286 226	43,8%	1,2%
Aquisição de Bens e serviços	3 702 179	21,8%	3 525 012	23,4%	-4,8%	3 726 966	22,4%	5,7%
Juros	48 592	0,3%	24 712	0,2%	-49,1%	10 493	0,1%	-57,5%
Amortizações	165 367	1,0%	173 094	1,1%	4,7%	62 633	0,4%	-63,8%
Investimento direto	4 948 258	29,2%	2 629 152	17,4%	-46,9%	4 809 976	28,9%	82,9%
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	3 676	0,0%	3 650	0,0%	-0,7%	3 650	0,0%	0,0%
Outras Transferências (famílias, freguesias, etc.)	1 000 000	5,9%	800 000	5,3%	-20,0%	0	0,0%	-100,0%
Outras Despesas	548 878	3,2%	738 933	4,9%	34,6%	723 244	4,4%	-2,1%
<b>Associações de municípios</b>	<b>6 287 283</b>	<b>100,0%</b>	<b>3 685 789</b>	<b>100,0%</b>	<b>-41,4%</b>	<b>3 340 284</b>	<b>100,0%</b>	<b>-9,4%</b>
Pessoal	294 580	4,7%	204 353	5,5%	-30,6%	186 071	5,6%	-8,9%
Aquisição de Bens e serviços	2 634 496	41,9%	1 153 506	31,3%	-56,2%	754 748	22,6%	-34,6%
Juros	54 914	0,9%	36 186	1,0%	-34,1%	2 836	0,1%	-92,2%
Amortizações	88 023	1,4%	554 358	15,0%	529,8%	88 023	2,6%	-84,1%
Investimento direto	2 559 866	40,7%	380 220	10,3%	-85,1%	729 405	21,8%	91,8%
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	3 560	0,1%	442	0,0%	-87,6%	30 065	0,9%	6701,9%
Outras Transferências (famílias, freguesias, etc.)	42 125	0,7%	9 049	0,2%	-78,5%	352	0,0%	-96,1%
Outras Despesas	609 719	9,7%	1 347 675	36,6%	121,0%	1 548 784	46,4%	14,9%

No gráfico 4.1, é apresentada a evolução das principais rubricas de despesa dos municípios. No caso do investimento, verifica-se um aumento nos anos de 2008 e 2009, seguido de uma queda 2011 para valores que se mantêm até 2014. Neste momento, esta rubrica da despesa é menos representativa do que a despesa com pessoal, que apesar de ter sofrido uma queda no ano de 2012, devido a alterações nas leis laborais, voltou a aumentar nos anos seguintes. A par do investimento direto, também o delegado tem sofrido uma diminuição, passando de 17,2 M€ em 2011 para os atuais 5,5 M€, em 2014.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 4.1 - Evolução da despesa dos municípios por rubrica 2005-2014



Em relação aos municípios individualmente, há que destacar o decréscimo na despesa da Câmara Municipal do Nordeste (56%), explicado por um maior valor de despesa em 2013, decorrente da liquidação de alguns empréstimos no âmbito de processos de saneamento financeiro e PAEL. O valor da despesa do município do Nordeste, em 2014, torna a estar, assim, em linha com os valores registados até 2012. Também os municípios das Lajes do Pico (30%) e Corvo (28%) registaram significativos decréscimos na despesa, em relação ao ano anterior, ambos motivados por valores elevados, em 2013, do investimento direto financiado por transferências da UE e do OE.

Apesar do valor total das despesas dos municípios ter diminuído, alguns revelaram uma tendência de aumento nos seus gastos, como é o caso dos municípios de Vila do Porto (25%) e Santa Cruz das Flores (26%). Esses aumentos deveram-se, sobretudo, a um maior investimento direto, financiado por fundos da UE. No quadro abaixo, pode analisar-se em detalhe, para cada município, o peso e a variação de cada rubrica vs. 2013.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.2 – Estrutura e variação da despesa por rubrica

Euros

Municípios	Pessoal		Aquisição de bens e serviços		Juros		Amortizações		Inv. Direto		Inv. Delegado		Tranf p/ Inst s/ fins lucrativos		Tranf e subsid p/ SEL		Outras transferências		Outras despesas		Total	
	Δ 13-14	Peso %	Δ 13-14	Peso %	Δ 13-14	Peso %	Δ 13-14	Peso %	Δ 13-14	Peso %	Δ 13-14	Peso %	Δ 13-14	Peso %	Δ 13-14	Peso %	Δ 13-14	Peso %	Δ 13-14	Peso %	Δ 13-14	Peso %
VPT	0,9%	32%	7,3%	24%	-24,3%	0%	32,6%	4%	150,7%	27%	23,6%	4%	-5,1%	7%	-	-	21,4%	2%	75,4%	0%	24,6%	100%
PDL	3,3%	35%	0,9%	23%	-13,4%	1%	69,3%	9%	12,3%	20%	-94,3%	0%	-0,5%	2%	-16,8%	5%	57,4%	5%	-66,1%	0%	5,1%	100%
RGR	1,0%	30%	-3,4%	17%	-81,3%	1%	-23,3%	9%	5,1%	32%	-26,1%	6%	-16,2%	2%	-82,7%	0%	330,7%	1%	33,0%	2%	-8,2%	100%
LAG	15,3%	28%	59,9%	30%	-24,3%	1%	-5,0%	11%	-23,2%	16%	-83,4%	1%	67,6%	5%	-82,9%	1%	45,3%	3%	102,6%	3%	1,4%	100%
VFC	9,5%	27%	7,6%	17%	-7,3%	12%	-4,5%	15%	-26,1%	20%	-	-	45,4%	2%	-87,0%	1%	336,4%	3%	309,9%	3%	-5,0%	100%
POV	7,8%	41%	0,6%	7%	-43,7%	1%	31,0%	13%	180,6%	23%	3,0%	7%	18,0%	1%	-	-	31,5%	2%	-40,1%	5%	21,9%	100%
NRD	-2,3%	22%	-15,1%	11%	22,1%	8%	-62,5%	14%	-84,9%	19%	-100,0%	-	-48,9%	2%	-2,7%	5%	3318,9%	3%	51,2%	16%	-56,0%	100%
AGH	2,4%	27%	6,4%	15%	-11,8%	1%	-6,0%	9%	299,5%	30%	0,5%	6%	-53,3%	6%	6,7%	2%	-24,7%	3%	41,6%	2%	19,1%	100%
PVT	1,1%	31%	11,7%	12%	-79,5%	1%	-17,6%	10%	-22,9%	11%	-10,3%	13%	-2,0%	17%	50,4%	1%	37,8%	2%	198,7%	2%	-6,6%	100%
SCG	0,5%	26%	1,6%	18%	-9,6%	1%	-5,9%	6%	-10,3%	37%	-	-	9,9%	9%	-	-	22,5%	4%	-100,0%	0%	-2,7%	100%
CAL	-2,1%	37%	-5,5%	13%	-16,1%	3%	4,5%	22%	110,2%	23%	-100,0%	-	-52,4%	0%	-	-	-8,7%	1%	62,0%	1%	9,8%	100%
VEL	2,6%	36%	19,3%	26%	-35,7%	0%	-19,6%	11%	100,4%	19%	-100,0%	-	-	2%	-	-	482,2%	6%	-91,0%	1%	-1,4%	100%
SRP	5,6%	28%	46,3%	21%	-16,8%	0%	-76,3%	3%	-5,6%	11%	-0,9%	8%	15,0%	23%	-35,0%	2%	675,0%	1%	-0,9%	1%	0,1%	100%
LPC	1,9%	25%	-5,8%	13%	-25,1%	2%	14,5%	14%	-54,3%	36%	-54,0%	1%	41,8%	5%	-85,5%	0%	61,0%	2%	9,9%	0%	-30,2%	100%
MAD	5,9%	32%	14,6%	16%	-51,5%	0%	-71,3%	6%	88,3%	39%	-73,4%	0%	-9,3%	6%	-	-	-25,9%	1%	22,0%	1%	4,7%	100%
HRT	2,0%	29%	-2,8%	18%	-21,0%	1%	-4,0%	5%	83,4%	35%	6793,7%	5%	-30,8%	2%	-5,5%	2%	-83,1%	1%	24,6%	2%	17,5%	100%
SCF	-4,3%	24%	1,3%	12%	-34,5%	0%	-14,0%	4%	73,0%	53%	-2,4%	2%	49,6%	2%	-	-	359,7%	1%	-100,0%	0%	26,4%	100%
LFL	6,7%	22%	-31,1%	9%	52,0%	0%	146,0%	10%	-13,5%	55%	-56,2%	0%	-18,6%	1%	-99,1%	0%	-65,0%	0%	150,9%	2%	-4,9%	100%
CRV	-3,6%	28%	17,0%	18%	-6,0%	0%	0,3%	6%	-46,8%	46%	-100,0%	-	5,3%	1%	-100,0%	-	-	0%	-2,2%	0%	-28,2%	100%
Total	3,2%	30%	-72,0%	5%	-31,4%	2%	-11,9%	10%	-2,4%	27%	-28,6%	3%	-13,1%	5%	-37,0%	2%	26,6%	3%	11,2%	2%	-3,0%	100%

## 4.2 Pessoal

Tal como já tinha sido apresentado no quadro 4.1, as despesas dos municípios com pessoal somaram um total de 51,8 M€ no ano de 2014 (+3% em relação a 2013), representando assim cerca de 30% das despesas totais. Apesar de ligeiro, verifica-se um aumento no peso desta rubrica, em cerca de 2 pp (pontos percentuais) vs. 2013. Analisando caso a caso, há a destacar o valor do município da Lagoa que apresentou um crescimento de 15% em relação ao ano anterior. Tal facto deveu-se, sobretudo, à incorporação de trabalhadores das empresas municipais nos quadros de colaboradores do município. Destacam-se, também, os municípios de Vila Franca e Povoação com aumento de 10% e 8%, respetivamente. Por outro lado, registaram-se diminuições de 4% em Santa Cruz das Flores e Corvo e de 2% no Nordeste e na Calheta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.3 – Evolução das Despesas com pessoal, por município, 2012-2014

CM	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
VPT	1 616 642	3,6%	1 767 309	3,5%	9,3%	1 782 401	3,4%	0,9%
PDL	9 972 683	22,2%	11 470 586	22,8%	15,0%	11 843 871	22,8%	3,3%
RGR	4 472 650	10,0%	4 838 759	9,6%	8,2%	4 885 593	9,4%	1,0%
LAG	2 173 589	4,8%	2 348 218	4,7%	8,0%	2 706 830	5,2%	15,3%
VFC	2 070 379	4,6%	2 221 260	4,4%	7,3%	2 433 199	4,7%	9,5%
POV	2 504 985	5,6%	2 554 813	5,1%	2,0%	2 753 579	5,3%	7,8%
NRD	1 515 060	3,4%	1 540 762	3,1%	1,7%	1 505 856	2,9%	-2,3%
AGH	3 722 581	8,3%	4 743 092	9,4%	27,4%	4 856 586	9,4%	2,4%
PVT	3 104 779	6,9%	3 395 304	6,8%	9,4%	3 431 654	6,6%	1,1%
SCG	1 075 305	2,4%	1 155 501	2,3%	7,5%	1 160 977	2,2%	0,5%
CAL	1 575 204	3,5%	1 730 067	3,4%	9,8%	1 693 438	3,3%	-2,1%
VEL	1 373 489	3,1%	1 541 250	3,1%	12,2%	1 581 875	3,1%	2,6%
SRP	938 406	2,1%	1 094 686	2,2%	16,7%	1 156 062	2,2%	5,6%
LPC	1 296 556	2,9%	1 697 714	3,4%	30,9%	1 729 303	3,3%	1,9%
MAD	1 775 166	4,0%	2 140 102	4,3%	20,6%	2 267 300	4,4%	5,9%
HRT	3 099 141	6,9%	3 370 777	6,7%	8,8%	3 439 482	6,6%	2,0%
SCF	1 000 115	2,2%	1 055 717	2,1%	5,6%	1 010 373	1,9%	-4,3%
LFL	1 034 086	2,3%	1 033 572	2,1%	0,0%	1 102 795	2,1%	6,7%
CRV	522 768	1,2%	511 744	1,0%	-2,1%	493 276	1,0%	-3,6%
RAA	44 843 585	100,0%	50 211 231	100,0%	12,0%	51 834 449	100,0%	3,2%

Analisando os três grandes grupos em que se reparte a despesa com pessoal (quadro 4.4): remunerações certas e permanentes, abonos variáveis e eventuais e segurança social, verificamos, por um lado, uma manutenção dos gastos com o primeiro grupo, decorrente da estabilidade de pessoal nos quadros dos municípios, que se registou de 2013 para 2014 e, por outro, uma redução dos gastos com abonos variáveis e eventuais, maioritariamente explicada por uma redução nos pagamentos de horas extraordinárias. O crescimento da despesa com a segurança social, em cerca de 11%, foi consequência do aumento de pessoal ao abrigo dos programas ocupacionais de emprego (CTTS, PROSA, RECUPERAR, FIOS, ESTAGIAR L e T). Na sequência de instruções emitidas pelo SATAPOCAL (Serviço de Apoio Técnico à Implementação do POCAL), as despesas de vencimentos e de segurança social de pessoal abrangido por estes programas passaram a ser contabilizadas como transferências, sendo assim provável que, em 2015, se verifique um movimento contrário, ou seja, uma redução da despesa com pessoal e um aumento da despesa com transferências.

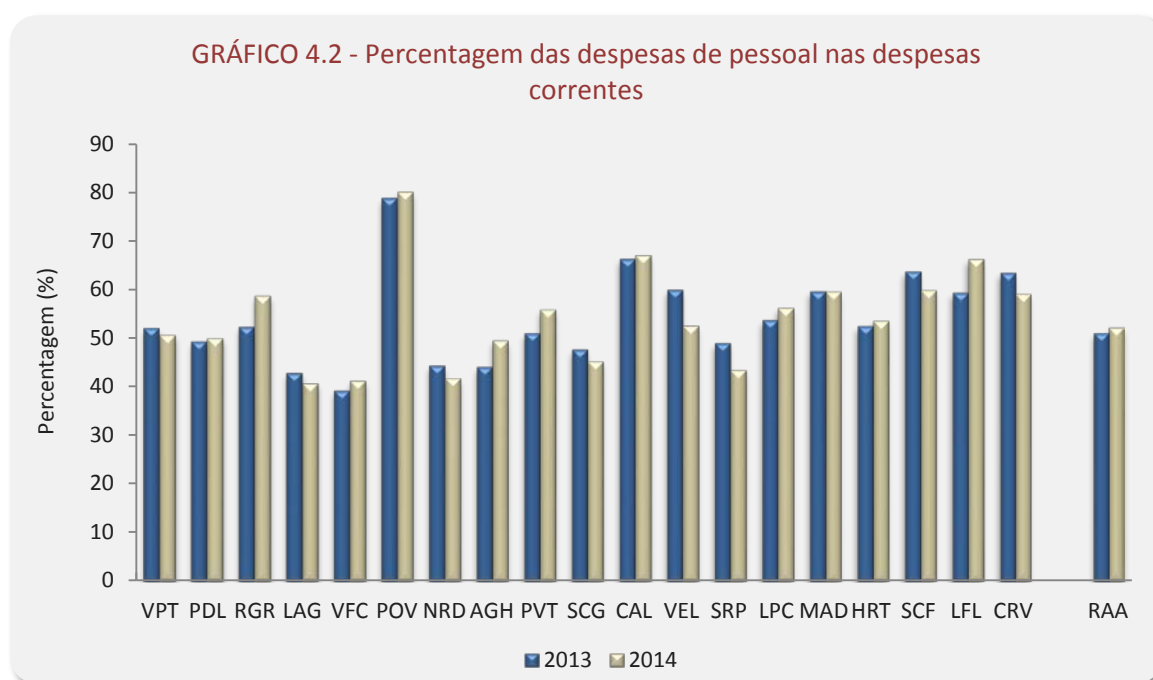
QUADRO 4.4 – Despesas com pessoal, por área 2012-2014

DESPESAS	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
Remunerações certas e permanentes	34 242 120	76,4%	38 145 293	76,0%	11,4%	38 658 240	74,6%	1,3%
Abonos variáveis e eventuais	1 328 673	3,0%	1 278 598	2,5%	-3,8%	1 222 347	2,4%	-4,4%
Segurança Social	9 272 791	20,7%	10 787 341	21,5%	16,3%	11 953 861	23,1%	10,8%
Total	44 843 585	100,0%	50 211 231	100,0%	12,0%	51 834 449	100,0%	3,2%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Ainda que o peso dos gastos com pessoal, no total da despesa, tenha sofrido poucas oscilações de 2013 para 2014, alguns municípios registaram maiores variações, como são os casos do Nordeste, em que o peso das despesas de pessoal passou de 10% para 22%, das Lajes do Pico de 17% para 25%, Vila do Porto de 39% para 32% e Santa Cruz das Flores de 32% para 24%. Na base destas variações não estão alterações nas despesas de pessoal, mas sim aumentos ou reduções do peso de outras rubricas da despesa, neste caso, do investimento direto. Para conseguirmos perceber o verdadeiro peso das despesas com pessoal é preferível considerar o seu peso em relação às despesas correntes. Desta forma, ficamos com uma ideia mais clara do comportamento efetivo desta rubrica. Verificamos assim, pelo gráfico 4.2, que o peso médio da despesa com pessoal no total da despesa corrente, para o total dos municípios, se situa nos 52%. Com valores mais elevados temos os municípios da Povoação (80%), Calheta (67%) e Lajes das Flores (66%). Com os valores mais baixos temos o município do Nordeste com 42% e os municípios da Lagoa e Vila Franca do Campo, ambos com 41%.



#### 4.3 Aquisição de bens e serviços

Em 2014, os municípios gastaram 8,1 M€ na aquisição de bens, mais 11% do que em 2013. De destacar o aumento do gasto com a compra de matérias-primas e subsidiárias e com a compra de outros bens, com um crescimento de 57% e 21%, respetivamente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

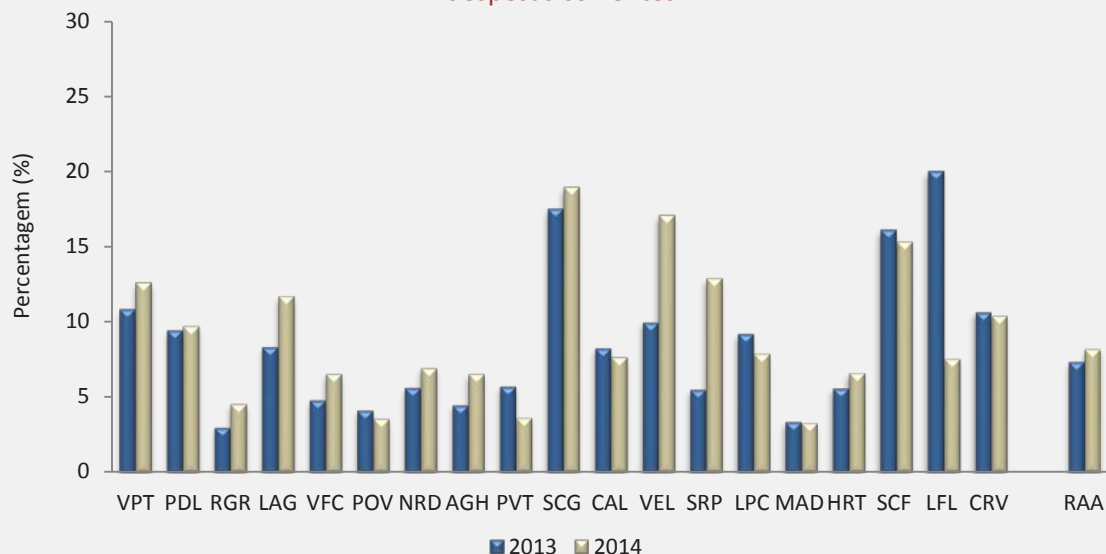
As rubricas com maior peso nesta despesa, em 2014, foram combustíveis e lubrificantes e outros bens que, entre os dois, representaram 60% da despesa total com a aquisição de bens.

QUADRO 4.5 – Despesas com aquisição de bens, por área 2012-2014

Despesa com aquisição de bens	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
Matérias-primas e subsidiárias *	268 621	3,7%	274 515	3,8%	2,2%	431 410	5,3%	57,2%
Combustíveis e lubrificantes *	2 433 075	33,9%	2 446 766	33,6%	0,6%	2 305 238	28,6%	-5,8%
Material de escritório *	376 864	5,2%	337 303	4,6%	-10,5%	318 767	4,0%	-5,5%
Material de transporte - Peças *	632 125	8,8%	609 637	8,4%	-3,6%	661 545	8,2%	8,5%
Mercadorias para venda *	447 607	6,2%	462 878	6,4%	3,4%	530 502	6,6%	14,6%
Electricidade	376 165	5,2%	390 036	5,4%	3,7%	432 575	5,4%	10,9%
Vestuário, limpeza, ferramentas e outros bens	1 734 671	24,1%	2 073 778	28,5%	19,5%	2 510 272	31,1%	21,0%
Outros bens	915 164	12,7%	677 163	9,3%	-26,0%	878 122	10,9%	29,7%
<b>Total</b>	<b>7 184 292</b>	<b>414,2%</b>	<b>7 272 076</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,2%</b>	<b>8 068 431</b>	<b>100,0%</b>	<b>11,0%</b>

A despesa com a aquisição de bens representou cerca de 9% da despesa corrente total efetuada pelos municípios, valor ligeiramente superior ao registado no ano de 2013, em mais 0.8 pp. Com os valores mais elevados temos o município de Santa Cruz da Graciosa (19%), Velas (17%), Santa Cruz das Flores (15%) e S. Roque do Pico (13%) que quase duplicaram o peso de 2013 para 2014. De assinalar também a grande queda registada no município das Lajes das Flores, maioritariamente explicada pela redução do gasto com combustível e lubrificantes.

GRÁFICO 4.3 - Percentagem das despesas de aquisição de bens nas despesas correntes





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

As despesas com aquisição de serviços totalizaram cerca de 22,4 M€, crescendo 4% em relação ao ano de 2013. As rubricas que mais cresceram foram encargos com instalações (8%) e outros trabalhos especializados (21%). Em ambos os casos, estes aumentos já se verificaram de 2012 para 2013. Desta forma, estas duas rubricas apresentam um crescimento de 2012 para 2014 no valor de 32%, no caso dos encargos das instalações, e 53%, no caso dos outros trabalhos especializados. A despesa com estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica um decréscimo consecutivo, desde 2012. No total dos 3 anos, esta rubrica diminuiu 23%.

**QUADRO 4.6 – Despesas com aquisição de serviços, por área 2012-2014**

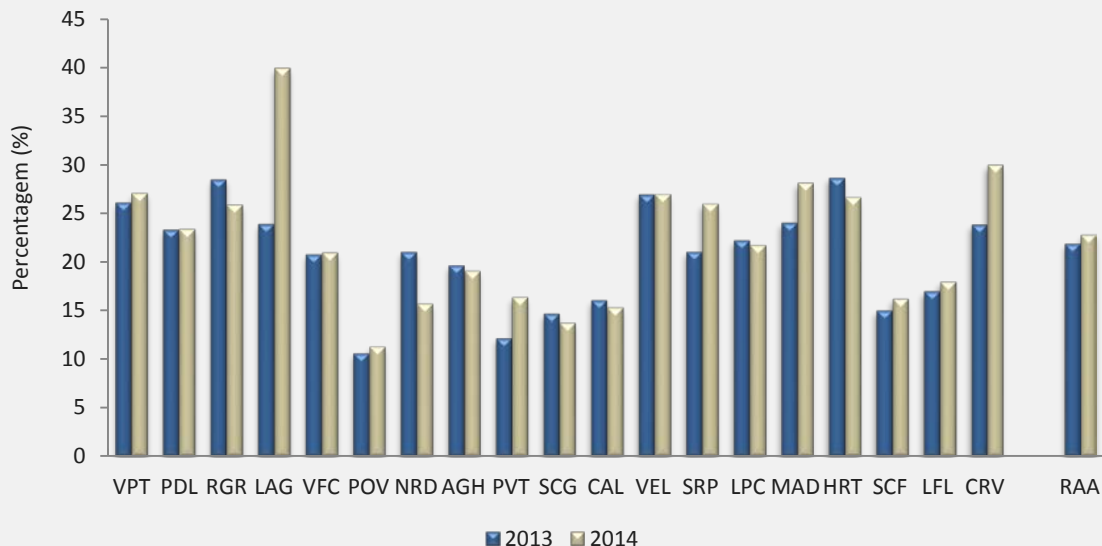
Despesa com aquisição de serviços	2012		2013		Δ 12/13	2014		Euros
	valores	%	valores	%		13/14		
							valores	%
Encargos das instalações *	3 547 794	18,5%	4 349 401	20,2%	22,6%	4 681 150	20,9%	7,6%
Limpeza e higiene *	2 207 242	11,5%	2 295 473	10,7%	4,0%	1 874 677	8,4%	-18,3%
Comunicações *	961 097	5,0%	937 323	4,4%	-2,5%	936 973	4,2%	0,0%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria *	951 959	5,0%	792 399	3,7%	-16,8%	731 100	3,3%	-7,7%
Outros trabalhos especializados *	1 846 475	9,6%	2 345 624	10,9%	27,0%	2 826 367	12,6%	20,5%
Encargos de cobrança de receitas, transportes, locação de edifícios e outros serviços	4 709 440	24,5%	4 537 237	21,1%	-3,7%	4 852 950	21,6%	7,0%
Outros serviços *	4 994 928	26,0%	6 246 990	29,0%	25,1%	6 514 897	29,1%	4,3%
Total	19 218 935	100,0%	21 504 446	100,0%	11,9%	22 418 115	100,0%	4,2%

O peso das despesas com a aquisição de serviços nas despesas correntes foi de 23%, mais 0.9 pp do que em 2013. O município da Lagoa aumentou consideravelmente o peso dos gastos com a aquisição de serviços, de 24% para 40%, em consequência de um aumento nas rubricas de encargos das instalações e outros trabalhos especializados. Também no município do Corvo, o peso do gasto com a aquisição de serviços aumentou de 24% para 30%, em resultado do aumento do valor de outros trabalhos especializados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 4.4 - Percentagem das despesas de aquisição de serviços nas despesas correntes



No gráfico 4.5 é apresentado o peso das despesas com bens e serviços, no total das despesas correntes. A média dos municípios situa-se nos 31%, ou seja, o gasto médio com bens e serviços dos municípios da RAA representa cerca de 31% da despesa corrente. Com valores superiores, a destacar, temos os municípios de Vila do Porto (38%), Lagoa (43%), Velas (38%) e Corvo (39%). Pelo contrário, 4 têm valores bastante mais baixos: Povoação (14%), Nordeste (22%), Praia da Vitória (22%) e Calheta (24%).

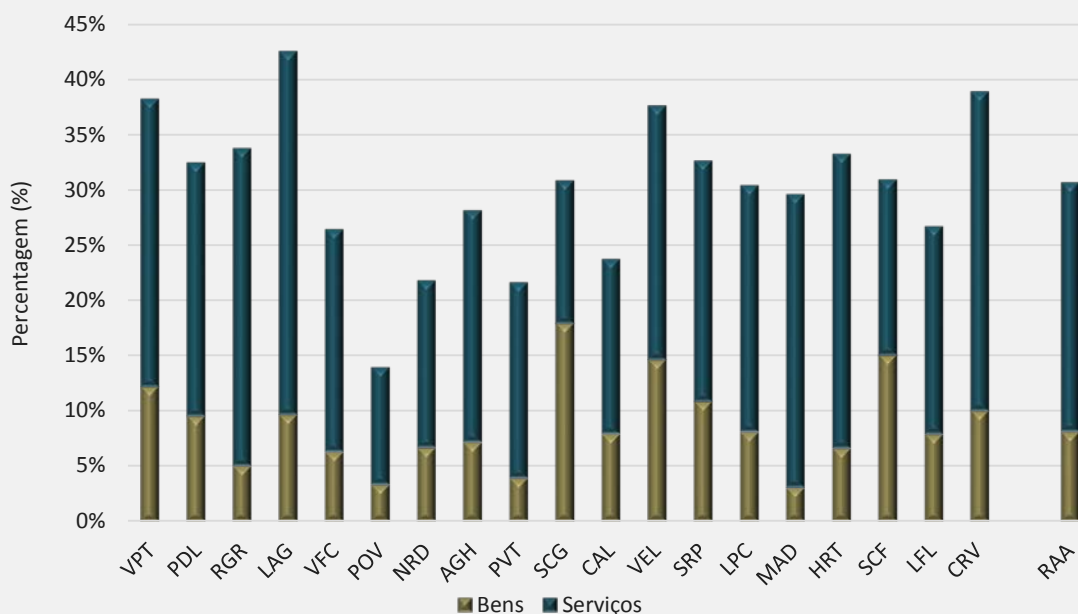
Outro facto a apontar é o de o peso da despesa com bens (8%) ser inferior ao da despesa com serviços (23%). A única exceção é o município de Santa Cruz da Graciosa com uma proporção de 18% para o peso do gasto em bens e 13% para o peso do gasto em serviços. Os municípios da Povoação, Praia da Vitória e Madalena têm um peso de despesa em bens bastante inferior à média, com 3%, 4% e 3% de peso, respetivamente.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Gráfico 4.5 - Despesa com bens e serviços em % das despesas correntes  
2014



#### 4.4 Serviço da dívida

##### 4.4.1 Juros

No ano de 2014 foram pagos 2,9 M€ em juros, menos 31% do que em 2013, mantendo-se, assim, a tendência de diminuição que se regista desde o ano de 2012. A quase totalidade de juros pagos refere-se a empréstimos de médio e longo prazo (99%). Três municípios perfazem 65% do valor total de juros pagos: Ponta Delgada (10%), Vila Franca do Campo (36%) e Nordeste (19%).

No quadro 4.7, pode observar-se também o valor dos juros pagos em proporção do total da dívida de médio e longo prazo de cada município. O valor de juros pagos de dois municípios destaca-se: Vila Franca do Campo e Nordeste pagaram de juros, em 2014, o equivalente a 4,0% da sua dívida. A média dos municípios situou-se nos 2%, em 2014 e em 3%, em 2013.

Na última coluna do quadro, encontra-se o peso da despesa com o pagamento de juros nas despesas correntes. Mais uma vez, é notória a diferença dos municípios que recorreram a ajuda financeira no âmbito do PAEL e saneamento financeiro, sendo de destacar o caso dos municípios de Vila Franca do Campo, Nordeste, Calheta e Lajes do Pico.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.7 – Despesas com pagamento de juros de MLP, por município, 2012-2014

									Euros	
Município	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14	2014	
	valores	%	valores	%		valores	%		% da dívida	% das desp correntes
VPT	16 987	0,4%	7 849	0,2%	-53,8%	5 944	0,2%	-24,3%	1,0	0,2
PDL	717 989	15,1%	358 935	8,3%	-50,0%	311 017	10,5%	-13,4%	1,3	1,3
RGR	347 020	7,3%	870 158	20,2%	150,8%	162 663	5,5%	-81,3%	1,5	2,0
LAG	160 383	3,4%	85 417	2,0%	-46,7%	67 467	2,3%	-21,0%	0,9	1,0
VFC	1 744 350	36,7%	1 172 693	27,3%	-32,8%	1 087 190	36,7%	-7,3%	3,9	18,4
POV	113 908	2,4%	65 865	1,5%	-42,2%	36 848	1,2%	-44,1%	0,8	1,1
NRD	175 430	3,7%	476 115	11,1%	171,4%	581 555	19,6%	22,1%	4,0	16,1
AGH	323 256	6,8%	148 901	3,5%	-53,9%	131 359	4,4%	-11,8%	0,7	1,3
PVT	163 619	3,4%	517 069	12,0%	216,0%	107 129	3,6%	-79,3%	1,1	1,7
SCG	79 973	1,7%	48 304	1,1%	-39,6%	43 649	1,5%	-9,6%	2,2	1,7
CAL	374 755	7,9%	163 272	3,8%	-56,4%	136 963	4,6%	-16,1%	1,9	5,4
VEL	51 054	1,1%	14 476	0,3%	-71,6%	9 301	0,3%	-35,7%	0,6	0,3
SRP	31 328	0,7%	18 407	0,4%	-41,2%	15 312	0,5%	-16,8%	2,6	0,6
LPC	209 277	4,4%	212 610	4,9%	1,6%	155 976	5,3%	-26,6%	2,0	5,1
MAD	72 833	1,5%	27 316	0,6%	-62,5%	17 626	0,6%	-35,5%	0,7	0,5
HRT	102 896	2,2%	86 127	2,0%	-16,3%	68 058	2,3%	-21,0%	1,3	1,1
SCF	22 607	0,5%	10 501	0,2%	-53,5%	6 880	0,2%	-34,5%	1,3	0,4
LFL	22 186	0,5%	8 547	0,2%	-61,5%	12 990	0,4%	52,0%	1,5	0,8
CRV	18 626	0,4%	6 494	0,2%	-65,1%	6 101	0,2%	-6,0%	0,6	0,7
RAA	4 748 474	100,0%	4 299 056	100,0%	-9,5%	2 964 030	100,0%	-31,1%	2,0	3,0

Euros

#### 4.4.2 Amortizações

As amortizações totalizaram 15,0 M€ em 2014, menos 2,0 M€ do que em 2013 (13%) e menos 7,0 M€ do que em 2012. O valor elevado de 22,1 M€, em 2012, deveu-se a uma amortização excecional de Vila Franca do Campo e o, também, elevado valor de 2013 deve-se a uma amortização extraordinária paga pelo município do Nordeste. O valor total pago de amortizações significou uma redução de cerca de 13 M€ no valor da dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo. Praticamente, todos os municípios reduziram o valor das suas amortizações e algumas quedas foram bastante acentuadas. No caso do município do Nordeste, a redução foi de 63% e decorreu do elevado valor de amortizações pagas no ano de 2013 (tal como referido acima), quando o município contraiu empréstimos de saneamento financeiro e PAEL, no âmbito dos programas de ajuda financeira do estado aos Municípios. Relativamente a S. Roque do Pico, o valor de 2014 é o mais baixo dos últimos 10 anos e representou uma redução de 76% vs. 2013. No caso do município da Madalena, a queda foi de 60%. Tal como no caso do Nordeste, foi o número registado em 2013 que ficou bastante acima da média de valores pagos pelo município.

Apesar da redução generalizada no nível das amortizações dos municípios da RAA, 5 aumentaram o seu valor, em 2014. De destacar o caso de Ponta Delgada com um incremento de 69%. A justificação para este aumento prende-se com o pagamento de duas amortizações extraordinárias no valor de 1,0 M€, em consequência da imposição a que se refere o nº5 do art.94 da lei 83-C/2013 de 31 de Dezembro (lei do OE) que indica que o acréscimo de receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

urbanos deve ser utilizado, entre outros fins, para redução de dívida de médio e longo prazo dos municípios.

As amortizações totais pagas pelos municípios, em 2014, representaram 21% das despesas de capital. Com valores mais elevados temos os municípios de Vila Franca do Campo (42%), Calheta (49%) e Velas (34%). Com os valores mais baixos, S. Roque do Pico (9%), Santa Cruz das Flores (7%) e Lajes das Flores (6%).

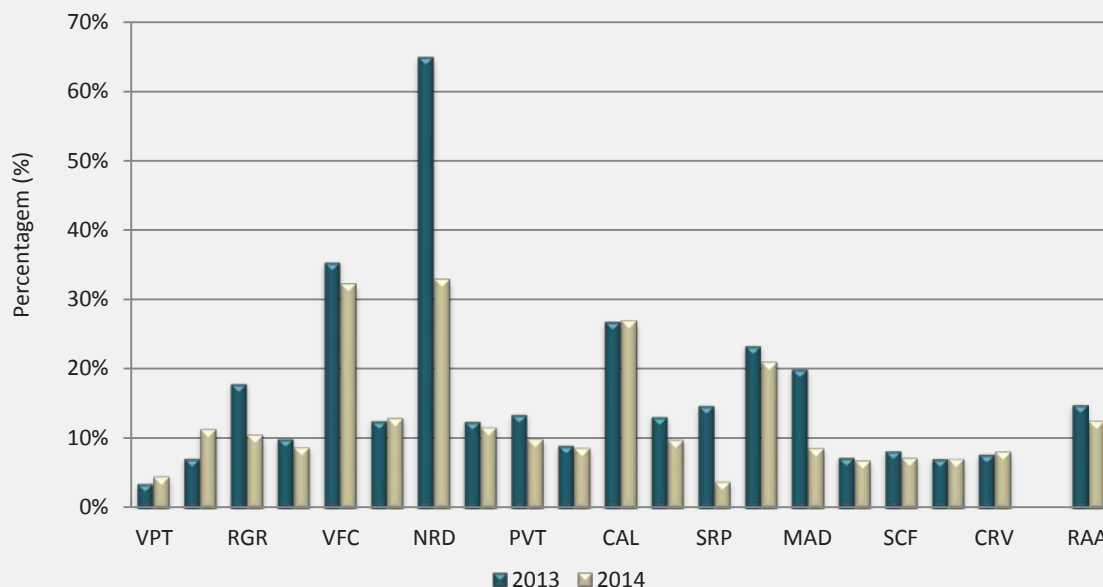
**QUADRO 4.8 – Despesa com pagamento de amortizações de médio e longo prazo**

Municípios	2012		2013		$\Delta$ 12-13	2014		$\Delta$ 13-14	Euros 2014 % das desp capital
	valores	%	valores	%		valores	%		
VPT	118 512	0,5%	159 659	0,9%	34,7%	211 694	1,4%	32,6%	10,3%
PDL	1 675 369	7,6%	1 803 183	10,4%	7,6%	3 053 243	20,3%	69,3%	29,6%
RGR	1 474 561	6,7%	1 958 367	11,3%	32,8%	1 502 366	10,0%	-23,3%	18,3%
LAG	679 084	3,1%	733 094	4,2%	8,0%	676 119	4,5%	-7,8%	23,3%
VFC	9 520 898	43,1%	1 398 578	8,1%	-85,3%	1 335 319	8,9%	-4,5%	42,4%
POV	947 077	4,3%	661 502	3,8%	-30,2%	661 552	4,4%	0,0%	19,9%
NRD	546 754	2,5%	2 524 131	14,6%	361,7%	947 495	6,3%	-62,5%	28,5%
AGH	1 655 869	7,5%	1 762 364	10,2%	6,4%	1 656 478	11,0%	-6,0%	19,7%
PVT	652 774	3,0%	815 698	4,7%	25,0%	843 854	5,6%	3,5%	17,4%
SCG	353 144	1,6%	277 506	1,6%	-21,4%	261 265	1,7%	-5,9%	13,7%
CAL	698 862	3,2%	933 508	5,4%	33,6%	975 642	6,5%	4,5%	48,8%
VEL	638 744	2,9%	610 514	3,5%	-4,4%	490 585	3,3%	-19,6%	34,4%
SRP	329 891	1,5%	550 947	3,2%	67,0%	130 714	0,9%	-76,3%	9,4%
LPC	998 128	4,5%	885 557	5,1%	-11,3%	813 556	5,4%	-8,1%	20,6%
MAD	579 213	2,6%	1 105 111	6,4%	90,8%	441 263	2,9%	-60,1%	13,1%
HRT	539 118	2,4%	558 031	3,2%	3,5%	535 487	3,6%	-4,0%	10,1%
SCF	274 405	1,2%	202 090	1,2%	-26,4%	173 737	1,2%	-14,0%	7,0%
LFL	301 609	1,4%	206 516	1,2%	-31,5%	208 018	1,4%	0,7%	6,3%
CRV	110 684	0,5%	113 843	0,7%	2,9%	114 212	0,8%	0,3%	12,2%
RAA	22 094 697	100,0%	17 260 198	100,0%	-21,9%	15 032 601	100,0%	-12,9%	20,7%

Analisando o peso relativo do serviço da dívida de médio e longo prazo nas receitas certas (receitas próprias mais fundos OE) – gráfico 4.6 - verificamos que este representou um valor médio de 13%. Este valor é inferior em quase 3 pp ao que se verificou no ano de 2013. Existem 4 municípios que registam valores superiores à média da RAA, Vila Franca do Campo (32%), Nordeste (33%), Calheta (27%) e Lajes do Pico (21%). Todos estes municípios contraíram empréstimos de saneamento financeiro em anos anteriores destinados, sobretudo, a reduzir o endividamento a fornecedores, mas agora têm que suportar maiores encargos com amortizações, uma vez que a sua dívida bancária aumentou, não necessariamente em relação a 2013, mas relativamente ao ano em que recorreram aos empréstimos de financiamento financeiro. Convém, também, referir que alguns municípios efetuaram amortizações extraordinárias com o objetivo de reduzir o seu endividamento, dando cumprimento às regras impostas pela legislação em vigor sobre os limites de endividamento municipal.



GRÁFICO 4.6 - Serviço da dívida sobre as receitas certas - 2014



#### 4.5 Investimento

O valor total do investimento dos municípios em 2014 foi de 51,3 M€, dos quais 45,9 M€ em investimento direto e cerca de 5,5 M€ em investimento indireto ou delegado, traduzido em transferências de capital para as Freguesias, associações de municípios, serviços municipalizados e empresas do setor empresarial local (SEL). Comparando com o ano anterior, os municípios gastaram menos 3 M€ em investimento total do que em 2013. Esta tendência de queda já se regista desde 2009, a uma média de 11% ao ano. O valor de investimento direto acima referido não inclui o que é realizado por administração direta, uma vez que este é pago por despesas correntes. Para o total dos municípios, esta despesa foi apenas 1 M€ o que representa 2,6% do investimento direto total. Dos 19 municípios, 12 realizaram investimentos por administração direta, sendo de destacar os municípios de Ponta Delgada, Velas e S. Roque do Pico onde este tipo de investimento representou cerca de 7% do seu investimento.

Se compararmos a redução verificada no investimento total (6%), entre 2013 e 2014, com a redução na despesa no mesmo período (3%), conclui-se que esta rubrica de despesa foi mais penalizada, relativamente a outras áreas da despesa e, de facto, assim aconteceu, pois as despesas com pessoal, bens e serviços aumentaram, no seu todo, cerca de 3 M€, quantia semelhante à redução verificada no investimento. No entanto, se observarmos o saldo final dos municípios, verificamos que este tem vindo a aumentar, desde

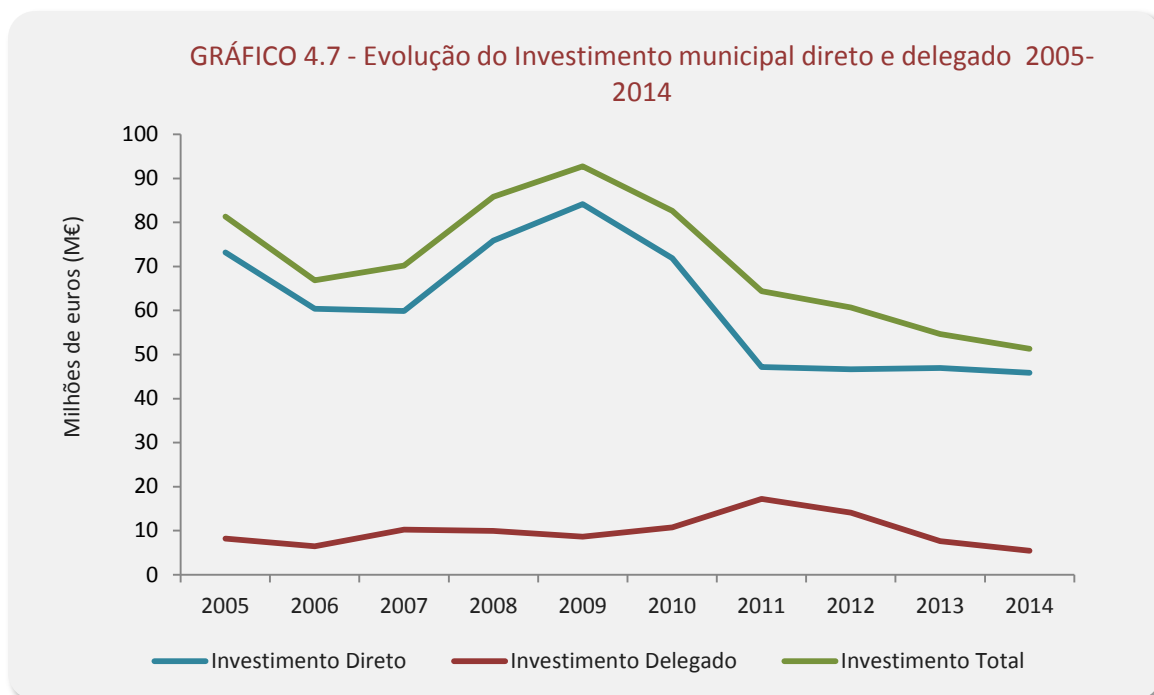


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

2012, passando de 6,3 M€ para 13,7 M€. Este valor, se aplicado, significaria mais 27% de investimento no ano de 2014.

O gráfico 4.7 apresenta a evolução do investimento direto e delegado, onde é possível observar o decréscimo mais acentuado do investimento delegado que baixou 29%, comparativamente com o decréscimo do investimento direto (2%). O valor do investimento delegado, em 2014 é, apenas, 32% do valor registado em 2011.

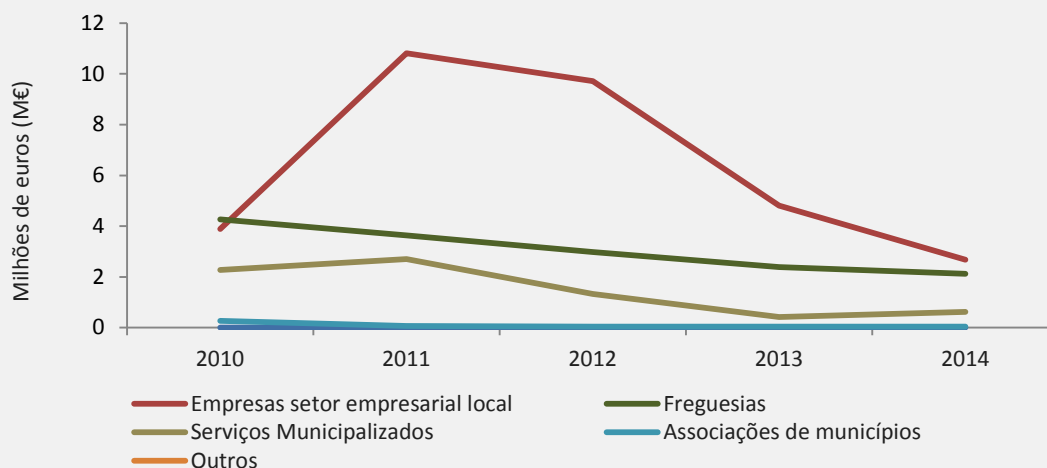
No gráfico 4.8, pode observar-se a evolução das várias rubricas que compõem o investimento delegado, onde se pode verificar que a maior queda foi nas empresas do setor empresarial local, uma vez que o seu valor passou de 10,8 M€, em 2011, para 2,7 M€, em 2014. Também o investimento delegado nas freguesias decresceu, desde o ano de 2010, cerca de 50%. No caso dos serviços municipalizados, apesar de se verificar um ligeiro aumento, no último ano, se compararmos com o valor mais alto que se registou em 2011, há uma queda acentuada de 77%. De notar que o valor que os serviços municipalizados receberam dos municípios para investimento, 622 m.e., representa uma pequena parcela do valor total de 4,8 M€ que estas duas entidades realizaram de investimento. Isto acontece porque nestas entidades o investimento é quase todo suportado por receitas próprias.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 4.8 - Investimento municipal delegado por entidade 2010-2014



Analisando a variação do investimento total (direto e delegado), por município, verifica-se que existem grandes diferenças entre eles, com alguns municípios como Vila do Porto, Povoação e Horta, com crescimentos acima de 100% e outros municípios como o Nordeste e Lajes do Pico com decréscimos de dois dígitos. A explicação é distinta para cada caso, no entanto, está quase sempre relacionada com aumentos ou diminuições no valor das transferências da UE ou com a contração de empréstimos de saneamento financeiro, como é o caso do município do Nordeste.

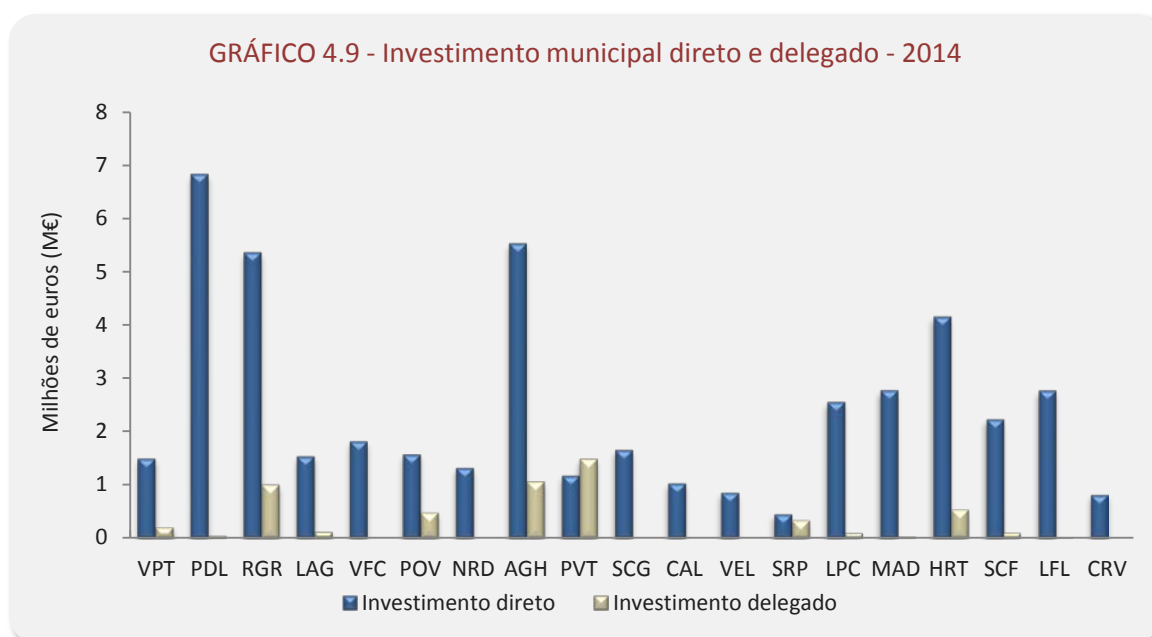
QUADRO 4.9 - Evolução do investimento total municipal - 2012-2014

Áreas de Investimento	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
VPT	1 684 741	2,8%	759 996	1,4%	-54,9%	1 695 824	3,3%	123,1%
PDL	10 136 153	16,8%	6 869 316	12,6%	-32,2%	6 870 223	13,4%	0,0%
RGR	10 308 777	17,1%	6 435 315	11,8%	-37,6%	6 347 834	12,4%	-1,4%
LAG	4 304 875	7,1%	2 688 239	4,9%	-37,6%	1 648 527	3,2%	-38,7%
VFC	4 417 293	7,3%	2 458 429	4,5%	-44,3%	1 816 422	3,5%	-26,1%
POV	475 665	0,8%	1 022 747	1,9%	115,0%	2 048 214	4,0%	100,3%
NRD	2 260 448	3,7%	8 880 429	16,3%	292,9%	1 316 807	2,6%	-85,2%
AGH	6 446 844	10,7%	2 429 611	4,4%	-62,3%	6 575 549	12,8%	170,6%
PVT	4 393 758	7,3%	3 162 531	5,8%	-28,0%	2 644 461	5,2%	-16,4%
SCG	2 611 095	4,3%	1 840 592	3,4%	-29,5%	1 651 118	3,2%	-10,3%
CAL	932 373	1,5%	572 423	1,0%	-38,6%	1 024 674	2,0%	79,0%
VEL	1 796 930	3,0%	919 001	1,7%	-48,9%	851 220	1,7%	-7,4%
SRP	1 034 242	1,7%	811 510	1,5%	-21,5%	781 676	1,5%	-3,7%
LPC	2 517 929	4,2%	5 789 264	10,6%	129,9%	2 644 838	5,2%	-54,3%
MAD	1 136 581	1,9%	1 567 460	2,9%	37,9%	2 800 326	5,5%	78,7%
HRT	1 562 514	2,6%	2 271 545	4,2%	45,4%	4 689 176	9,1%	106,4%
SCF	949 631	1,6%	1 387 957	2,5%	46,2%	2 324 349	4,5%	67,5%
LFL	1 885 039	3,1%	3 225 664	5,9%	71,1%	2 778 688	5,4%	-13,9%
CRV	1 454 796	2,4%	1 539 196	2,8%	5,8%	810 269	1,6%	-47,4%
<b>Total</b>	<b>60 309 683</b>	<b>100,0%</b>	<b>54 631 224</b>	<b>100,0%</b>	<b>-9,4%</b>	<b>51 320 194</b>	<b>100,0%</b>	<b>-6,1%</b>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

No quadro abaixo pode analisar-se o investimento direto e delegado, por município. Verifica-se que são poucos os municípios que têm valores significativos de investimento delegado, sendo ao mais elevados os dois municípios da ilha Terceira. O município da Praia da Vitória, onde o valor do investimento delegado é superior ao direto é o maior da RAA, seguindo-se o de Angra do Heroísmo e Ribeira Grande. No conjunto, o valor de investimento delegado nestes três municípios representa 64% do total do investimento delegado da região.



## Áreas de investimento

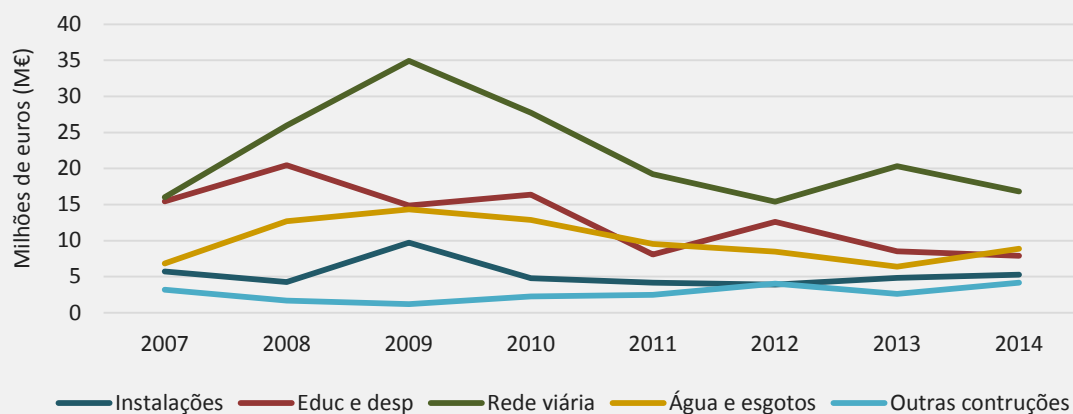
De acordo com a informação do quadro 4.10, as grandes áreas de investimento dos municípios foram intervenções na rede viária, educação e desporto, instalações de serviços e abastecimento de água e rede de esgotos. De notar que relativamente a esta última rubrica, apenas cerca de 50% do investimento é realizado pelos municípios, uma vez que uma grande parte é executada pelos serviços municipalizados (4,1 M€). Este valor representa 75% do valor total de investimento destas entidades. Das quatro áreas de investimento acima apontadas, apenas duas cresceram de 2013 para 2014: Instalação de serviços (10%) e abastecimento de água e rede de esgotos (13%). De salientar também os crescimentos no investimento em Terrenos e Habitação (78%), Outras construções (60%) e Informática (66%).

O gráfico 4.10 mostra o investimento realizado nas 5 principais áreas, entre 2007 e 2014. Estas áreas abrangem 80 a 85% do investimento total realizado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 4.10 - Evolução das principais áreas de investimento municipal (CM+SM)



QUADRO 4.10 – Evolução do investimento direto dos municípios, por áreas

Áreas de Investimento	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
Terrenos e Habitação	2 418 878	5,2%	1 099 386	2,3%	-54,5%	1 956 375	4,3%	78,0%
Instal Serviços e out edifícios	3 741 533	8,0%	4 783 115	10,2%	27,8%	5 262 654	11,5%	10,0%
Educação e Desporto	12 620 793	27,1%	8 532 281	18,2%	-32,4%	7 911 356	17,3%	-7,3%
Rede Viária	15 314 912	32,8%	20 320 467	43,3%	32,7%	16 835 782	36,7%	-17,1%
Água e Esgotos	4 434 936	9,5%	4 198 988	8,9%	-5,3%	4 743 238	10,3%	13,0%
Lixos	424 687	0,9%	632 060	1,3%	48,8%	624 970	1,4%	-1,1%
Outras Construções	4 051 700	8,7%	2 627 804	5,6%	-35,1%	4 194 057	9,1%	59,6%
Equipamento, Material Transporte	1 331 338	2,9%	1 053 892	2,2%	-20,8%	1 367 933	3,0%	29,8%
Informática	622 467	1,3%	697 462	1,5%	12,0%	1 160 716	2,5%	66,4%
Outros	1 690 736	3,6%	3 037 325	6,5%	79,6%	1 804 592	3,9%	-40,6%
<b>Total</b>	<b>46 651 980</b>	<b>100,0%</b>	<b>46 982 780</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,7%</b>	<b>45 861 673</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2,4%</b>





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.11 – Evolução do investimento municipal global (CM, SM e AM), por áreas

Áreas de Investimento	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
Terrenos e Habitação	2 451 041	5,3%	1 152 294	2,5%	-53,0%	2 049 150	4,5%	77,8%
Instal Serviços e out edifícios	3 991 195	8,6%	4 821 821	10,3%	20,8%	5 289 759	11,5%	9,7%
Educação e Desporto	12 620 793	27,1%	8 532 281	18,2%	-32,4%	7 911 356	17,3%	-7,3%
Rede Viária	15 399 809	33,0%	20 320 467	43,3%	32,0%	16 835 782	36,7%	-17,1%
Água e Esgotos	8 462 570	18,1%	6 375 650	13,6%	-24,7%	8 869 250	19,3%	39,1%
Lixos	3 043 737	6,5%	903 874	1,9%	-70,3%	1 181 292	2,6%	30,7%
Outras Construções	4 051 700	8,7%	2 627 804	5,6%	-35,1%	4 194 057	9,1%	59,6%
Equipamento, Material Transporte	1 677 821	3,6%	1 337 499	2,8%	-20,3%	1 935 546	4,2%	44,7%
Informática	701 058	1,5%	748 485	1,6%	6,8%	1 291 218	2,8%	72,5%
Outros	1 760 381	3,8%	3 171 978	6,8%	80,2%	1 843 644	4,0%	-41,9%
<b>Total</b>	<b>54 160 103</b>	<b>116,1%</b>	<b>49 992 152</b>	<b>106,4%</b>	<b>-7,7%</b>	<b>51 401 055</b>	<b>112,1%</b>	<b>2,8%</b>

Euros

No quadro abaixo apresentam-se as principais áreas de investimento direto, por município, para o ano de 2014 e para a média dos anos 2007-2014. A vermelho encontra-se assinalada a área de investimento com maior peso, nos dois períodos de análise.

QUADRO 4.12 – Peso das áreas prioritárias de investimento municipal

Município	Instalações		Educação e desporto		Rede viária		Água e esgotos		Outras construções	
	Média 2007-2014	2014	Média 2007-2014	2014	Média 2007-2014	2014	Média 2007-2014	2014	Média 2007-2014	2014
VPT	30,8%	5,5%	14,9%	1,1%	16,5%	65,2%	3,7%	2,8%	11,8%	2,5%
PDL	8,5%	14,6%	17,7%	32,9%	30,4%	3,3%	21,2%	24,8%	2,8%	8,0%
RGR	8,5%	29,7%	18,2%	5,8%	24,7%	27,1%	24,0%	13,4%	3,9%	16,2%
LAG	19,0%	28,1%	3,6%	1,2%	26,4%	60,0%	23,4%	0,0%	3,4%	0,1%
VFC	6,1%	20,2%	49,5%	20,3%	18,8%	26,5%	5,8%	14,5%	1,7%	0,0%
POV	6,2%	6,9%	18,9%	3,2%	18,9%	1,0%	10,6%	10,2%	17,5%	72,0%
NRD	11,8%	2,8%	8,8%	7,7%	67,9%	72,7%	1,0%	0,0%	3,3%	6,5%
AGH	3,5%	9,5%	18,6%	11,4%	22,2%	31,5%	17,1%	22,9%	3,6%	3,8%
PVT	7,7%	7,3%	20,4%	4,2%	48,8%	21,8%	5,9%	0,0%	1,8%	0,1%
SCG	4,1%	3,6%	19,9%	3,2%	33,9%	64,3%	12,5%	2,3%	12,1%	3,9%
CAL	6,2%	1,4%	23,6%	0,0%	52,2%	88,1%	10,0%	5,0%	2,9%	2,1%
VEL	1,8%	0,0%	12,1%	36,1%	58,6%	10,4%	15,0%	47,3%	2,6%	0,0%
SRP	1,2%	0,0%	33,9%	0,1%	41,6%	11,0%	7,7%	56,7%	2,8%	7,6%
LPC	2,2%	1,7%	37,3%	19,4%	39,1%	61,4%	6,7%	10,4%	8,1%	2,5%
MAD	17,4%	5,7%	20,7%	2,3%	47,5%	78,0%	4,7%	0,9%	2,7%	5,6%
HRT	7,9%	0,4%	6,0%	0,0%	36,3%	33,8%	34,5%	58,1%	3,1%	0,8%
SCF	2,3%	0,2%	33,4%	89,3%	41,2%	1,9%	7,1%	0,5%	1,1%	0,0%
LFL	5,5%	5,1%	36,6%	1,1%	31,8%	67,1%	0,9%	0,5%	9,0%	21,9%
CRV	6,4%	2,7%	4,4%	0,0%	49,5%	0,8%	13,2%	10,4%	2,2%	2,5%
<b>RAA</b>	<b>8,2%</b>	<b>10,4%</b>	<b>20,0%</b>	<b>15,6%</b>	<b>33,8%</b>	<b>33,2%</b>	<b>15,3%</b>	<b>17,5%</b>	<b>4,2%</b>	<b>8,3%</b>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

De 2007 a 2014, o investimento na rede viária foi o mais representativo nos municípios da RAA. Esta tendência manteve-se em 2014, ainda que com uma ligeira quebra. São vários os municípios que têm sucessivamente, desde 2007, esta área como a sua principal rubrica de investimento: Lagoa, Nordeste, Angra do Heroísmo, Santa Cruz da Graciosa, Calheta, Lajes do Pico e Madalena. Em 2014, todos estes municípios reforçaram o valor desta área de investimento. Destacam-se também quebras acentuadas, em 2014, em relação à média do período, nos municípios de Ponta Delgada, Povoação, Santa Cruz das Flores e Corvo.

Em relação ao investimento em instalações, de 2007 a 2014, destacam-se os valores elevados de Vila do Porto, Nordeste, Lagoa e Madalena. Destes municípios, apenas na Lagoa se verificou um reforço do peso desta área de investimento em 2014, uma vez que nos outros três municípios houve uma queda acentuada. Na área de educação e desporto, a média da RAA em 2007-2014 foi de 20%. De destacar, com valores superiores, os municípios de Vila Franca do Campo, S. Roque e Lajes do Pico e os municípios das Flores. Especificamente, no ano de 2014 há a realçar o valor elevado de Santa Cruz das Flores (89%) e Ponta Delgada (32%), sendo que esta foi mesmo a área de investimento prioritária deste município, nesse ano. Também o município das Velas aumentou bastante o valor do investimento em educação e desporto, passando de uma média de 12% para 36%, em 2014. Na área de água e esgotos, a média da RAA no período 2007-2014 foi de 15% e o valor no ano de 2014 foi de 18%. Nos dois períodos da análise, a Horta destaca-se como o município com maior peso nessa área com 35%. De notar, também, os municípios das Velas e S. Roque que reforçaram o valor em 2014, em relação à média dos anos anteriores. Na área de outras construções, o valor de 2014 da RAA foi também reforçado, uma vez que a média de 2007 a 2014 foi de 4% e no ano de 2014 o valor foi de 8%, ou seja mais 4 pp. A notar com valores mais elevados os municípios de Vila do Porto, Povoação e Santa Cruz da Graciosa. No caso da Povoação o valor de 2014 foi bastante reforçado, passando de um valor médio de 18% para 72%, em 2014.

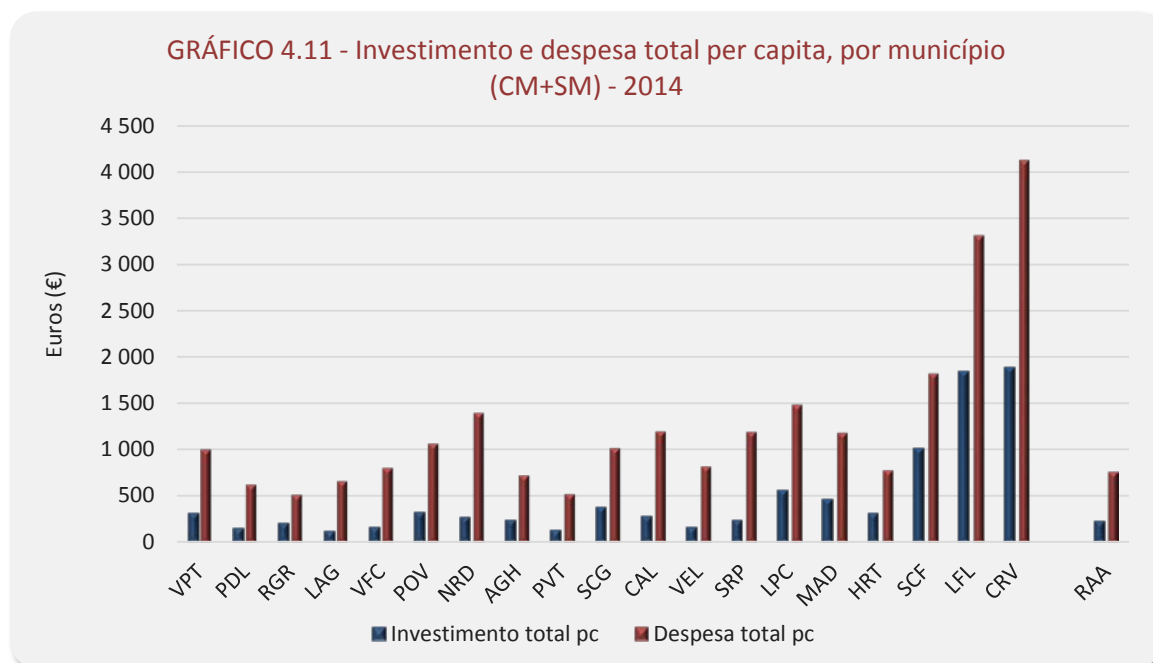
### **Despesa total e investimento direto, por habitante**

O gráfico 4.11 mostra a despesa total e o investimento direto, por habitante, em cada município. Quando analisamos os valores relativos ao investimento, verificamos que é nas duas ilhas do grupo ocidental, Flores e Corvo, que o rácio atinge os seus maiores valores. Em média, o investimento, por habitante, nestas ilhas situa-se nos 1800€. No limite inferior temos municípios de maior dimensão como Vila Franca do Campo, Lagoa e Praia da Vitória com valores entre 114 e 162€. Em relação à despesa por habitante, verifica-se que são novamente os municípios das Flores e do Corvo os que têm os maiores valores e os municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Praia da Vitória os que têm os mais baixos. A proporção do gasto com



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

investimento em relação ao total da despesa, por habitante, é também maior nas ilhas mais pequenas, onde o investimento representa cerca de 50% do total da despesa. No outro extremo, temos os municípios da Lagoa, Nordeste, Velas e S. Roque do Pico, onde o investimento representa, apenas, cerca de 19% da despesa total realizada, por estas entidades.



#### 4.6 Transferências

Representando uma parte importante das despesas dos municípios, as transferências somaram 21 M€, em 2014, menos 5 M€ do que em 2013. Desde 2011, ano em que atingiram o seu valor máximo, que estas têm vindo a cair a uma média de 17% ao ano. Os municípios transferem, maioritariamente, verbas para as empresas, freguesias, associações de municípios, serviços municipalizados, famílias e instituições não lucrativas e o comportamento de ano para ano difere consoante se trate de um ou outro tipo de transferência: As transferências para a administração local e empresas (investimento delegado) e os subsídios à exploração pagos às empresas são as rubricas que mais decrescem. Quanto às transferências correntes para as freguesias, apesar de representarem apenas uma pequena parcela do total das transferências, verifica-se um crescimento acentuado nos últimos anos - 100% em 2013 e 32% em 2014. Este aumento compensa, de algum modo, a redução de 12% verificada nas transferências de capital e mostra, da parte dos municípios, um maior rigor na classificação orçamental das transferências destinadas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

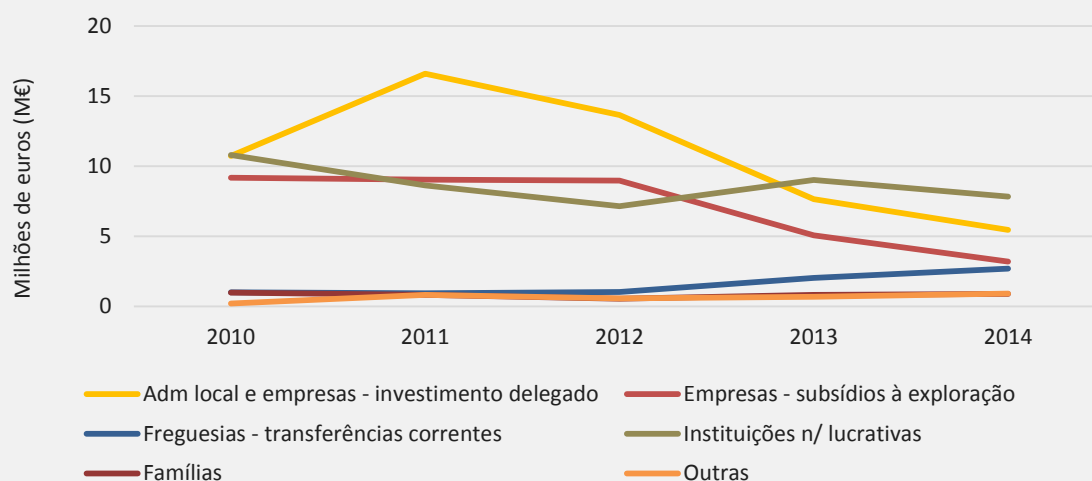
às freguesias, nomeadamente, naquelas destinadas a despesas que as freguesias executam por administração direta (despesas correntes).

As transferências para as famílias têm-se mantido praticamente inalteradas. Em termos de estrutura, é de salientar que as transferências para as instituições não lucrativas representam 37%, ultrapassando o valor do investimento delegado (26%).

QUADRO 4.13 – Evolução das transferências efetuadas pelos municípios, por tipologia - 2012-2014

Tipo de transferência	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
Adm local e empresas - investimento delegado	13 657 703	42,7%	7 648 444	30,2%	-44,0%	5 458 521	26,0%	-28,6%
Empresas - subsídios à exploração	8 984 994	28,1%	5 070 419	20,0%	-43,6%	3 196 656	15,2%	-37,0%
Freguesias - transferências correntes	1 022 852	3,2%	2 044 860	8,1%	99,9%	2 704 619	12,9%	32,3%
Instituições n/ lucrativas	7 156 833	22,4%	9 016 558	35,6%	26,0%	7 832 899	37,3%	-13,1%
Famílias	552 458	1,7%	833 344	3,3%	50,8%	899 054	4,3%	7,9%
Outras	585 366	1,8%	690 612	2,7%	18,0%	914 448	4,4%	32,4%
<b>Transferências totais</b>	<b>31 960 205</b>	<b>100,0%</b>	<b>25 304 239</b>	<b>100,0%</b>	<b>-20,8%</b>	<b>21 006 198</b>	<b>100,0%</b>	<b>-17,0%</b>
<b>Despesa Total e % das transferências na despesa total</b>	<b>182 095 962</b>	<b>17,6%</b>	<b>177 382 924</b>	<b>14,3%</b>	<b>-2,6%</b>	<b>172 071 030</b>	<b>12,2%</b>	<b>-3,0%</b>

GRÁFICO 4.12 - Evolução das transferências dos municípios por tipologia 2010-2014





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

A análise por município leva-nos a resultados bastantes distintos. 58% dos municípios têm nas transferências para as instituições não lucrativas a sua principal rubrica neste tipo de despesa. De notar os valores do município da Madalena (78%), Lajes das Flores (79%) e Corvo (75%). Dada a sua natureza, se considerarmos como um todo as transferências e subsídios para a administração local e empresas, verifica-se que 6 municípios têm nessa rubrica a sua principal componente de gasto: Ribeira Grande (73%), Povoação (67%), Nordeste (54%), Horta (70%), Angra do Heroísmo (46%) e Santa Cruz das Flores (40%), estes últimos com valores mais baixos mas, ainda assim, expressivos. Para finalizar, de salientar o valor de transferências correntes para as freguesias, realizadas pelo município da Calheta que representaram 82% do total das transferências realizadas.

QUADRO 4.14 – Tipo de transferências por município - 2014

Município	Adm local e empresas - inv. delegado		Empresas - subsídios à exploração		Freguesias - transferências correntes		Instituições n/ lucrativas		Famílias		Outras		Total	Euros Δ 13-14
	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	
VPT	203 925	28,2%	0	0,0%	0	0,0%	395 385	54,7%	116 065	16,1%	7 678	1,1%	723 053	5,8%
PDL	44 600	1,1%	1 747 320	42,0%	1 486 619	35,7%	665 895	16,0%	193 114	4,6%	23 794	0,6%	4 161 343	-10,3%
RGR	989 605	68,9%	58 333	4,1%	0	0,0%	284 920	19,8%	103 991	7,2%	0	0,0%	1 436 849	-29,6%
LAG	115 350	11,3%	125 000	12,3%	192 035	18,9%	451 585	44,4%	88 362	8,7%	45 111	4,4%	1 017 443	-47,0%
VFC	0	0,0%	71 752	12,8%	34 490	6,1%	215 200	38,3%	49 898	8,9%	190 065	33,9%	561 404	-26,3%
POV	476 396	67,3%	0	0,0%	0	0,0%	81 120	11,5%	51 979	7,3%	98 324	13,9%	707 819	9,6%
NRD	0	0,0%	362 744	53,7%	115 682	17,1%	135 489	20,1%	21 748	3,2%	39 827	5,9%	675 489	-13,7%
AGH	1 052 759	34,6%	357 360	11,8%	256 432	8,4%	1 167 472	38,4%	66 869	2,2%	139 878	4,6%	3 040 770	-32,4%
PVT	1 471 644	40,6%	91 030	2,5%	52 892	1,5%	1 827 998	50,5%	39 440	1,1%	139 166	3,8%	3 622 171	-3,0%
SCG	0	0,0%	0	0,0%	113 000	19,7%	391 536	68,3%	50 216	8,8%	18 489	3,2%	573 241	13,6%
CAL	0	0,0%	0	0,0%	45 000	81,6%	5 000	9,1%	5 119	9,3%	0	0,0%	55 119	-63,4%
VEL	0	0,0%	0	0,0%	183 320	53,4%	85 343	24,9%	6 860	2,0%	67 655	19,7%	343 178	-45,0%
SRP	334 158	23,6%	93 298	6,6%	489	0,0%	931 621	65,7%	1 879	0,1%	55 585	3,9%	1 417 029	9,1%
LPC	95 732	15,1%	19 739	3,1%	70 261	11,1%	372 167	58,6%	20 110	3,2%	56 684	8,9%	634 693	-9,1%
MAD	24 978	4,8%	0	0,0%	77 160	14,7%	410 945	78,4%	5 987	1,1%	5 035	1,0%	524 105	-21,3%
HRT	537 708	46,4%	270 000	23,3%	77 240	6,7%	235 411	20,3%	37 353	3,2%	0	0,0%	1 157 712	-11,8%
SCF	100 000	39,9%	0	0,0%	0	0,0%	95 186	37,9%	32 291	12,9%	23 358	9,3%	250 836	40,7%
LFL	11 667	15,1%	80	0,1%	0	0,0%	60 501	78,5%	3 841	5,0%	1 000	1,3%	77 089	-37,7%
CRV	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	20 125	74,9%	3 933	14,6%	2 798	10,4%	26 856	-34,7%
TOTAL	5 458 521	26,0%	3 196 656	15,2%	2 704 619	12,9%	7 832 899	37,3%	899 054	4,3%	914 448	4,4%	21 006 198	-17,0%



## 5. EXECUÇÃO PATRIMONIAL

### 5.1 Resultados do exercício

No seu conjunto, os municípios da RAA tiveram um resultado líquido positivo de 10 M€ em 2014, o que se traduz num aumento de 99% face ao ano anterior. O maior contributo para este crescimento terá vindo dos resultados extraordinários, que aumentaram 110%. Em termos monetários, verificamos que 4 M€ (85%) dos 5 M€ de aumento verificado nos resultados líquidos totais devem-se à contribuição dos resultados extraordinários.

QUADRO 5.1 - Resumo da Demonstração de Resultados - Municípios da RAA 2011-2014

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Municípios da RAA	Euros				
	2012	2013	Δ 12-13	2014	Δ 13-14
<i>Amortizações do exercício</i>	37 742 070	39 117 163	3,6%	40 615 390	3,8%
<i>Provisões do exercício</i>	385 727	3 648 098	845,8%	427 920	-88,3%
Custos operacionais	124 693 935	139 668 176	12,0%	139 070 592	-0,4%
Proveitos operacionais	140 502 008	142 306 017	1,3%	142 612 026	0,2%
Custos e perdas financeiros	5 458 302	3 602 229	-34,0%	3 746 150	4,0%
Proveitos e ganhos financeiros	2 571 471	2 127 599	-17,3%	2 116 154	-0,5%
Custos e perdas extraordinários	18 131 919	12 375 584	-31,7%	9 781 279	-21,0%
Proveitos e ganhos extraordinários	16 752 816	16 283 388	-2,8%	17 967 536	10,3%
<b>Resultados operacionais</b>	<b>15 808 073</b>	<b>2 637 841</b>	<b>-83,3%</b>	<b>3 541 434</b>	<b>34,3%</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-2 886 831</b>	<b>-1 474 629</b>	<b>48,9%</b>	<b>-1 629 997</b>	<b>-10,5%</b>
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>-1 379 104</b>	<b>3 907 804</b>	<b>383,4%</b>	<b>8 186 257</b>	<b>109,5%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>11 542 138</b>	<b>5 071 016</b>	<b>-56,1%</b>	<b>10 097 694</b>	<b>99,1%</b>

Convém esclarecer que nas autarquias locais os resultados extraordinários não são tão excecionais como o nome poderia sugerir. Por um lado, nos proveitos extraordinários estão incluídas as participações financeiras recebidas do Governo e da UE para investimentos e, por outro, nos custos extraordinários estão presentes as transferências de capital que os municípios efetuam para as freguesias, serviços municipalizados, associações de municípios e empresas do setor local. Estes proveitos e custos são frequentes e normais nos municípios, apesar de não apresentarem um comportamento regular.

Se o aumento de 110% nos resultados extraordinários foi importante para o total dos resultados líquidos verificados em 2014, o aumento de 34% verificado nos resultados operacionais, sobretudo depois de uma quebra de 83% no ano anterior, constitui uma melhoria não menos importante, tendo em conta que a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

parte operacional é normalmente a que mais contribui para os resultados líquidos. Aliás, nos últimos 10 anos, apenas em 2013 e 2014, os resultados extraordinários excederam os operacionais, em termos globais.

O quadro seguinte mostra para cada município os resultados operacionais, financeiros e extraordinários nos últimos 2 anos, permitindo verificar a contribuição de cada resultado parcelar para o resultado líquido.

**QUADRO 5.2 - Resultados dos Municípios, Serviços Municipalizados e Associações de Municípios - 2014**

*Euros*

Municípios	Resultados operacionais		Resultados financeiros		Resultados extraordinários		Resultado líquido do exercício	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
VPT	72 280	857 777	184 494	1 844	-486 517	-255 083	124 659	691 635
PDL	-1 706 675	-2 019 505	1 004 898	1 079 680	-472 963	-246 715	115 078	189 251
RGR	5 411 985	4 657 190	-171 454	-122 178	-1 030 907	-572 423	5 035 413	5 117 190
LAG	1 162 358	580 048	-102 837	-102 270	-390 926	-449 676	504 243	659 055
VFC	176 188	-173 234	-1 082 085	-1 040 227	294 724	86 776	-205 917	197 084
POV	482 897	-396 815	-90 583	-63 844	-919 922	-472 642	816 394	244 504
NRD	450 743	52 164	-331 456	-729 889	-30 022	-45 307	251 421	2 338
AGH	120 103	1 557 101	50 317	-101 408	-376 344	-8 655	2 213 138	2 042 292
PVT	-605 177	-143 931	-300 418	-43 904	-42 463	-792 102	-1 179 061	-830 094
SCG	291 780	-9 290	659	5 319	-7 610	-144 431	490 451	235 666
CAL	696 721	925 556	-161 006	-149 512	45 598	-58 960	891 818	1 207 798
VEL	-2 414 136	125 932	-62 209	-5 436	-478 260	-168 563	-2 424 505	1 727 323
SRP	-450 857	-651 683	-18 534	-15 215	-925 603	-372 179	-905 338	-1 068 561
LPC	84 146	-296 760	-305 425	-178 779	-602 376	-226 766	1 866	-147 795
MAD	596 893	118 926	-18 684	-38 965	-610 640	-177 092	1 064 129	455 477
HRT	-848 992	-876 840	-81 822	-87 186	-1 207 095	-271 409	-1 095 738	-682 400
SCF	-90 575	-132 817	-71 262	-61 171	205 904	1 024 250	-206 239	-177 912
LFL	-1 091 472	-783 345	85 756	26 323	-122 181	-187 654	-949 312	-159 098
CRV	299 632	150 961	-2 977	-3 179	113 824	132 627	528 514	393 941
<b>RAA</b>	<b>2 637 841</b>	<b>3 541 434</b>	<b>-1 474 629</b>	<b>-1 629 997</b>	<b>-7 043 779</b>	<b>-3 206 004</b>	<b>5 071 016</b>	<b>10 097 694</b>
SMPD	254 479	309 468	9 264	42 233	793 963	1 082 134	1 057 706	1 433 834
SMAH	-1 617 914	-1 720 189	-11 157	-4 929	1 324 989	1 303 015	-304 082	-422 103
AMRAA	-105 238	-39 336	-19 188	-5 929	3 704	45 684	-120 722	419
AMISM	-256 313	-185 551	3 417	9 329	345 748	314 593	92 851	138 371

No caso dos serviços municipalizados, se os SMPD contribuíram positivamente para o respetivo município com um resultado líquido de 1,4 M€ em 2014, o mesmo não se passou com os SMAH, que apresentaram resultados negativos nos últimos 2 anos. Além disso, o resultado obtido na parte operacional é negativo em Angra, ao contrário de Ponta Delgada. Comparando os custos e os proveitos destas duas entidades, constata-se que é nos proveitos, com destaque para a venda de produtos (água), que os SMPD se destacam, face aos SMAH – os custos operacionais de Angra do Heroísmo são 82% dos de Ponta Delgada,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

mas os proveitos operacionais são só 62% e a parte dos proveitos operacionais resultante da venda de produtos, onde sobressai a venda de água, é apenas de 49% do valor apresentado por Ponta Delgada.

Nas associações de municípios é de registar uma melhoria significativa na AMRAA, que vinha de um resultado negativo de 121 m.e. e conseguiu em 2014 um resultado baixo, mas positivo. Quanto à AMISM, obteve um resultado líquido positivo, registando um aumento de 49%, mas conseguido com a contribuição dos resultados extraordinários, pois os resultados operacionais foram negativos nos últimos dois anos. Esta situação deve-se à transferência da atividade de gestão dos resíduos para a empresa intermunicipal MUSAMI.

Vejamos agora, relativamente aos municípios, cada um dos resultados e as suas componentes, proveitos e custos.

#### Resultados Operacionais

Estes resultados sofreram, globalmente, uma quebra acentuada em 2013, passando de 15,8 M€ para 2,6 M€, tendo aumentado em 2014, 34%, mas, mesmo assim, este foi o segundo pior ano dos últimos 10. Este aumento deve-se ao efeito conjugado de um aumento de 306 m.e. nos proveitos e de uma redução de 598 m.e. nos custos, o que se traduz numa melhoria de 904 M€ nos resultados operacionais.

Nos proveitos operacionais, verifica-se que a maior parcela resulta das transferências e subsídios obtidos (65%), com especial destaque para os Fundos OE. Esta rubrica sofreu uma diminuição de 2,0%, ligeiramente inferior à redução de 2,6% observada nos Fundos OE. Salienta-se os aumentos de 3,5% na venda de produtos e serviços, e de 8,5% nos impostos e taxas. Por outro lado, a redução de 39,4% nos “Outros proveitos operacionais” deve-se sobretudo à diminuição no valor da conta 75 “Trabalhos para a própria entidade” dos municípios de Ponta Delgada, Lagoa e Calheta, resultante de um menor volume de obras por administração direta realizadas.

QUADRO 5.3 – Proveitos operacionais municipais por rubrica

Proveitos operacionais	2013	2014	%	Euros	
				Δ	13-14
Vendas e prestações de serviços	14 813 243	15 332 508	10,8%	3,5%	
Impostos e taxas	30 473 693	33 065 883	23,2%	8,5%	
Transferências e subsídios obtidos	94 766 737	92 848 934	65,1%	-2,0%	
Outros proveitos e ganhos operacionais	2 252 344	1 364 702	1,0%	-39,4%	
<b>Total</b>	<b>142 306 017</b>	<b>142 612 026</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,2%</b>	





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Nos proveitos resultantes de vendas de mercadorias, produtos e serviços, são de destacar os aumentos nos municípios de Lagoa (26%), Praia da Vitória (18%) e Vila do Porto (14%).

Nos impostos e taxas destacam-se os aumentos verificados nos municípios de Nordeste (45%), Ponta Delgada (9%), Angra do Heroísmo (10%) e Praia da Vitória (16%).

Nos custos operacionais, dois fatores influenciaram bastante os resultados e sobretudo as suas variações de 2013 para 2014: as provisões do exercício, que em 2013 apresentam um valor excecionalmente alto, mas apenas devido a um município, o que já não aconteceu em 2014, e os custos com pessoal com as variações resultantes das políticas restritivas tomadas pelo Governo e das decisões posteriores em contrário do tribunal constitucional, causando oscilações nestes custos. Ainda nos custos operacionais, verificou-se uma redução de 37% nas transferências e subsídios às empresas, um aumento de 32% nas transferências para as freguesias, provavelmente como consequência da nova lei das autarquias locais (Lei 75/2013, de 12 de setembro) e, por último, uma redução de 24% nos custos de mercadorias vendidas e matérias-primas consumidas, sendo que estas últimas (matérias-primas) preenchem a quase totalidade destes custos nas autarquias locais.

QUADRO 5.4 – Proveitos operacionais municipais por rúbrica

Custos operacionais	2013	2014	%	Euros
				$\Delta$ 13-14
Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 960 298	4 548 788	3,3%	-23,7%
Fornecimentos e serviços externos	25 673 873	28 742 886	20,7%	12,0%
Pessoal	50 507 997	52 095 041	37,5%	3,1%
Transf. e subsídios correntes concedidos	14 119 687	11 953 088	8,6%	-15,3%
Amortizações do exercício	39 117 163	40 615 390	29,2%	3,8%
Provisões do exercício	3 648 098	427 920	0,3%	-88,3%
Outros custos e perdas operacionais	641 060	687 479	0,5%	7,2%
<b>Total</b>	<b>139 668 176</b>	<b>139 070 592</b>	<b>100,0%</b>	<b>-0,4%</b>

O quadro seguinte mostra a evolução dos resultados operacionais de cada município no período 2005/2014, destacando os resultados negativos. Em termos operacionais, o município que melhores resultados tem obtido é, sem dúvida, o da Ribeira Grande, com valores sempre superiores a 3 M€ e um valor médio de 4,9 M€. A seguir, aparece o município da Lagoa, com um valor médio de 2,3 M€. São, também, de destacar pela positiva os municípios de Angra do Heroísmo, com o segundo melhor resultado operacional em 2014, e depois os municípios de Calheta, Velas, Madalena e Corvo. Os municípios de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Povoação, Santa Cruz da Graciosa e Velas, apresentam normalmente resultados operacionais positivos, com exceção de um ou outro ano.

**QUADRO 5.5 - Evolução dos resultados operacionais por município, 2005-2014**

*Euros*

Resultados Operacionais	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
VPT	2 520 699	5 041 214	-371 202	-102 290	1 121 135	-1 036 124	456 675	177 803	72 280	857 777
PDL	7 384 338	5 645 604	5 929 331	4 022 769	4 810 076	1 055 933	-337 103	1 532 096	-1 706 675	-2 019 505
RGR	4 809 758	3 253 229	5 329 604	5 451 458	5 096 236	5 086 022	4 833 475	5 168 191	5 411 985	4 657 190
LAG	3 651 253	2 996 597	3 080 165	3 243 057	1 334 782	1 334 760	1 622 842	3 645 767	1 162 358	580 048
VFC	74 590	1 224 635	-307 923	-71 448	-6 683 724	-4 648 790	-2 425 132	239 061	176 188	-173 234
POV	1 872 291	1 213 261	1 729 209	348 921	931 843	1 513 528	748 966	869 673	482 897	-396 815
NRD	941 766	1 559 597	890 506	272 337	-381 043	-1 045 194	43 856	567 886	450 743	52 164
AGH	-496 182	1 142 917	901 769	198 283	104 170	1 332 548	4 266 049	3 189 367	120 103	1 557 101
PVT	748 651	1 786 133	623 604	34 909	249 528	41 002	-1 330 508	-435 124	-605 177	-143 931
SCG	690 070	767 571	750 848	737 149	640 195	332 715	389 510	99 803	291 780	-9 290
CAL	100 465	398 921	681 185	409 740	354 426	1 365 006	1 243 439	746 069	696 721	925 556
VEL	193 948	475 065	632 906	547 296	603 615	655 890	556 813	429 483	-2 414 136	125 932
SRP	-1 714 782	-821 322	-345 931	-180 886	-53 825	-194 503	-498 808	-695 479	-450 857	-651 683
LPC	-31 152	-226 411	-460 612	361 015	239 205	107 382	-263 479	-328 949	84 146	-296 760
MAD	1 004 758	736 081	1 004 019	1 014 595	949 402	600 106	555 849	628 862	596 893	118 926
HRT	-1 516 326	-1 221 472	-1 365 546	-1 402 814	-1 672 459	-1 588 330	-1 104 207	-393 154	-848 992	-876 840
SCF	2 408 220	1 674 027	1 298 581	1 149 318	954 606	-6 461	742 297	115 650	-90 575	-132 817
LFL	264 463	519 791	914 000	500 596	622 571	-240 465	-286 843	-107 319	-1 091 472	-783 345
CRV	123 155	40 457	114 542	265 416	346 371	455 655	417 615	358 386	299 632	150 961
<b>TOTAL</b>	<b>23 029 983</b>	<b>26 205 895</b>	<b>21 029 054</b>	<b>16 799 421</b>	<b>9 567 111</b>	<b>5 120 681</b>	<b>9 631 305</b>	<b>15 808 073</b>	<b>2 637 841</b>	<b>3 541 434</b>

Constituem motivo de apreensão os seguintes casos:

S. Roque do Pico e Horta – com valores negativos em todos os anos do período considerado

Lajes do Pico e Vila Franca do Campo – com valores negativos em 6 dos 10 anos considerados

Lajes das Flores e Praia da Vitória – com valores negativos nos últimos 4/ 5 anos

Ponta Delgada – com valores negativos e elevados nos últimos 2 anos

#### Resultados Financeiros

Os resultados financeiros normalmente são negativos, pois os municípios têm mais custos financeiros, nomeadamente, juros de empréstimos, do que proveitos financeiros derivados de aplicações de capital. O resultado global dos municípios foi de -1,5 M€, em 2013 e -1,6 M€, em 2014, precisamente os valores menos negativos desde 2003. Os piores resultados verificaram-se no período 2007/2009, com uma média de -6,2 M€, observando-se, em 2008 o pior resultado, -7,4 M€.

Observando o quadro 5.2, constata-se que apenas 4 municípios apresentaram resultados financeiros positivos e só Ponta Delgada se destaca, com 1,1 M€, pois os outros não ultrapassam os 27 m.e. Por outro lado, Vila Franca do Campo e Nordeste, dois municípios com empréstimos de saneamento financeiro, apresentam os piores resultados (-1 M€ e -0,7 M€, respetivamente).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

### Resultados Extraordinários

O valor global de 8,2 M€ de resultados extraordinários constitui o mais elevado de sempre, superando em 109% o valor de 3,9 M€ de 2013, até então o melhor resultado global conseguido. No quadro 5.2, é possível verificar que em 2014 apenas 3 municípios tiveram resultados extraordinários negativos: Vila do Porto, Praia da Vitória e S. Roque do Pico. Em 2013, além destes municípios, outros 4 tiveram também resultados extraordinários negativos, conforme mostra o quadro.

No quadro 5.1 é possível observar que a melhoria destes resultados deve-se mais a uma redução nos custos, que diminuíram 32%, em 2013, e 21%, em 2014, do que a um aumento dos proveitos, já que estes reduziram 3%, em 2013, e “apenas” aumentaram 10%, em 2014.

A redução nos custos extraordinários incidiu sobretudo nas transferências de capital para as empresas do setor local, que sofreram uma diminuição de 50% em 2013 e 44% em 2014. Em valores, tínhamos um total de 9,7 M€, em 2012, e, em 2014, esse valor baixou para 4,8 M€. As outras duas grandes componentes dos custos extraordinários, transferências de capital para as freguesias e instituições não lucrativas, sofreram pouca variação. Nas freguesias o valor baixou de 2,4 M€, em 2013, para 2,1 M€, em 2014, e nas instituições o valor manteve-se nos 3,2 M€. É de assinalar o valor de transferências de capital (custos extraordinários) para as instituições, mais elevado do que para as freguesias, situação que também se verifica com as transferências correntes (custos operacionais), com as instituições a receberem dos municípios 4,6 M€ e as freguesias 2,7 M€. No total, temos 7,8 M€ para as instituições e 4,8 M€ para freguesias.

### Concluindo, no que respeita aos resultados de 2014

Em 2014, 11 municípios melhoraram os seus resultados líquidos e destes, 2 (Vila Franca do Campo e Velas), passaram de um resultado negativo em 2013 para um resultado positivo em 2014. Por outro lado, 8 municípios pioraram os seus resultados líquidos, sendo que Lajes do Pico passa de um resultado positivo para um negativo e S. Roque do Pico piora um resultado que já era negativo. Nos últimos 10 anos, os municípios de S. Roque do Pico e Horta tiveram sempre resultados líquidos negativos. Com resultados sempre positivos no mesmo período, temos 6 municípios: Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Santa Cruz da Graciosa, Madalena e Corvo.



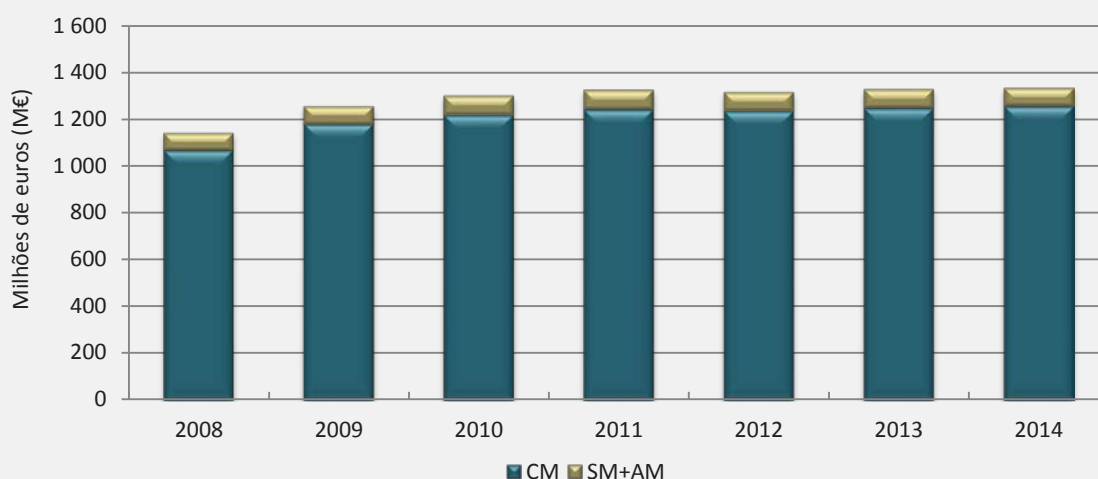
## 5.2 Balanço

### 5.2.1 Ativo

O ativo líquido total dos municípios era de 1.256 M€ em 2014, aumentando apenas 0,7%, relativamente a 2013. Se considerarmos o ativo bruto (ativo líquido + amortizações acumuladas) o aumento foi de 1,0%, o que significa que houve um aumento superior nas amortizações acumuladas, tendo estas aumentado 10,8%. O ritmo de amortização do imobilizado existente foi, pois, superior à renovação desse imobilizado.

Os serviços municipalizados e as associações de municípios acrescentam cerca de 6% ao valor do ativo líquido dos municípios, resultando num total de 1.333 M€. Se compararmos com a situação existente em 2008, conclui-se que o ativo líquido total dos municípios aumentou 18% (17% se juntarmos associações e serviços municipalizados).

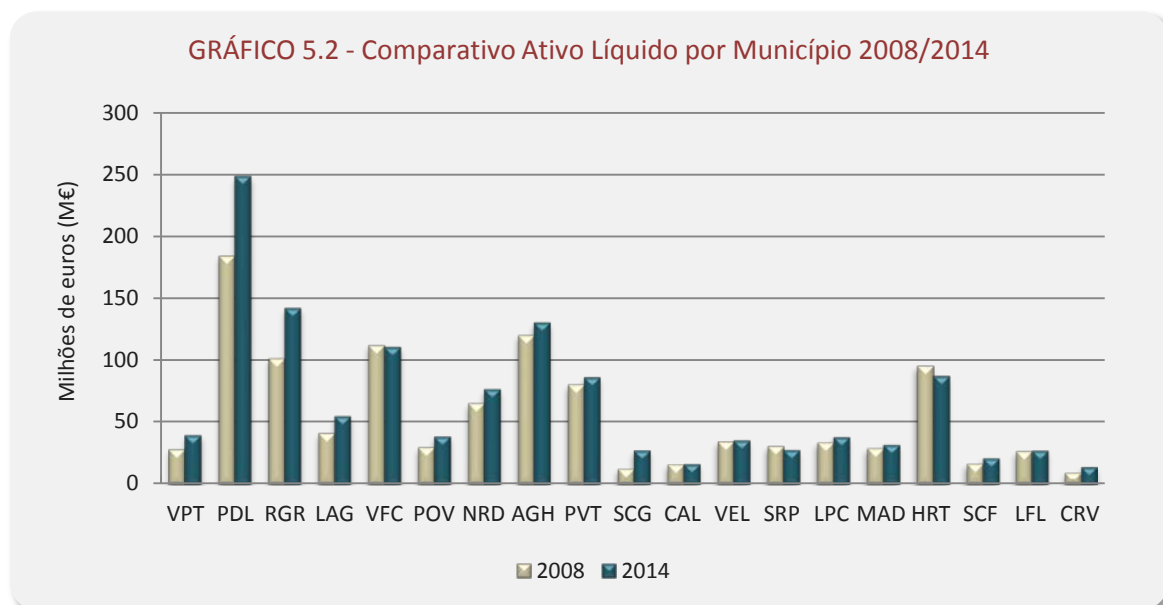
GRÁFICO 5.1 - Ativo Líquido 2008- 2014





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O gráfico seguinte mostra o ativo líquido no início e no fim do período considerado (2008/2014) por município, permitindo verificar as diferenças entre eles.



Os aumentos mais significativos foram registados em Santa Cruz da Graciosa (120%), Corvo (49%), Vila do Porto (40%), Ribeira Grande (40%), Ponta Delgada (35%) e Lagoa (33%). Angra do Heroísmo e Praia da Vitória registam aumentos de 9% e 8%, respetivamente. Por outro lado, verificam-se diminuições em 3 municípios: S. Roque do Pico (-10%), Horta (-8%) e Vila Franca do Campo (-1%).

Nos casos com grandes variações no ativo líquido, as causas estão relacionadas, em parte, com atualizações no imobilizado, não resultantes de aquisições ou construções, mas de outro tipo, nomeadamente transferência de ativos ou meras atualizações de bens existentes, sendo esses aumentos refletidos nos fundos próprios.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O quadro 5.6 mostra as variações percentuais nas principais componentes do Balanço, as quais serão objeto de análise neste relatório.

QUADRO 5.6 - Variações no Balanço 2013-2014

<b>Ativo Líquido</b>	<b>0,7%</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>0,5%</b>
Incorpóreo	-12,0%
Corpóreo em curso	-26,5%
Corpóreo	0,3%
Financeiro	17,1%
Amortizaç acumuladas	10,8%
<b>Existências</b>	<b>-1,8%</b>
<b>Dívidas de terceiros</b>	<b>-24,3%</b>
<b>Depósitos e Caixa</b>	<b>28,1%</b>
<b>Fundos Próprios</b>	<b>1,4%</b>
Património	0,3%
Reservas Legais	5,0%
<b>Passivo</b>	<b>-0,4%</b>
Dívida médio e longo prazo	-0,4%
Dívida curto prazo	-33,7%
Proveitos diferidos	2,5%

#### Imobilizado

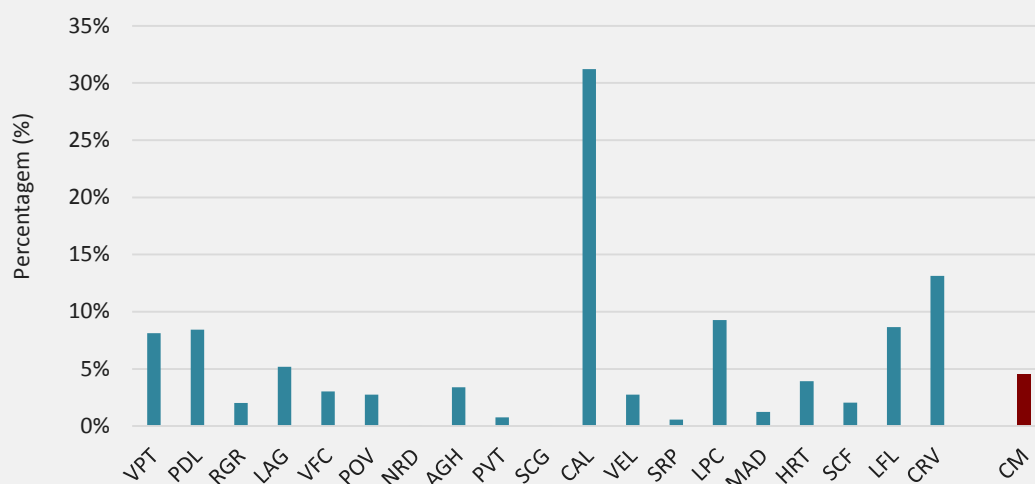
O imobilizado representa globalmente 96% do ativo líquido, sendo o valor mais baixo apresentado pelo município das Velas (79%), destacando-se claramente dos seguintes, Angra do Heroísmo (90%) e Calheta (95%). Dentro do imobilizado total, o imobilizado corpóreo, onde figuram as obras, os terrenos, edifícios, etc., representa a maior parte (93%), atingindo valores próximos dos 100% em vários municípios. Ou seja, o ativo líquido dos municípios é quase todo constituído por imobilizado corpóreo, variando entre os 76% (Ponta Delgada e Praia da Vitória) e os 98% (Lajes do Pico e Lajes das Flores).

Dos cerca de 1.115 M€ de imobilizado corpóreo total dos municípios, apenas 5% se encontrava em curso (obras ainda não concluídas) no final de 2014, se bem que esta percentagem varie entre os municípios, como se pode observar no gráfico seguinte.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 5.3 - Imobilizado em curso/ Imobilizado corpóreo total - 2014

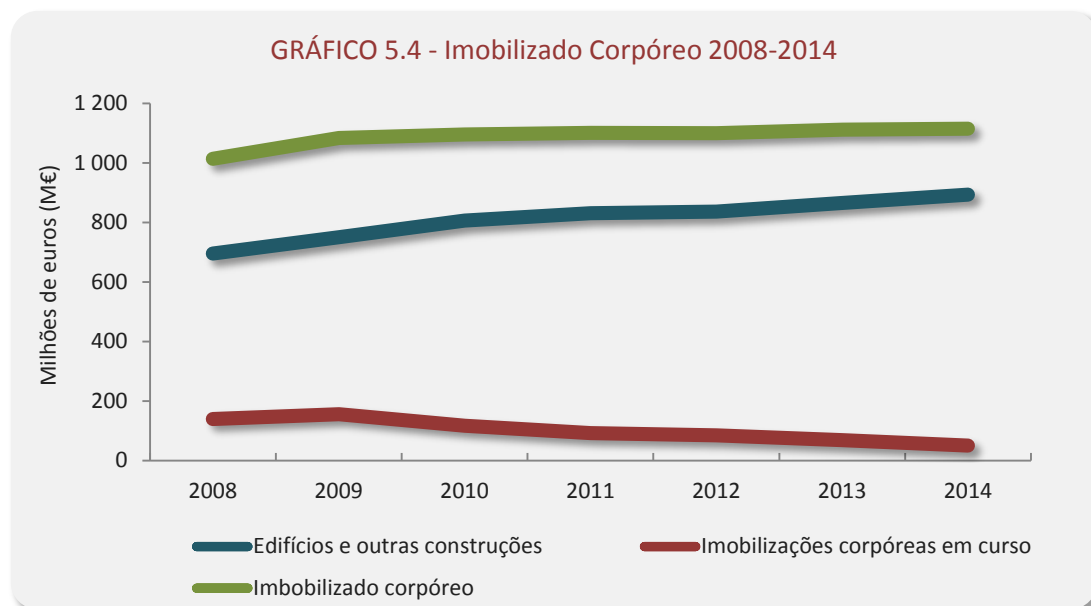


Valores baixos de imobilizado em curso significam que o município, ou realizou nesse ano apenas obras de pequena dimensão, que terminaram no fim do ano, ou que as obras plurianuais acabaram na sua maioria nesse ano. Com valores reduzidos aparecem os municípios de Nordeste, Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa e S. Roque do Pico.

Por outro lado, os municípios de Calheta (31%) e Corvo (13%) apresentam valores relativamente altos. A verdade é que o imobilizado corpóreo da Calheta, no valor de 15,3 M€ é bastante inferior ao de outros municípios de dimensão semelhante (Velas – 28 M€, Corvo – 13 M€, Santa Cruz das Flores – 18 M€, Lajes das Flores (27 M€). Os valores baixos de Calheta e mesmo Lajes das Flores poderão dever-se a um Balanço inicial, elaborado em 2011/2012, subvalorizado. De facto, no Balanço de 2012, o imobilizado corpóreo da Calheta era de 3,8 M€, comparado com o de 13,1 M€ das Velas o de 6,7 M€ do Corvo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública



O gráfico 5.4 mostra uma tendência decrescente no imobilizado em curso e uma quase estagnação do imobilizado corpóreo total, que nos últimos 6 anos se situou nos 1,1 mil milhões de euros. No período considerado no gráfico, o imobilizado total aumentou 163 M€, o imobilizado corpóreo 101 M€ e as amortizações acumuladas 203 M€. Se adicionarmos os 50 M€ de imobilizado em curso, supondo que ele tinha ficado concluído em 2014, teríamos um aumento total de imobilizado entre 2008 e 2014 na ordem dos 213 M€, para uma diminuição traduzida nas amortizações efetuadas, de 203 M€.

O gráfico 5.4 mostra também que o imobilizado relativo aos edifícios e outras construções (80% do imobilizado corpóreo) teve uma evolução mais favorável do que o imobilizado total, face a outras componentes como o equipamento administrativo, ferramentas e utensílios, e terrenos e recursos naturais.

#### Imobilizado financeiro

Esta conta tinha um valor global de 79,9 M€ em 2014, tendo aumentado 3,6%. A maior parte deste imobilizado é constituído pelas participações detidas pelos municípios em empresas, totalizando as “Partes de capital” a quantia de 72,9 M€. Uma nova componente do imobilizado financeiro é o Fundo de Apoio Municipal (FAM). Trata-se de um fundo, que nos termos da lei é obrigatoriamente subscrito pelos municípios em 2014 ou 2015, a pagar durante um período de 7 anos, até perfazer, no caso dos Açores, um valor total de 9 M€. Em 2014, apenas 3 municípios (Vila do Porto, Ponta Delgada e Horta) contabilizaram o FAM nos respetivos balanços, num total de 2,7 M€.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

### Existências

As existências são constituídas essencialmente por matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O valor total de existências em 2014 era de 2,2 M€, mantendo-se nesta ordem de grandeza nos últimos 5 anos. Do valor total de 2,2 M€, 23% dizem respeito a Ponta Delgada, 15% à Ribeira Grande e 7% à Horta. Santa Cruz da Graciosa e Lajes das Flores são os únicos municípios que não têm qualquer valor de existências nos seus balanços.

### Dívidas a receber de terceiros

Esta conta tinha um valor global de 22,9 M€ em 2014, para o conjunto dos municípios, tendo diminuído 24,3%. O valor de 2014 é o mais baixo dos últimos 4 anos. Com a inclusão das associações de municípios e dos serviços municipalizados, a dívida de terceiros situa-se nos 28,5 M€, tendo também diminuído 24% em 2014.

Refira-se que dos cerca de 23 M€ de total de dívidas a receber pelos municípios, 10,5 M€ dizem respeito a Angra do Heroísmo. Este município inscreveu como dívida de médio e longo prazo a receber do Governo Regional o montante em dívida de empréstimos no domínio da habitação (9 M€), uma vez que, na sequência de contrato celebrado com o Governo Regional, este compromete-se a transferir anualmente para o município o montante correspondente à amortização do empréstimo contraído há anos atrás. Existem outros municípios em condições idênticas, mas não adotaram o mesmo critério, limitando-se a inscrever nos respetivos balanços a dívida aos bancos ou ao INH/IGHAPE.

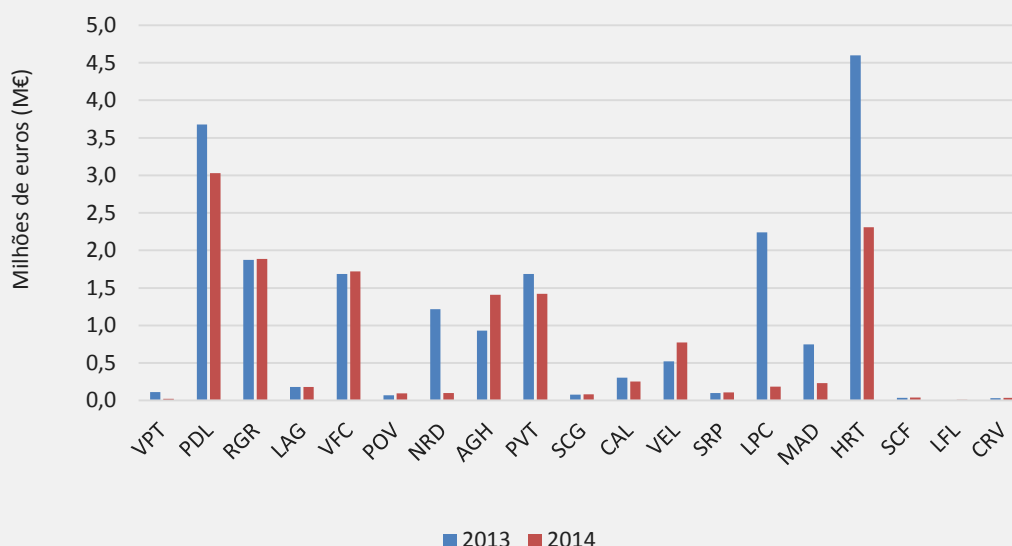
Sendo assim, faz mais sentido analisar as dívidas a receber a curto prazo, que nos municípios referem-se a dívidas de clientes, contribuintes e utentes (25%), transferências a receber de outras entidades, nomeadamente, administração local e empresas, Estado (cooperação financeira), União Europeia (fundos comunitários) (71%) e outros (IVA, etc.)

O gráfico seguinte mostra, nos últimos 2 anos, essas dívidas a receber, em cada município.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 5.5 - Dívidas de terceiros de curto prazo



Em termos globais, os municípios tinham dívidas de curto prazo a receber no valor de 13,9 M€, no final de 2014, menos 31% do que em 2013. Por seu turno, os serviços municipalizados tinham, em 2014, um valor total de 4,7 M€, nesta rubrica do Balanço - 2,1 M€ no caso dos SMPD (3,0 M€ no município) e 2,6 M€ no caso dos SMAH (1,4 M€ no município). No conjunto CM+SM, Angra do Heroísmo tinha 4 M€ e Ponta Delgada 5,1 M€ de dívidas a receber de curto prazo.

Destacam-se no gráfico os caso de Nordeste, Horta e de Lajes do Pico, com descidas acentuadas.

#### Disponibilidades em caixa e bancos

Os municípios encerraram o exercício de 2014 com um saldo total de gerência de 13,7 M€ de operações orçamentais e de 2,0 M€ de operações de tesouraria. A soma destes 2 saldos coincide com os 15,7 M€ globais que constam nas contas de Caixa e Depósitos Bancários no ativo dos respetivos balanços. Destes 15,7 M€, apenas 46,5 m.e. se encontravam em caixa, estando o restante em bancos. O valor em caixa era nulo nos municípios de Ribeira Grande, S. Roque do Pico, Santa Cruz das Flores e Corvo.

Comparando com o ano anterior, os 15,7 M€ existentes em caixa e bancos representam um aumento de 28%, não esquecendo que 2 M€ são de operações de tesouraria, ou seja, cobrados pelo município para entregar a outras entidades.

As disponibilidades em meios monetários, adicionadas das dívidas a receber a curto prazo e de aplicações financeiras (títulos negociáveis) dão-nos o valor do ativo circulante. Este agregado compreende os meios



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

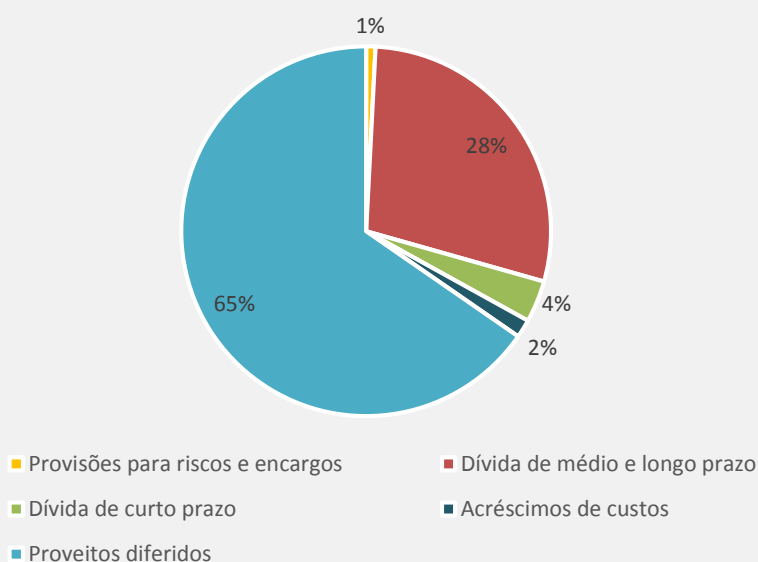
que a entidade tem ao seu dispor para fazer face às suas dívidas de curto prazo, ou seja, o passivo circulante. A diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante designa-se de fundo de maneio, devendo ser positiva, pois de contrário estaríamos a suportar dívidas de curto prazo com capitais permanentes. Mais à frente (ponto 5.3) este e outros rácios serão analisados.

## 5.2.2 Passivo e evolução do endividamento

### Passivo total e passivo exigível

O passivo total dos municípios, em 2014, era de 514 M€, sendo composto por dívidas a terceiros, de curto e médio e longo prazo, provisões para riscos e encargos, acréscimos de custos e proveitos diferidos (gráfico 5.6). As duas rubricas com maior peso são as dívidas a pagar (32%) e os proveitos diferidos (65%) que são transferências recebidas da União Europeia e do Estado, destinadas a investimentos amortizáveis e cujo proveito será registado em vários anos, paralelamente ao registo de amortização desses investimentos.

GRÁFICO 5.6 - Passivo dos municípios 2014





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Passivo exigível

Para efeitos da análise do balanço, dada a natureza das várias componentes do passivo, interessa considerar o passivo exigível, ou seja, a dívida a pagar de curto, médio e longo prazo que, em 2014, teve o valor de 166 M€. Comparando com o ano anterior o passivo exigível diminuiu 6%, sendo de destacar nas suas componentes a diminuição verificada nas dívidas a fornecedores de imobilizado (68%) e outros fornecedores (20%). Esta enorme redução na dívida aos fornecedores de imobilizado justifica o acréscimo de apenas 0,3% no imobilizado corpóreo, pois uma importante parte das despesas de investimento destinou-se a pagar obras já feitas e não a iniciar obras novas. A redução de quase 6 M€ na dívida a fornecedores de imobilizado fica a dever-se essencialmente aos municípios de Nordeste (-2 M€), Lajes das Flores (-2 M€), Lajes do Pico e Horta, ambos com diminuições de 600 m.e. Apesar da diminuição geral, alguns municípios aumentam a sua dívida a fornecedores de imobilizado, ainda que de forma pouco expressiva.

No passivo exigível estão incluídos 134 M€ de empréstimos contraídos e 6 M€ de dívida a fornecedores e empreiteiros. Existem também dívidas a outras entidades no valor de 22 M€, que não resultam de empréstimos contraídos ou de aquisições ou obras, mas sim de dívidas internas dentro do setor local, resultantes de contratos entre o município e outras entidades dele dependentes (empresas, associações, freguesias, entre outras), bem como dívidas ao estado e outras entidades (sindicatos, etc.) resultantes de operações de tesouraria.

Apresenta-se, de seguida, a evolução do passivo exigível dos municípios dos Açores, assim como, dos serviços municipalizados e associações de municípios, desde 2005, destacando-se, a vermelho, os anos de maior dimensão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.7 – Passivo exigível 2005-2014

MUNICIPIOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014			Euros Δ 13-14
										Curto Prazo	M/L Prazo	Total	
VPT	1 842 807	1 711 608	1 661 088	1 449 161	1 520 439	1 722 404	1 290 681	1 129 066	839 579	83 803	676 748	760 551	-9,4%
PDL	24 172 314	25 513 625	26 646 456	32 775 156	34 396 679	32 764 857	30 627 279	27 393 361	25 357 137	4 682 084	28 582 189	33 264 273	31,2%
RGR	20 772 824	18 328 809	18 636 987	23 284 196	26 313 870	21 787 706	18 404 098	15 891 087	11 595 360	790 021	9 695 340	10 485 361	-9,6%
LAG	11 888 878	10 774 226	10 266 020	13 860 504	15 032 047	12 966 478	10 765 210	9 441 188	8 475 923	442 939	6 424 977	6 867 916	-19,0%
VFC	19 255 498	18 962 879	22 743 920	22 899 254	24 270 845	27 604 255	30 004 274	29 460 370	28 039 248	557 324	26 431 260	26 988 584	-3,7%
POV	10 720 101	10 668 352	12 050 957	14 540 112	37 612 986	35 255 076	31 832 421	21 157 169	7 550 777	2 075 284	4 157 031	6 232 315	-17,5%
NRD	8 594 479	8 977 923	9 392 179	9 755 756	10 092 454	15 220 629	18 537 477	17 061 334	16 987 365	189 371	15 120 459	15 309 830	-9,9%
AGH	24 329 860	22 954 758	22 958 526	24 281 693	27 405 890	26 941 924	26 309 351	23 441 233	19 782 016	617 458	17 579 560	18 197 018	-8,0%
PVT	11 310 092	10 169 630	9 820 940	16 089 556	24 435 656	18 463 580	17 886 819	16 608 749	15 668 400	5 013 556	8 878 918	13 892 475	-11,3%
SCG	1 550 683	1 410 601	1 305 780	1 109 498	1 683 901	2 491 967	2 612 757	2 372 078	2 075 798	69 725	1 680 012	1 749 736	-15,7%
CAL	8 930 203	10 046 226	9 564 498	10 802 566	11 011 265	10 086 444	9 673 744	8 244 981	7 259 284	286 919	6 122 860	6 409 778	-11,7%
VEL	8 511 954	7 128 604	7 200 251	7 635 802	7 506 668	10 763 634	9 406 498	7 585 473	6 262 895	722 532	4 963 609	5 686 141	-9,2%
SRP	2 861 398	2 403 422	2 263 266	1 905 901	2 928 466	3 032 628	1 497 352	1 201 198	1 011 129	15 154	461 171	476 325	-52,9%
LPC	5 942 850	6 190 631	6 685 249	6 885 456	8 243 281	9 231 361	8 141 765	7 610 674	9 532 641	778 125	6 884 237	7 662 362	-19,6%
MAD	4 996 137	4 470 021	5 913 916	7 870 613	6 493 927	6 296 983	5 191 004	4 374 151	3 680 426	1 085 038	2 217 793	3 302 831	-10,3%
HRT	10 680 375	8 786 190	8 350 862	8 959 302	9 580 852	9 416 421	8 552 245	7 019 772	6 624 121	813 330	5 125 404	5 938 734	-10,3%
SCF	3 103 759	2 317 060	1 472 867	1 353 629	1 322 124	1 152 024	1 056 527	796 832	581 696	43 181	362 374	405 555	-30,3%
LFL	827 684	901 981	887 246	824 660	1 949 341	2 109 927	1 925 633	2 220 162	3 449 222	506 994	670 996	1 177 990	-65,8%
CRV	1 736 027	2 175 202	2 403 773	2 231 292	1 892 422	1 533 006	1 566 209	1 217 545	1 110 075	18 894	971 298	990 192	-10,8%
CM	182 027 923	173 891 747	180 224 778	208 514 106	253 693 115	248 841 306	235 281 345	204 226 423	175 883 094	18 791 732	147 006 234	165 797 966	-5,7%
SMPDL	1 539 629	1 381 623	1 272 363	1 213 081	554 130	871 174	820 129	454 864	439 362	366 188	0	366 188	-16,7%
SMAGH	653 662	761 660	580 147	593 666	1 762 586	2 016 286	3 205 822	2 448 534	2 285 806	435 082	1 837 610	2 272 692	-0,6%
AMRAA	426 148	327 004	349 594	356 310	297 313	323 246	266 720	171 099	201 725	104 649	0	104 649	-48,1%
AMISM	4 676 936	3 087 054	2 274 332	2 216 886	1 909 184	1 181 713	1 134 184	977 438	2 029 749	718 380	440 117	1 158 497	-42,9%
CM+SM+AM	189 324 297	179 449 088	184 701 215	212 894 048	258 216 329	253 233 725	240 708 199	208 278 359	180 839 735	20 416 032	149 283 961	169 699 993	-6,2%

Como se pode observar, o passivo exigível dos municípios atingiu o seu valor mais elevado em 2009 e, desde aí, tem sofrido uma redução sucessiva, sendo que, em 2014, é atingido o valor mais baixo do período (166 M€). Analisando município a município, verifica-se que quase todos reduzem o passivo exigível de 2013 para 2014. A única exceção é o município de Ponta Delgada que aumenta 31%. De destacar as quedas registadas nos municípios de S. Roque do Pico (53%) e Lajes das Flores (66%). A dívida de curto prazo constitui uma pequena parte da dívida total e tem vindo a reduzir-se, também, sucessivamente.

Pela observação do quadro, pode verificar-se que a maioria dos municípios atingiu o valor de dívida mais elevado no período 2009-2011. Pelo contrário, em 2014, 12 municípios atingem o valor mais baixo da década.

No caso dos serviços municipalizados as situações são distintas: Os SMPD reduziram o valor do passivo exigível, de 2013 para 2014, em cerca de 17%, os SMAH, mantiveram-no praticamente inalterado.

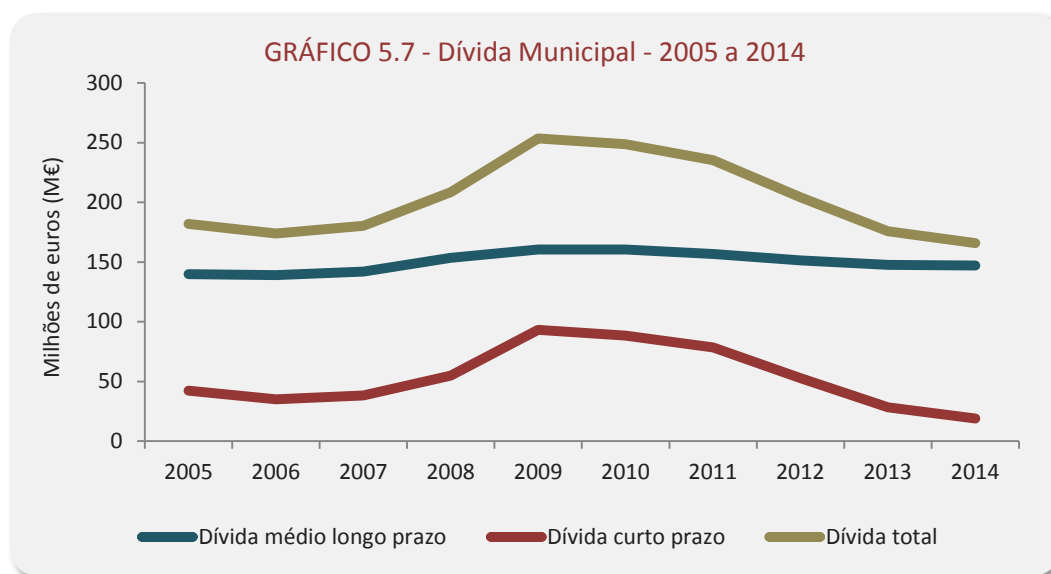
As associações de municípios tiveram comportamentos semelhantes entre si, com quedas de 48% no caso da AMRAA e de 43% no caso da AMISM.



## Evolução do endividamento municipal

Em 2014 a dívida total dos municípios foi de 166 M€, menos 6% do que em 2013. Analisando o gráfico 5.7, verifica-se que esta redução enquadra-se numa tendência de queda que se regista desde 2009, ano em que o endividamento atingiu o valor mais elevado da última década. O valor de 2014 representa um decréscimo de 35%, em relação ao valor desse ano.

Tendo em conta os dados apresentados no “Anuário financeiro dos municípios Portugueses 2014”, conclui-se que o peso da dívida municipal da RAA, no total nacional, tem vindo a cair, passando de um valor de 3,2%, em 2009, para um valor de 2,7%, em 2014. Quanto à evolução da dívida municipal nos Açores, verifica-se que esta tem caído a uma taxa média de 8,2%, ao ano, desde 2009. Para o total nacional a queda, no mesmo período, foi de 4,9. Em 2014 a redução foi de 6% nos municípios da RAA e de 7% no total nacional.



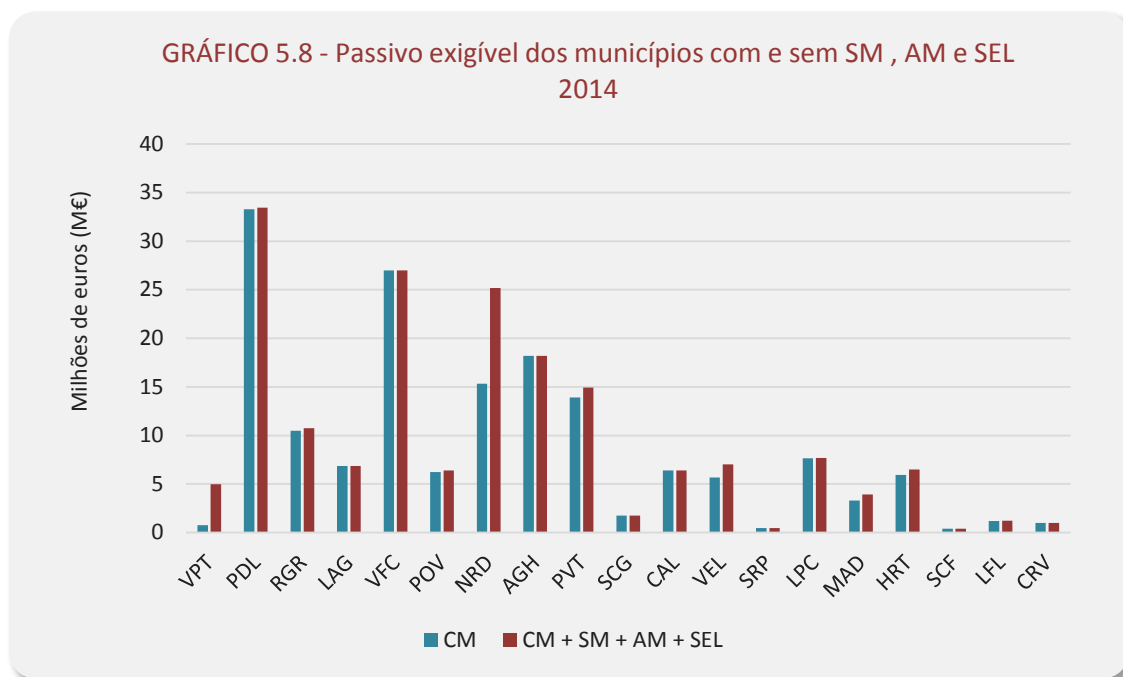
A dívida total é composta por dívida de curto prazo e dívida de médio e longo prazo, sendo que a primeira representa apenas uma pequena parte do total (11% em 2014) e tem vindo a perder peso (em 2009 representava 37%). Isto acontece porque, por um lado, com a nova lei das finanças locais, os empréstimos de curto prazo são obrigatoriamente amortizados no fim do ano e, por outro lado, os municípios têm recorrido a programas de saneamento financeiro, entre os quais o PAEL, que visam a substituição de dívida de curto prazo (essencialmente a fornecedores) por dívida bancária de médio e longo prazo. Por esse motivo, a dívida de curto prazo baixou 33,7%, em 2014, enquanto a de médio e longo prazo apenas baixou 0,4%.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

### Importância das outras entidades do sector local no endividamento

No gráfico abaixo, apresenta-se o passivo exigível dos municípios individualmente e com a inclusão das outras entidades dele dependentes (SM, AM e SEL).



Como se pode observar, apenas em 3 municípios, Vila do Porto, Nordeste e Velas o contributo das outras entidades é verdadeiramente significativo. No decorrer de 2015, as empresas municipais de Vila do Porto e Velas encerraram a sua atividade, ficando apenas o município do Nordeste com valor em destaque.

Em termos globais, a dívida dos municípios foi de 166 M€ subindo para 184 M€ (+11%) com a contribuição das outras entidades do setor local.

### Municípios em processo de saneamento financeiro

O quadro 5.8 mostra os municípios que se encontram em processo de saneamento financeiro, na sequência de empréstimos contraídos junto da banca ou do estado (PAEL), e pretende mostrar em que situação financeira se encontram atualmente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.8 - Evolução do endividamento nos municípios com empréstimos de saneamento financeiro ou do PAEL

Município	Tipo de dívida	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014	
		€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%
VFC	CP	9 273 709	41%	644 210	3%	2 824 671	12%	7 106 482	26%	3 324 707	11%	280 064	1%	272 668	1%	557 324	2%
	ML P	13 470 211	59%	22 255 045	97%	21 446 174	88%	20 497 774	74%	26 679 567	89%	29 180 306	99%	27 766 579	99%	26 431 260	98%
	Total	22 743 920	100%	22 899 254	100%	24 270 845	100%	27 604 255	100%	30 004 274	100%	29 460 370	100%	28 039 248	100%	26 988 584	100%
NRD	CP	698 587	7%	1 346 706	14%	2 031 836	20%	7 525 995	49%	11 410 066	62%	10 480 678	61%	2 440 398	14%	189 371	1%
	ML P	8 693 591	93%	8 409 050	86%	8 060 618	80%	7 694 634	51%	7 127 411	38%	6 580 657	39%	14 546 968	86%	15 120 459	99%
	Total	9 392 179	100%	9 755 756	100%	10 092 454	100%	15 220 629	100%	18 537 477	100%	17 061 334	100%	16 987 365	100%	15 309 830	100%
CAL	CP	5 633 203	59%	7 232 854	67%	1 725 732	16%	940 828	9%	959 779	10%	229 878	3%	177 514	2%	286 919	4%
	ML P	3 931 295	41%	3 569 712	33%	9 285 533	84%	9 145 616	91%	8 713 965	90%	8 015 103	97%	7 081 769	98%	6 122 860	96%
	Total	9 564 498	100%	10 802 566	100%	11 011 265	100%	10 086 444	100%	9 673 744	100%	8 244 981	100%	7 259 284	100%	6 409 778	100%
LPC	CP	2 145 287	32%	2 179 458	32%	4 308 007	52%	206 475	2%	117 540	1%	571 324	8%	1 834 848	19%	778 125	10%
	ML P	4 539 962	68%	4 705 998	68%	3 935 274	48%	9 024 886	98%	8 024 225	99%	7 039 350	92%	7 697 793	81%	6 884 237	90%
	Total	6 685 249	100%	6 885 456	100%	8 243 281	100%	9 231 361	100%	8 141 765	100%	7 610 674	100%	9 532 641	100%	7 662 362	100%
RGR	CP	4 680 511	25%	11 026 245	47%	12 737 629	48%	9 191 730	42%	7 466 117	41%	3 644 908	23%	638 655	6%	790 021	8%
	ML P	13 956 475	75%	12 257 950	53%	13 576 241	52%	12 595 976	58%	10 937 981	59%	12 246 179	77%	10 956 706	94%	9 695 340	92%
	Total	18 636 987	100%	23 284 196	100%	26 313 870	100%	21 787 706	100%	18 404 098	100%	15 891 087	100%	11 595 360	100%	10 485 361	100%
PVT	CP	1 261 948	13%	6 949 888	43%	14 386 260	59%	8 691 709	47%	8 828 166	49%	6 835 537	41%	6 124 885	39%	5 013 556	36%
	ML P	8 558 992	87%	9 139 669	57%	10 049 396	41%	9 771 871	53%	9 058 652	51%	9 773 213	59%	9 543 515	61%	8 878 918	64%
	Total	9 820 940	100%	16 089 556	100%	24 435 656	100%	18 463 580	100%	17 886 819	100%	16 608 749	100%	15 668 400	100%	13 892 475	100%
Total	CP	23 693 245	31%	29 379 361	33%	38 014 136	36%	33 663 219	33%	32 106 376	31%	22 042 388	23%	11 488 968	13%	7 615 316	9%
	ML P	53 150 527	69%	60 337 423	67%	66 353 237	64%	68 730 757	67%	70 541 801	69%	72 834 808	77%	77 593 330	87%	73 133 073	91%
	Total	76 843 772	100%	89 716 784	100%	104 367 373	100%	102 393 976	100%	102 648 177	100%	94 877 196	100%	89 082 298	100%	80 748 389	100%

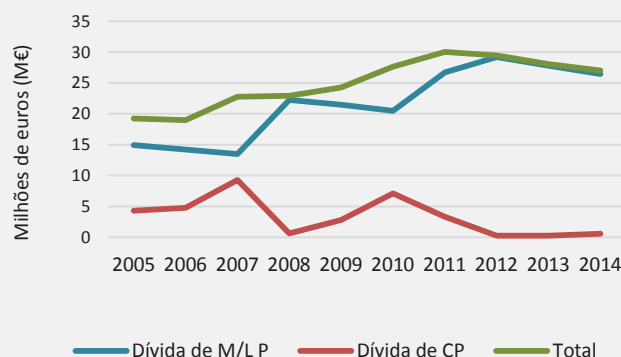
■ Ano de dívida mais baixa  
■ Ano de dívida mais alta

Seguem abaixo comentários relativos a cada município.

### Vila Franca do Campo

A dívida total deste município aumenta até 2011, atingindo o valor de 30 M€, nesse ano, baixando progressivamente nos anos seguintes até atingir o valor de 27 M€, em 2014, menos 10% do que em 2011. No gráfico 5.9, podem observar-se, também, as alterações ocorridas na estrutura da dívida com a redução do peso da dívida de curto prazo. Foram contraídos empréstimos de saneamento financeiro nos anos de 2008, 2011 e 2012, sendo visível os seus efeitos no aumento da dívida de MLP e na redução na dívida de CP

GRÁFICO 5.9 - Evolução do endividamento - Vila Franca do Campo





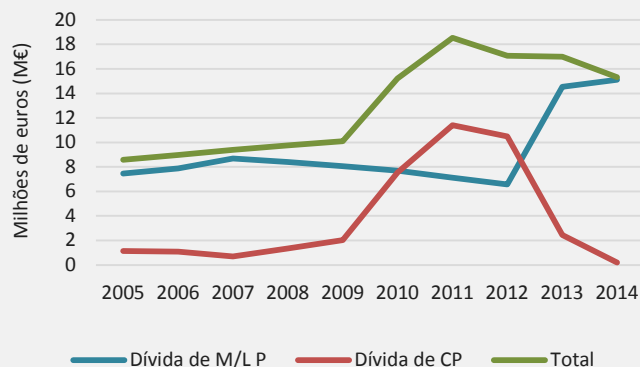


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

### Nordeste

Também este município aumenta a sua dívida, até 2011, ano em que esta atinge 18,5 M€. Nos anos seguintes, a dívida baixa até atingir os 15,3 M€, em 2014, menos 17% do que em 2011. É de assinalar a profunda alteração na estrutura da dívida. A dívida de curto prazo chegou a atingir 62% da dívida total, em 2011 e em 2014, representa apenas 1%. Estas alterações são resultado dos empréstimos de saneamento financeiro contraídos no ano de 2013.

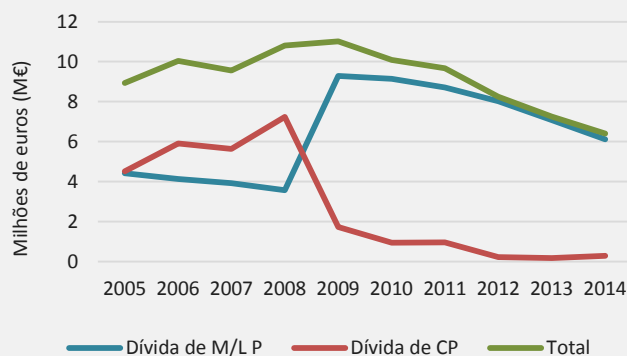
GRÁFICO 5.10 - Evolução do endividamento - Nordeste



### Calheta

O processo de saneamento financeiro deste município inicia-se em 2009 com a dívida total a atingir o valor 11 M€. A contração de um empréstimo de saneamento financeiro de 6 M€, nesse ano, permite uma enorme redução na dívida de curto prazo, cujo peso percentual passa de 67% para 16%. Em 2014, o peso da dívida de curto prazo é ainda mais baixo e a dívida total situa-se nos 6,4 M€, menos 42% do que em 2009.

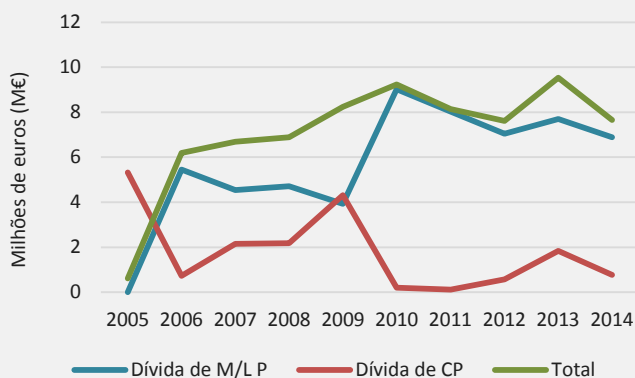
GRÁFICO 5.11 - Evolução do endividamento - Calheta



### Lajes do Pico

Este município contrai em 2010 um empréstimo financeiro de 5,8 M€, com o objetivo de reduzir as suas dívidas de curto prazo que passam de 4,3 M€ para 0,2 M€. Em 2013, com o encerramento e consequente internalização do património da empresa municipal, a dívida de curto prazo e médio e longo prazo aumentam ficando a dívida total nos 9,5 M€ (valor mais elevado do período). Em 2014, a dívida total encontrava-se em 7,7 M€, menos 13% do que em 2013.

GRÁFICO 5.12 - Evolução do endividamento - Lajes do Pico





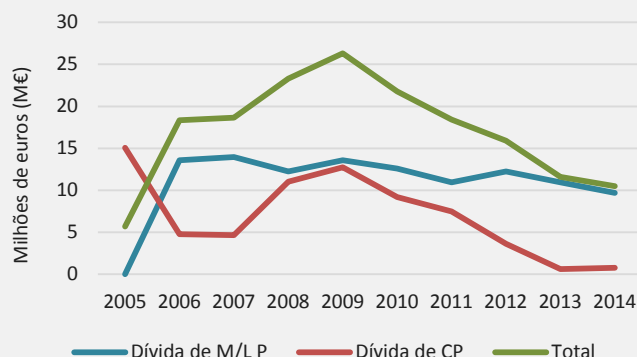
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

### Ribeira Grande

Este município recorre a um empréstimo de saneamento financeiro do estado (PAEL), em 2012, como forma de reduzir o seu endividamento de curto prazo, que passou de 7,5 M€, em 2011, para 3,6 M€, em 2012 e 0,6 M€, em 2013.

Em 2014, a dívida total situou-se em 10,5 M€ (menos 60% do que em 2009) e a dívida de curto prazo representou 8% do total, quando em anos anteriores chegou a ultrapassar os 40%.

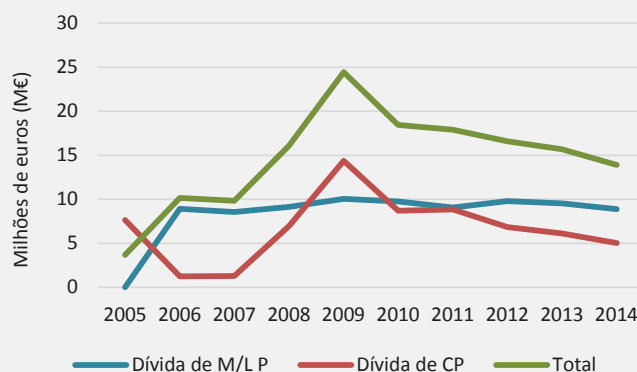
GRÁFICO 5.13 - Evolução do endividamento - Ribeira Grande



### Praia da Vitória

Tal como no caso do município da Ribeira Grande, este município também recorre a um empréstimo do PAEL em 2012. Em 2009, o valor da dívida atinge o seu máximo de 24 M€. Recorre ao PAEL nos anos de 2012 e 2013, num total de 2 M€, o que permitiu reduzir a sua dívida de curto prazo de 8,8 M€, em 2011, para 5,0 M€, em 2014. Neste ano de 2014, a dívida total é de 13,9 M€, menos 43% do que a que se verificava em 2009.

GRÁFICO 5.14 - Evolução do endividamento - Praia da Vitória



É de assinalar que, contrariamente ao que se verifica nos outros municípios objeto desta análise, o peso da dívida de curto prazo mantem-se relativamente elevado (36%) e, no total dos municípios dos Açores, apenas é ultrapassado pelo município das Lajes das Flores (43%).

### Alguns indicadores do grau de endividamento

Atualmente, os limites ao endividamento vigentes são os previstos no art.º 52º da lei 73/2013 de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), que estabelecem que a dívida total (do município, empresas municipais, serviços municipalizados e associações) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada pelo município nos três exercícios anteriores.

No quadro seguinte apresenta-se o indicador do endividamento para cada município, onde se assinala os que ultrapassaram o limite atrás referido.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.9 – Cumprimento dos limites legais do endividamento – 2014

Municípios	Dívida orçamental 2014/ receitas correntes (média 2011-2013)
VPT	1,4
PDL	0,9
RGR	0,8
LAG	1,0
VFC	4,7
POV	1,6
NRD	7,6
AGH	1,0
PVT	1,5
SCG	0,6
CAL	2,2
VEL	2,1
SRP	0,2
LPC	2,1
MAD	1,0
HRT	0,8
SCF	0,2
LFL	0,6
CRV	0,9
CM	1,4

Outros indicadores do grau de endividamento municipal

Para além do indicador previsto na lei para o nível de endividamento, outros podem ser considerados utilizando outras variáveis. De seguida, apresentam-se alguns tomando como base, apenas, dívidas e receitas dos municípios.

QUADRO 5.10 – Indicadores do grau de endividamento

Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Dívida curto prazo / Receitas certas	33	26	27	37	63	58	54	38	20	13
Dívida médio e longo prazo / Receitas certas	108	103	99	104	108	106	108	110	103	103
Serviço da dívida/ Receitas certas	12	13	14	15	17	16	20	21	16	14
Dívida CP / Saldo final de gerência	5,3	5,6	4,8	6,2	10,1	7,9	6,9	6,0	2,4	1,2
Dívida CP / (Saldo final de gerência + dívida a receber de curto prazo)	2,3	2,4	1,9	2,0	2,7	3,5	3,1	2,0	0,9	0,6

Os rácios “dívida de curto prazo e dívida de médio e longo prazo sobre as receitas certas” pretendem dar uma dimensão relativa de cada tipo de dívida. Analisando os dois rácios, verifica-se que ambos têm estado a decrescer. No entanto, o indicador da dívida de curto prazo tem vindo a cair de forma mais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

significativa. A justificar esta situação estará o facto de uma grande parte da dívida de curto prazo ter sido convertida em dívida de médio e longo prazo, tal como já referido anteriormente. Em 2009, ano em que a dívida atingiu o seu valor mais elevado, o rácio “dívida de CP/ receitas certas” foi de 63%. No ano de 2014, este rácio foi de 13%. Destacam-se, no entanto alguns municípios com valores bastante superiores, nomeadamente Praia da Vitória (53%) e Povoação (39%). Em relação ao rácio “dívida de MLP/ receitas certas” o valor mais elevado registou-se no ano de 2012, atingindo o valor de 110%. Em 2014, para o total dos municípios este rácio foi de 103%, existindo ainda assim valores bastante diferentes em alguns municípios como são os casos de Vila Franca do Campo (352%), Nordeste (325%), Lajes do Pico (149%) e Calheta (148%). De referir que em 2014 as receitas certas diminuíram cerca de 0,2%, pelo que a melhoria global destes rácios, nesse ano, deve-se exclusivamente à redução das dívidas de curto e médio e longo prazo.

Relativamente ao rácio “serviço da dívida/ receitas certas”, em que se relacionam os valores pagos em cada ano de amortizações e juros, com as receitas certas, também se verifica que depois de um pico em 2011 e 2012, os seus valores têm vindo a diminuir. Em alguns anos, sobretudo no período 2010-2013, este rácio está negativamente influenciado pelas amortizações extraordinárias pagas pelos municípios, decorrentes dos programas de saneamento financeiro. Em 2014, a influência das amortizações extraordinárias é praticamente nula, o que permite obter, neste ano, um rácio mais fidedigno. Existem, todavia, diferenças assinaláveis nos municípios cujo valor global é de 14%. Assim, destacam-se, por um lado, os municípios de Nordeste (33%), Vila Franca do Campo (32%), Calheta (27%) e Lajes do Pico (25%) e, por outro lado, S. Roque do Pico (4%), Vila do Porto (5%), Horta (7%) e Santa Cruz das Flores (7%).

Os últimos dois rácios tendem a avaliar a capacidade dos municípios em liquidar as suas dívidas de curto prazo, utilizando as suas disponibilidades imediatas (caixa e bancos) ou de muito curto prazo, acrescentando dívidas a receber. Em qualquer destes critérios, nota-se uma melhoria progressiva e bastante acentuada nos últimos dois anos à qual não será alheia a entrada em vigor, em 2012, da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

### Prazo médio de pagamentos (PMP)

Com a entrada em vigor da LCPA, foi definido o conceito de “pagamento em atraso” como aquele que não foi realizado passados 90 dias da data de vencimento da respetiva fatura.

De uma forma geral, todos os municípios dos Açores têm diminuído de forma considerável o prazo médio de pagamento a fornecedores e, em 2014, todos eles registam valores abaixo dos 90 dias. Para estes resultados contribuiu também o programa PAEL, já antes referido. De destacar os casos de sucesso do Nordeste, que reduziu o seu PMP de 1875 dias, em 2012, para 5 dias, da Ribeira Grande, que reduziu de 138 para 10 dias e da Praia da Vitória, que passou de 282 para 53 dias, em 2014.

QUADRO 5.11 - PMP por município 2012-2014

Municípios	Dias		
	2012	2013	2014
VPT	9	27	25
PDL	40	16	17
RGR	138	9	10
LAG	106	82	22
VFC	90	20	13
POV	41	47	53
NRD	1875	299	5
AGH	46	17	24
PVT	282	164	53
SCG	6	13	3
CAL	5	37	25
VEL	23	9	2
SRP	6	42	14
LPC	41	39	9
MAD	75	59	33
HRT	101	48	26
SCF	2	1	1
LFL	87	87	20
CRV	14	0	5

FONTE: SIIAL



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

### 5.3 Rácios

Como conclusão deste capítulo, apresenta-se a seguir um quadro com os principais rácios sobre a execução patrimonial dos municípios.

QUADRO 5.12 - Rácios 2014

RÁCIOS	Liquidez geral (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)	Liquidez reduzida (Disponível/ Passivo Circulante)	Fundos Próprios / Fundos Alheios	Fundos Próprios / Ativo Líquido	Capitais Permanentes / Ativo Fixo	Ativo Fixo / Ativo Circulante	Ativo Líquido / Passivo Exigível	Imobilizado Líquido / Imobilizado Bruto	Imobilizado Líquido / Dívida médio e longo prazo	Proveitos Operacionais / Custos Operacionais	Proveitos Operacionais / Proveitos Totais
VPT	0,9	0,7	50,1	1,0	1,0	70,2	52,2	0,8	95,4	1,2	1,0
PDL	1,9	0,2	5,1	0,7	1,0	18,5	7,5	0,7	8,2	0,9	0,9
RGR	3,2	1,7	8,4	0,6	1,0	25,5	13,5	0,9	14,1	1,4	0,9
LAG	0,8	0,2	5,9	0,7	1,0	64,5	8,0	0,9	8,4	1,1	1,0
VFC	2,4	0,7	2,3	0,6	1,0	40,9	4,1	0,7	4,1	1,0	0,8
POV	0,2	0,1	3,3	0,5	0,9	102,4	6,2	0,8	9,2	0,9	0,9
NRD	2,3	2,0	2,9	0,6	1,0	40,0	5,0	0,8	5,0	1,0	0,9
AGH	2,2	1,3	3,7	0,5	1,0	29,5	7,2	0,7	6,7	1,1	0,9
PVT	0,3	0,0	3,0	0,5	1,0	41,4	6,2	0,7	9,5	1,0	0,8
SCG	2,5	2,0	8,8	0,6	1,0	49,7	15,8	0,8	16,2	1,0	0,9
CAL	1,8	1,0	0,1	0,1	1,0	17,1	2,6	0,8	2,5	1,3	0,9
VEL	2,3	0,6	2,9	0,5	1,1	3,8	6,3	0,6	5,7	1,0	0,7
SRP	3,7	0,9	44,1	0,8	1,0	30,5	58,2	0,6	58,2	0,9	0,9
LPC	0,5	0,2	1,0	0,2	1,0	77,4	5,0	0,6	5,5	0,9	0,9
MAD	0,3	0,1	4,5	0,5	1,0	65,4	9,7	0,7	14,3	1,0	0,9
HRT	3,2	0,6	9,5	0,6	1,0	21,3	14,7	0,6	16,3	0,9	0,9
SCF	3,4	2,8	40,5	0,8	1,0	32,9	51,7	0,8	56,1	1,0	0,9
LFL	0,3	0,3	11,0	0,5	1,0	64,6	23,2	0,6	40,1	0,8	0,8
CRV	6,1	4,8	6,4	0,5	1,0	21,5	14,2	0,7	13,8	1,1	0,8
<b>Total CM</b>	<b>1,5</b>	<b>0,5</b>	<b>4,5</b>	<b>0,6</b>	<b>1,0</b>	<b>25,7</b>	<b>7,6</b>	<b>0,7</b>	<b>8,2</b>	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>

Seguem-se alguns comentários sobre os rácios apresentados.

#### Liquidez geral (Ativo circulante/ Passivo circulante)

Este rácio avalia a capacidade dos municípios para fazerem face às suas obrigações de curto prazo, através do recurso aos seus ativos circulantes (caixa, depósitos, existências e créditos de curto prazo) e o seu valor deve ser superior a 1. No ano de 2014, verifica-se que 6 municípios apresentam rácios com valores inferiores a 1, sendo de destacar, por serem particularmente baixos, os casos do município da Povoação (0,2), Praia da Vitória (0,3), Madalena (0,3) e Lajes das Flores (0,3). Observando o quadro ao lado, constata-se que estes municípios apresentam também valores baixos nos anos anteriores.

Quadro 5.13 - Rácio de liquidez geral

Município	2010	2011	2012	2013	2014
VPT	0,8	0,8	0,8	2,1	1,7
PDL	0,9	0,9	1,8	1,8	1,9
RGR	0,2	0,3	0,9	2,4	3,2
LAG	0,4	0,5	0,5	0,5	0,8
VFC	0,2	0,5	1,7	1,9	2,4
POV	0,6	0,8	0,8	0,2	0,2
NRD	0,1	0,2	0,1	0,6	2,3
AGH	0,9	1,1	1,3	2,9	2,2
PVT	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3
SCG	0,3	0,9	0,9	1,0	2,5
CAL	0,9	1,0	2,0	1,9	1,8
VEL	0,8	0,9	1,0	0,7	2,3
SRP	1,2	6,5	4,6	1,7	3,7
LPC	5,7	5,0	1,4	1,2	0,5
MAD	0,3	0,2	0,3	0,6	0,3
HRT	1,1	1,3	3,5	3,5	3,2
SCF	3,4	6,0	6,0	3,8	3,4
LFL	2,3	1,7	0,5	0,1	0,3
CRV	1,6	1,2	5,0	3,2	6,1
<b>RAA</b>	<b>0,6</b>	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>	<b>1,1</b>	<b>1,5</b>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Uma nota importante em relação a este rácio prende-se com o facto de os fundos OE a receber no curto prazo não serem considerados como dívida a receber e, como tal, não entrarem no computo do rácio, apesar de constituírem uma receita certa. Por outro lado, são assumidos compromissos com base nesses montantes, uma vez que as verbas destes fundos, a receber no trimestre, são considerados como fundos disponíveis, nos termos da LCPA. Esta situação leva a que o valor deste rácio seja inferior ao que efetivamente deveria ser. De toda a forma, este rácio permite sempre a comparação entre os municípios, uma vez que as diferenças relativas entre eles se mantêm.

Chama-se também a atenção para a melhoria deste indicador nos municípios de Ribeira Grande, Vila Franca e Nordeste, na sequência dos planos de saneamento financeiro em curso que permitiram reduzir a dívida de curto prazo.

Os municípios com valores mais elevados em 2014 e, também, nos anos anteriores são S. Roque do Pico, Horta, Santa Cruz das Flores e Corvo.

#### Liquidez reduzida ou imediata (Depósitos e caixa/ Passivo Circulante)

Este rácio indica a capacidade que o município tem para fazer face às dívidas de curto prazo recorrendo apenas às suas disponibilidades de caixa e de depósitos. O seu valor é inferior ao valor do rácio anterior, uma vez que aqui não são consideradas as dívidas de curto prazo a receber de terceiros nem existências. Os municípios da RAA apresentam um valor médio para este rácio de 0,5. Nos casos da Povoação, Praia da Vitória e Madalena os valores são praticamente iguais a zero, ou mesmo zero, tal como se observa para a Praia da Vitória.

#### Fundos próprios/ Fundos alheios

O ativo de cada município “financia-se” através de capitais próprios ou capitais alheios. O valor deste rácio indica-nos qual a proporção de cada um no total do ativo. Quanto mais elevado for o valor deste rácio maior será a independência financeira do município, em relação aos seus credores. Neste caso, a média para os municípios da região situa-se nos 4,5. De notar os valores dos municípios de Vila do Porto (50,1), S. Roque do Pico (44,1) e Santa Cruz das Flores (40,5).

#### Fundos próprios/ Ativo líquido

Tal como visto no rácio anterior, o ativo municipal pode ser financiado por fundos alheios ou por fundos próprios. Caso o financiamento do ativo líquido fosse totalmente proveniente de fundos próprios este rácio seria igual a 1. O valor mais elevado é apresentado por Vila do Porto, 0,97, seguindo-se os municípios de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

S.Roque do Pico e Santa Cruz das Flores com um rácio de 0,8. Com valores baixos destacam-se os municípios da Calheta (0,1) e Lajes do Pico (0,2).

#### Capitais permanentes/ Ativo fixo

O capital permanente corresponde à soma do capital próprio com o passivo de médio e longo prazo e a sua comparação com o ativo fixo (imobilizado) permite-nos perceber, num determinado momento, de que forma o município está a proceder ao financiamento dos seus ativos fixos. O valor deste rácio deve ser superior a 1. A análise ao quadro 5.12 permite-nos observar que o valor deste rácio, para a generalidade dos municípios dos Açores, se situa próximo de 1,0. Os valores mais baixos são os dos municípios da Povoação (0,95), Praia da Vitória (0,96) e Lajes das Flores (0,97). Os valores mais elevados são os dos municípios das Velas (1,15), do Corvo (1,04) e Horta (1,03).

#### Ativo fixo/ ativo circulante

O ativo total é composto por ativo fixo (imobilizado e dívidas a receber de terceiros de médio e longo prazo) e ativo circulante (caixa e depósitos, existências e dívidas a pagar de curto prazo) e a sua composição é calculada por este rácio. Ao contrário do rácio anterior, este rácio é dos que apresenta valores mais divergentes, não só entre municípios, mas também nos próprios municípios, ao longo dos anos.

Para o total dos municípios este rácio é de 25,7 variando entre 3,8 no município das Velas e 102,4 no município da Povoação. A existência de saldos orçamentais elevados no final do ano faz aumentar o ativo circulante, baixando, por consequência, este rácio. O município das Velas apresenta um saldo orçamental, no final de 2014, de 2,1 M€.

#### Ativo líquido/ Passivo exigível

Como já atrás se referiu, o imobilizado representa 95% do ativo líquido. O imobilizado, quer seja financiado por capitais próprios, quer seja por capitais alheios (passivo exigível) é sujeito ao registo anual de amortizações, o mesmo acontecendo com os empréstimos contraídos para o seu financiamento, havendo, assim, uma evolução semelhante do capital em dívida e do imobilizado. O valor para o total dos municípios é de 7,6. Também, neste rácio, verificam-se valores bastante diferentes entre os municípios, variando entre 2,6 na Calheta e 58,6 em S. Roque do Pico.

#### Imobilizado líquido/ Imobilizado bruto

Este rácio mostra qual o ritmo a que estão a ser realizados novos investimentos, assim, quanto mais baixo for o seu valor, mais antigo será o imobilizado. Para a média dos municípios da RAA, o valor do imobilizado





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

líquido corresponde a 70% do valor do imobilizado bruto, sendo os restantes 30% correspondentes a amortizações acumuladas. Todos os municípios apresentam valores acima dos 60%. Os valores mais elevados são os dos municípios da Ribeira Grande e Lagoa (90%).

Imobilizado líquido/ Dívida de médio e longo e prazo

Este rácio compara, anualmente, o valor do imobilizado líquido com o capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo, não considerando a dívida de curto prazo a fornecedores. Com os valores mais altos, destacam-se os municípios de Vila do Porto (95,4), S. Roque do Pico (58,2) e Santa Cruz das Flores (56,1). Com os valores mais baixos temos os municípios de Vila Franca (4,1), Nordeste (5,0), Calheta (2,5), Velas (5,7) e Lajes do Pico (5,5).

Proveitos operacionais/ Custos operacionais

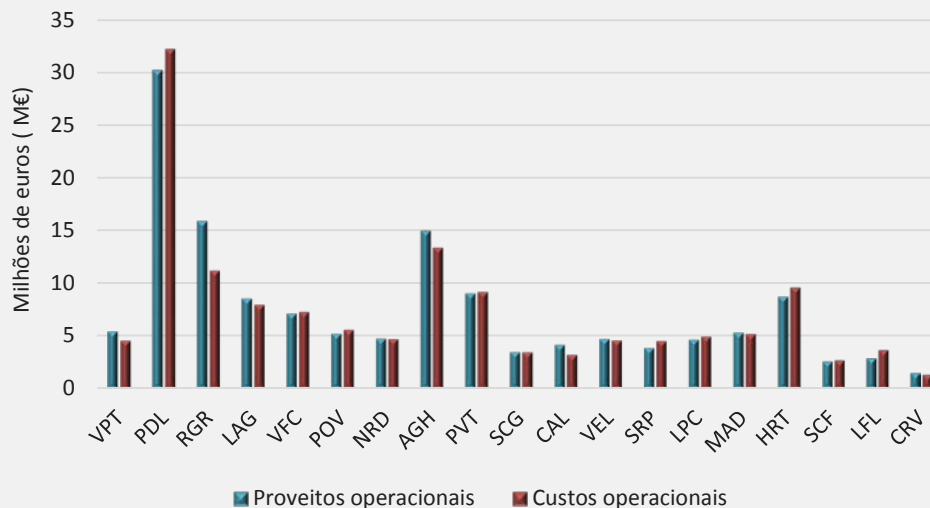
Como poderá ser observado na última coluna do quadro 5.12, para a média dos municípios da RAA, os proveitos operacionais representam cerca de 88% dos proveitos totais. Dado o peso desta componente no total dos proveitos, é muito importante que o valor do rácio “Proveitos Operacionais/ Custos Operacionais” seja superior a 1, indicando, assim, que os resultados operacionais são positivos. Observando o gráfico 5.15 que compara proveitos e custos operacionais, pode concluir-se que, para a maioria dos municípios, o valor dos custos e dos proveitos operacionais são aproximados, sendo que em 9 municípios os custos são superiores aos proveitos, embora muito ligeiramente, com exceção de S. Roque do Pico e Lajes das Flores onde o rácio dos proveitos sobre os custos é de 0,85 e 0,79, respetivamente.

Analisando o valor deste rácio para os serviços municipalizados, verifica-se que o seu comportamento é inverso ao dos respetivos municípios, ou seja, em Ponta Delgada o valor do município é 0,94 (inferior a 1) e o dos serviços 1,03 (superior a 1). Em Angra do Heroísmo passa-se o contrário, o valor do município é de 1,12 e nos serviços municipalizados é 0,78. Para o conjunto CM + SM, o valor de Ponta Delgada é 0,96 e o de Angra 0,99, apresentando os dois saldos operacionais negativos – Ponta Delgada 1,7 M€ e Angra do Heroísmo 163 m.e..



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

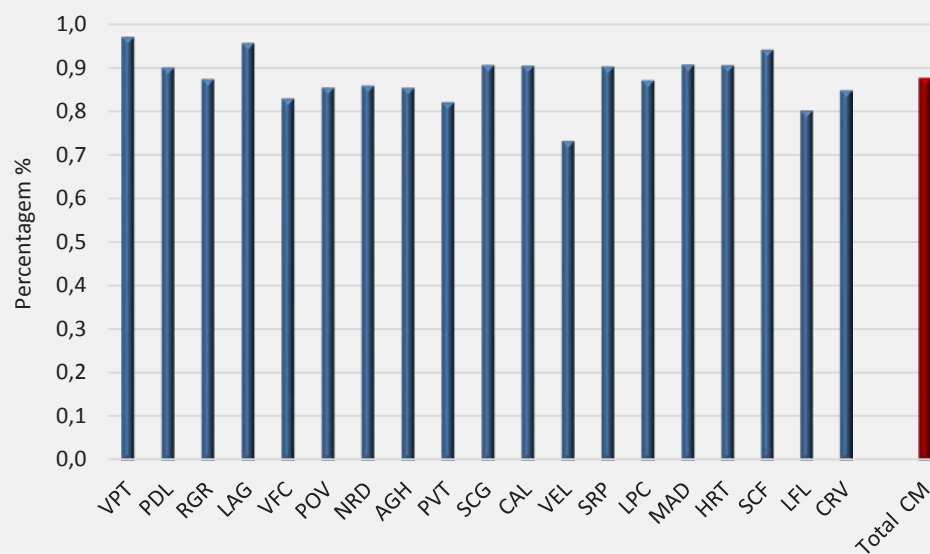
Gráfico 5.15 - Proveitos e custos operacionais 2014



Proveitos operacionais/ Proveitos totais

Em termos globais, os proveitos operacionais representam 88% dos proveitos totais, variando entre 73% nas Velas e 97% em Vila do Porto. Os maiores municípios apresentam valores de 90% (Ponta Delgada), 87% (Ribeira Grande), 85% (Angra do Heroísmo) e 82% (Praia da Vitória).

Gráfico 5.16 - Proveitos Operacionais / Proveitos Totais





## 6. FREGUESIAS

Conforme apresentado no ponto 1 deste relatório, há 156 freguesias nos Açores (contando com o Corvo), repartidas pelas 9 ilhas, com uma área média de 15 Km<sup>2</sup> e uma média de 1.582 habitantes. É interessante a comparação destes dados com os do resto do país: Em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira, cada freguesia serve cerca de 3.486 e 4.959 fregueses, respetivamente, ou seja mais do que o dobro das freguesias dos Açores, e tem uma área média de 31 Km<sup>2</sup>, no Continente, e 15 Km<sup>2</sup>, na Madeira. As freguesias Açorianas são maioritariamente rurais (55%). As urbanas são apenas 17% e estão todas localizadas em apenas 3 ilhas: S. Miguel, Terceira e Faial.

O Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) médio, por freguesia, na Madeira e no Continente é bastante semelhante, mas nos Açores é muito inferior. Esta situação deve-se ao facto da população média ser um dos critérios previsto na lei das finanças locais para determinação do FFF e, nos Açores, a população média de cada freguesia é bastante menor.

QUADRO 6.1 - Caracterização das freguesias dos Açores, Madeira e Continente

Região	Nº de freguesias	População média por freguesia (nº hab)	Dimensão média por freguesia (Km <sup>2</sup> )	FFF (€) médio por freguesia
Açores	156	1 582	14,9	36 751
Madeira	54	4 959	14,8	67 195
Continente	2882	3 486	30,9	61 687
Total	3092	3 416	29,8	60 513

### 6.1 Fluxo das receitas e das despesas

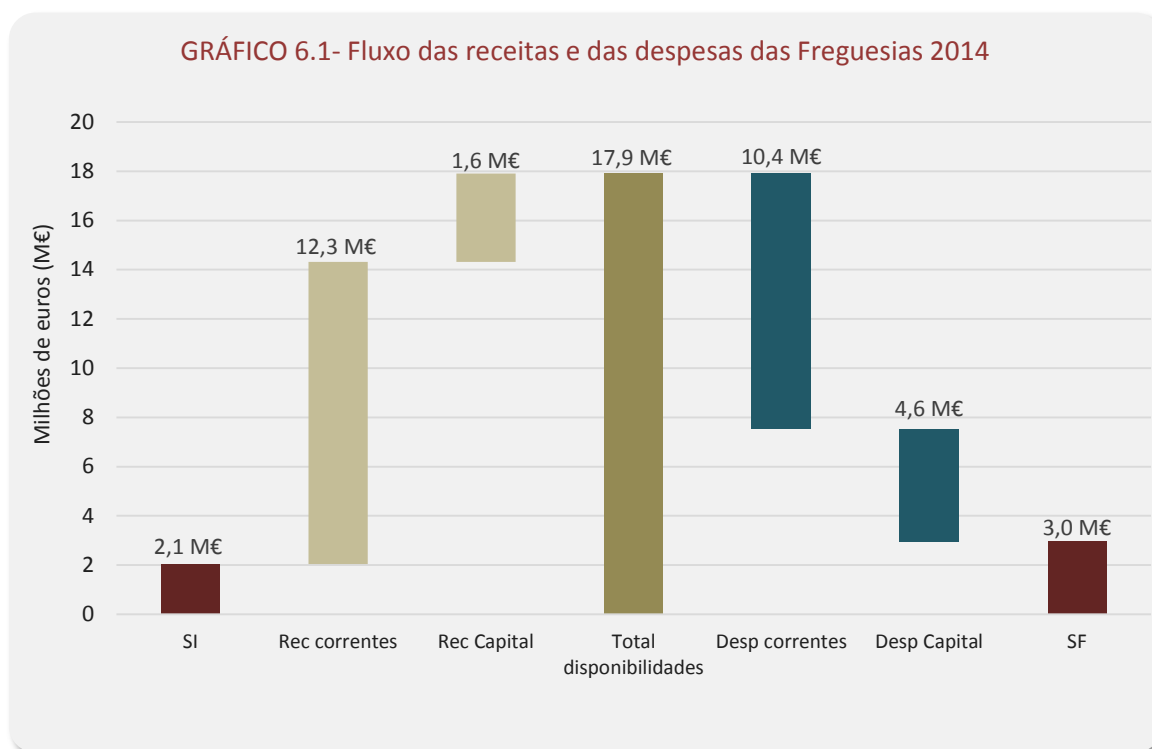
Uma vez que no Corvo não existem órgãos eleitos para as freguesias, constituindo esta apenas uma unidade territorial e não uma entidade administrativa, com receitas e despesas, para efeitos de análise financeira considera-se um total de 155 freguesias na RAA.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Em 2014, apenas 2 das 155 juntas de freguesia não enviaram os documentos de prestação de contas. Relativamente a estas duas procedeu-se a uma estimativa de receitas e despesas considerando valores conhecidos, nomeadamente o FFF e transferências efetuadas pelo município, bem como as despesas de funcionamento efetuadas em anos anteriores, de forma a obter valores globais a nível da RAA mais aproximados da realidade e possibilitar comparações com anos anteriores.

Em 2014, as freguesias iniciaram o ano com um saldo transitado de 2013 de 2,1 M€ e, durante o ano, arrecadaram 12,3 M€ de receitas correntes (77%) e 3,6 M€ de receitas de capital (23%), uma proporção semelhante à arrecadada pelos municípios. As receitas correntes foram superiores às despesas correntes em 1,9 M€ e, por isso, serviram também para financiar despesas de capital no valor de 0,9 M€. As receitas geradas em 2014 foram suficientes para cobrir toda a despesa efetuada e o saldo final transitado para 2015 foi de 3,0 M€ ou seja, mais 1 M€ em relação ao saldo inicial.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

## 6.2 Receitas das freguesias

As receitas totais das freguesias somaram 15,9 M€ em 2014, mais 6,3% do que em 2013. Para este aumento contribuíram sobretudo maiores valores recebidos de transferências da UE (72% da variação é explicada por esta rubrica) e de receitas próprias, por aumento das receitas cobradas de IMI (+400M€ vs. 2013).

QUADRO 6.2 - Evolução e estrutura das receitas das Freguesias 2014

Tipo de receita	2012		2013		Δ 12-13	2014		Euros Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
Receitas Locais	854 626	5,9%	998 051	6,7%	16,8%	1 309 506	8,3%	31,2%
Fundos OE	5 592 940	38,8%	5 680 049	38,1%	1,6%	5 557 890	35,1%	-2,2%
Fundos UE	76 711	0,5%	354 900	2,4%	362,6%	977 554	6,2%	175,4%
Transf - GR	3 379 064	23,4%	2 659 850	17,8%	-21,3%	2 380 370	15,0%	-10,5%
Transf - CM	4 235 666	29,4%	4 961 540	33,3%	17,1%	5 003 711	31,6%	0,8%
Outras Transf	272 874	1,9%	255 847	1,7%	-6,2%	424 087	2,7%	65,8%
Empréstimos	0	0,0%	0	0,0%	-	202 681	1,3%	-
Total	14 411 880	100,0%	14 910 236	100,0%	3,5%	15 855 799	100,0%	6,3%

Os gráficos 6.2 e 6.3 apresentam a estrutura das receitas das freguesias e dos municípios.

Conforme se pode observar no gráfico 6.2, 82% das receitas das freguesias vêm de, apenas, 3 rubricas: Transferências de fundos do OE (FFF) que pesam 35% do total das receitas, transferências dos municípios (32%) e transferências do Governo Regional (15%). As receitas próprias representam apenas 8,3% do total das receitas, mas o seu valor tem vindo a aumentar. As três principais rubricas aqui incluídas são: Impostos diretos (44%), onde se inclui o IMI, venda de bens e serviços correntes (21%) e venda de bens de investimento (14%).

Em relação à comparação da estrutura da receita das freguesias e dos municípios, chama-se a atenção para as diferenças em algumas rubricas, nomeadamente receitas próprias, 8% nas freguesias e 30% nos municípios, fundos OE, 35% nas freguesias e 51% nos municípios e ainda as transferências do Governo Regional, 15% nas freguesias e apenas 2% nos municípios. Por último, de salientar a importância (32%) de uma receita das freguesias que naturalmente não existe, ou não tem expressão, nos municípios: as transferências dos municípios.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 6.2 - Estrutura das receitas das freguesias 2014

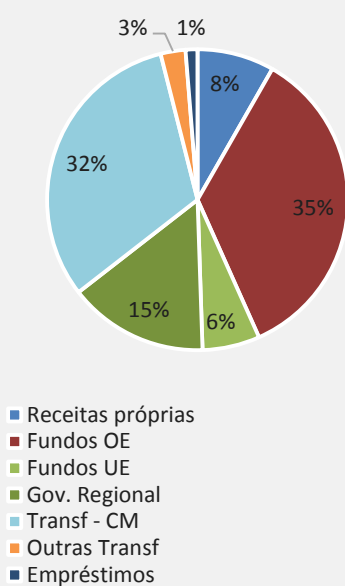


GRÁFICO 6.3 - Estrutura das receitas dos municípios 2014

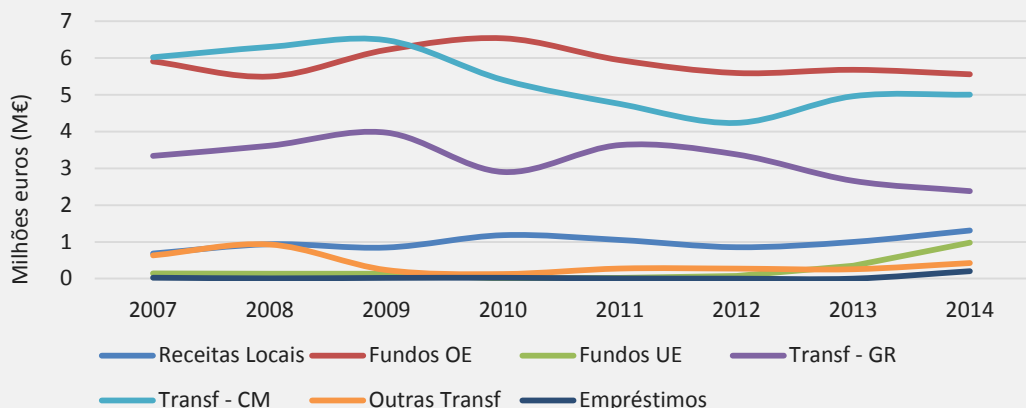


De acordo com o gráfico 6.4, desde o ano de 2010, que a estrutura da receita se tem mantido relativamente estável. De relevante a apontar é o facto das receitas próprias e fundos UE atingirem, em 2014, o valor mais alto dos últimos 7 anos. Os fundos recebidos da UE atingem mesmo um valor record de quase 1 M€, 8 vezes mais do que a média dos últimos 7 anos. Relativamente aos empréstimos, o seu valor é praticamente inexpressivo. Isso acontece porque as freguesias não estão autorizadas a contrair empréstimos para se financiarem, apenas podem fazê-lo para cobrir necessidades de curto prazo que devem ser saldadas no próprio ano.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 6.4 - Evolução das receitas das freguesias



No quadro abaixo pode analisar-se, em maior detalhe, os valores das transferências de fundos comunitários para as freguesias da região, nos últimos 8 anos. É visível o grande incremento nos valores recebidos, desde o ano de 2013, todavia, as freguesias de apenas dois concelhos - Vila Franca do Campo e Praia da Vitória - explicam cerca de 85% deste aumento. No caso das freguesias da Praia da Vitória, o ano de 2014 foi o primeiro com valor relevante, uma vez que, à exceção de 2007 e 2009, não se verificou qualquer transferência para freguesias deste município, durante este período. As receitas provenientes das transferências de fundos UE, para as freguesias, representam apenas 3,8% do valor que é recebido pelos municípios. Quando fazemos a mesma comparação com as receitas totais, essa percentagem sobe para 9%.

QUADRO 6.3 - Evolução das transferências da UE para as freguesias 2007-2014

Concelhos	Transferências de fundos comunitários								Euros
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
VPT	2 704	3 754	953	0	0	14 173	25 427	29 638	
PDL	5 836	0	0	0	0	0	0	0	
RGR	56 352	0	13 820	0	0	0	0	0	
LAG	8 113	32 511	0	0	0	0	0	0	
VFC	0	0	0	0	0	0	131 509	371 254	
POV	8 440	0	0	0	0	0	0	0	
NRD	22 298	20 688	0	0	0	10 090	3 575	10 580	
AGH	28 561	66 008	117 021	0	4 412	0	88 589	162 758	
PVT	6 234	0	5 609	0	0	0	0	286 989	
SCG	0	0	0	0	0	0	0	0	
CAL	0	0	0	0	0	0	19 082	0	
VEL	0	0	0	0	0	20 436	7 500	0	
SRP	0	0	0	0	0	0	32 772	15 540	
LPC	0	0	0	0	0	0	0	0	
MAD	0	0	0	0	0	0	5 854	4 940	
HRT	2 469	10 562	0	0	12 299	32 011	40 592	95 855	
SCF	0	0	0	0	0	0	0	0	
LFL	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	141 008	133 522	137 403	0	16 711	76 711	354 900	977 554	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O quadro 6.4 mostra, para cada rubrica da receita, o peso percentual do conjunto de freguesias de cada concelho, no total da região.

No que respeita às receitas próprias, verifica-se que 60% são cobradas pelas freguesias de 4 concelhos (Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória) que representam 64% da população da RAA. É de realçar o valor do concelho da Ribeira Grande, quase igual ao de Ponta Delgada, mas com menos de metade da população. Inversamente, destacam-se as freguesias do concelho da Horta com 3,8% das receitas próprias totais e 6,3% da população.

**QUADRO 6.4 - Repartição das principais receitas das freguesias (% por Concelho) - 2014**

CONCELHOS	Receitas próprias	Transf. OE	Transf. UE	Transf. GR	Transf. CM	Transf. Outras	População %	Freguesias n.º
VPT	1,6%	3,5%	3,0%	2,9%	3,5%	8,4%	2,3%	5
PDL	20,1%	17,6%	0,0%	20,3%	30,3%	12,6%	27,9%	24
RGR	19,2%	9,6%	0,0%	25,0%	9,7%	12,4%	13,0%	14
LAG	4,1%	4,6%	0,0%	2,0%	6,3%	0,0%	5,9%	5
VFC	6,0%	4,2%	38,0%	5,4%	0,7%	3,9%	4,6%	6
POV	6,5%	4,1%	0,0%	4,2%	2,8%	0,5%	2,6%	6
NRD	4,1%	4,1%	1,1%	1,2%	2,1%	18,5%	2,0%	9
AGH	12,6%	12,3%	16,6%	14,1%	13,9%	19,1%	14,4%	19
PVT	8,3%	7,3%	29,4%	5,6%	2,1%	16,0%	8,5%	11
SCG	2,1%	2,8%	0,0%	0,4%	2,4%	7,4%	1,8%	4
CAL	1,2%	3,3%	0,0%	0,5%	0,9%	0,0%	1,5%	5
VEL	3,6%	3,8%	0,0%	3,1%	3,7%	0,0%	2,2%	6
SRP	1,9%	3,1%	1,6%	1,1%	2,7%	0,0%	1,4%	5
LPC	1,0%	3,9%	0,0%	1,9%	3,3%	1,1%	1,9%	6
MAD	2,4%	4,0%	0,5%	0,9%	2,2%	0,0%	2,5%	6
HRT	3,8%	6,5%	9,8%	10,5%	11,2%	0,1%	6,1%	13
SCF	1,0%	2,4%	0,0%	0,2%	2,0%	0,1%	0,9%	4
LFL	0,4%	2,9%	0,0%	0,8%	0,2%	0,0%	0,6%	7
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>155</b>
Total €/hab/freg	1 309 506	5 557 890	977 554	2 380 370	5 003 711	424 087		

### 6.3 Despesas das freguesias

A despesa total das freguesias foi de 14,9 M€, menos 5,3% que no ano de 2013. A estrutura da despesa das freguesias tem-se mantido relativamente constante ao longo dos últimos anos e centra-se em 3 grandes áreas: Pessoal (32%), investimentos (28%) e aquisição de bens e serviços (29%).

Ainda que o valor de, praticamente, todas as rubricas da despesa tenha diminuído de 2013 para 2014, a grande contribuição para a queda veio da parte do investimento que caiu 23% e do gasto com a aquisição de serviços (6%). Em contracorrente, a despesa com transferências aumentou cerca de 47%.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Nas despesas de pessoal as remunerações certas e permanentes representam 82% do total, valor ligeiramente superior ao verificado para os municípios (75%). Esta diferença é compensada nos encargos com a segurança social, que nas freguesias são 16% e nas câmaras são 23%.

A despesa com a aquisição de bens e serviços tem um peso de 29% nas freguesias, mais 10 pp do que nos municípios.

Quadro 6.5 - Evolução e estrutura das despesas das Freguesias 2014

Tipo de despesa	2012		2013		Δ 12-13	2014		Euros
	valores	%	valores	%		Δ 13-14		
Pessoal	4 730 163	31,9%	4 890 543	30,9%	3,4%	4 815 906	32,1%	-1,5%
Bens	1 488 035	10,0%	1 729 670	10,9%	16,2%	1 745 826	11,6%	0,9%
Serviços	2 548 633	17,2%	2 766 758	17,5%	8,6%	2 606 476	17,4%	-5,8%
Juros	20 849	0,1%	22 762	0,1%	9,2%	30 140	0,2%	32,4%
Amortizações	7 965	0,1%	9 224	0,1%	15,8%	205 998	1,4%	2133,4%
Investimentos	5 106 756	34,5%	5 523 102	34,9%	8,2%	4 253 825	28,4%	-23,0%
Transferências	751 028	5,1%	725 570	4,6%	-3,4%	1 066 046	7,1%	46,9%
Outras Despesas	156 208	1,1%	161 637	1,0%	3,5%	271 352	1,8%	67,9%
Total	14 809 636	100,0%	15 829 266	100,0%	6,9%	14 995 569	100,0%	-5,3%

Se compararmos a estrutura das despesas das freguesias com as dos municípios (gráficos 6.5 e 6.6) verificamos que tanto a despesa com pessoal como a despesa com investimento têm pesos bastante semelhantes. O peso do gasto com a aquisição de bens e serviços é menor nos municípios (18%) do que nas freguesias (29%). A grande diferença entre estas duas entidades é a despesa com amortizações de empréstimos, que no caso das freguesias é de 1,4% e no caso dos municípios é de 9%, situação normal, se tivermos em conta que as freguesias apenas podem recorrer a empréstimos de curto prazo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 6.5 - Estrutura das despesas das freguesias 2014

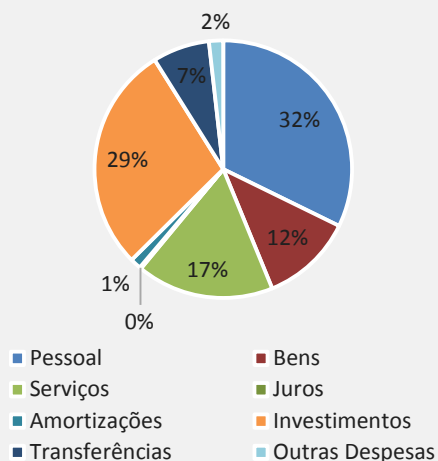
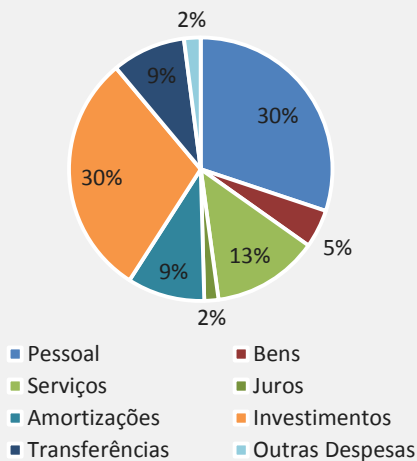


GRÁFICO 6.6 - Estrutura das despesas dos municípios 2014



## Investimento

Relativamente ao investimento, verifica-se que este registou em 2014 o valor mais baixo dos últimos 8 anos. Para esta redução, terá contribuído não apenas a redução de 8,6% na receita de capital, principal fonte de financiamento do investimento, como ainda a não utilização de parte das verbas disponíveis, uma vez que o saldo no final de 2014 era superior ao saldo no início desse ano em 40% (1 M€). Se este saldo tivesse sido utilizado em investimento, a queda no investimento teria assumido valores semelhantes à queda verificada no total das despesas.

Conforme se pode observar no quadro abaixo, em 2014, estavam disponíveis para investimento 7,5 M€, tendo sido efetivamente utilizados, apenas, 57% desse valor disponível.

QUADRO 6.6 – Fontes de financiamento do investimento

Rubrica	Euros	
	2014	%
Saldo do ano anterior	2 048 078	27,4%
Saldo corrente (receitas correntes-despesas correntes)	1 840 630	24,6%
Receitas de capital	3 582 771	47,9%
Total disponível para investimento ou outras despesas de capital	7 473 493	100,0%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Observando o quadro 6.7, verifica-se que a rede viária mantém-se como a principal rubrica de investimento das freguesias tendo, no entanto, o seu peso diminuído em relação aos 2 anos anteriores, que se situaram nos 33% e 34%. Em relação à habitação, com 15%, é a segunda maior área de investimento, apesar de ter diminuído 10% em relação ao ano anterior. As despesas com material de transporte e mobiliário e equipamento administrativo, apesar de terem um peso reduzido, aumentaram consideravelmente em relação a 2013.

**QUADRO 6.7 - Evolução e estrutura do investimento das freguesias**

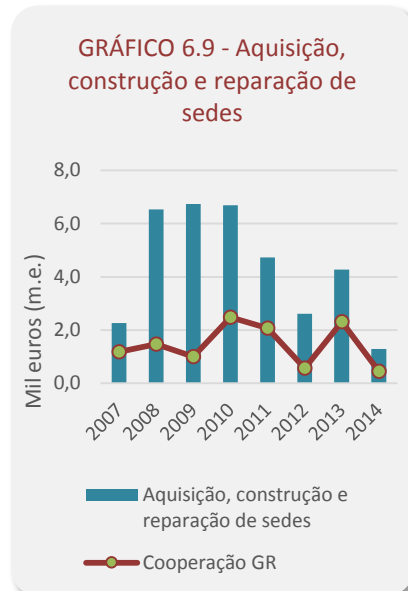
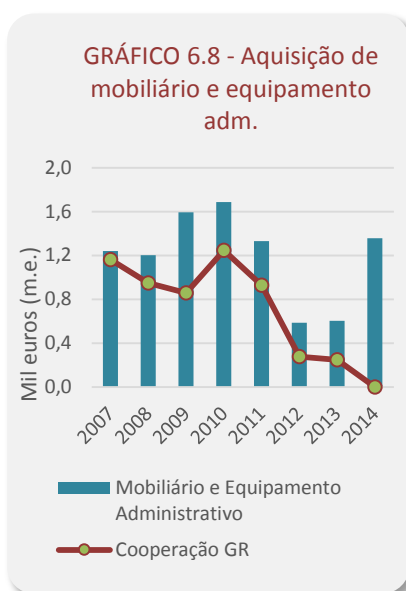
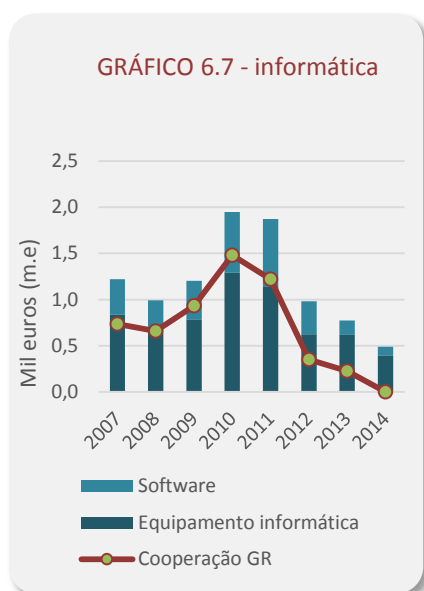
Investimento	2012		2013		$\Delta$ 12-13	2014		Euros $\Delta$ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
Habitação	557 836	10,9%	721 592	13,1%	29,4%	646 690	15,2%	-10,4%
Aquisição, construção e reparação de Sedes	261 183	5,1%	427 423	7,7%	63,6%	129 599	3,0%	-69,7%
Educação e Desporto	188 632	3,7%	397 721	7,2%	110,8%	408 805	9,6%	2,8%
Rede Viária	1 702 358	33,3%	1 853 700	33,6%	8,9%	1 060 558	24,9%	-42,8%
Parques e Jardins	499 372	9,8%	391 836	7,1%	-21,5%	369 983	8,7%	-5,6%
Material de transporte	126 577	2,5%	90 612	1,6%	-28,4%	170 905	4,0%	88,6%
Mobiliário e Equipamento Administrativo	58 475	1,1%	60 397	1,1%	3,3%	135 813	3,2%	124,9%
Equipamento Informático	62 479	1,2%	61 793	1,1%	-1,1%	39 784	0,9%	-35,6%
Software Informático	35 744	0,7%	15 468	0,3%	-56,7%	9 034	0,2%	-41,6%
Outros Investimentos	1 614 101	31,6%	1 502 561	27,2%	-6,9%	1 282 654	30,2%	-14,6%
Total	5 106 756	100,0%	5 523 102	100,0%	8,2%	4 253 825	100,0%	-23,0%

Os 3 gráficos seguintes mostram a evolução das áreas de investimento objeto de cooperação financeira do Governo Regional, nos termos do DLR 32-2002/A, de 08-08. Nas áreas de equipamento administrativo e informática, as taxas de comparticipação não estão limitadas por lei, tal como na conservação de sedes. O mesmo não acontece no caso de aquisição, construção e grandes reparações de sedes, estando aí a comparticipação do Governo limitada a 50% do investimento. Isso explica os valores mais baixos de cooperação no gráfico 6.9. Para além disso, o gráfico não inclui a comparticipação recebida pelos municípios e transferida para as freguesias, por delegação de competências, para execução das obras de grandes reparações nas sedes, nos casos em que existe cooperação do Governo Regional. Nos anos de 2007 a 2011, as freguesias investiram valores mais elevados nas áreas de equipamento e informática, tendo obtido elevadas taxas de comparticipação para o efeito. A redução das despesas de investimento em 2012 e 2013 nesta área acaba por ser natural, tendo em conta a renovação dos equipamentos realizada nos anos anteriores. Em 2014, a cooperação do Governo Regional aparece como nula, mas os pedidos de apoio financeiro, formulados nesse ano pelas freguesias, foram satisfeitos no início de 2015.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Emprego e Competitividade Empresarial  
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Evolução do investimento nas áreas comparticipadas pela Administração Regional



**Transferências concedidas**

Relativamente às transferências e, tal como já foi referido anteriormente, o seu valor aumentou significativamente, em relação ao ano anterior. As rubricas que contribuíram para esse aumento foram as transferências para a Segurança Social e para as Famílias, estando ambas relacionadas com os pagamentos associados aos programas ocupacionais que no ano de 2014 tiveram uma frequência elevada de participação. As transferências para as instituições sem fins lucrativos tiveram um aumento de, apenas, 4,1%, mas continuam a ser a rubrica com maior peso.

**QUADRO 6.8 - Evolução e estrutura das transferências concedidas pelas freguesias**

Transferências	2012		2013		Δ 12-13	2014		Δ 13-14
	valores	%	valores	%		valores	%	
Segurança social	0	0,0%	0	0,0%	-	205 462	19,3%	-
Instituições sem fins lucrativos	581 250	77,4%	567 481	78,2%	-2,4%	590 981	55,4%	4,1%
Famílias	164 571	21,9%	143 685	19,8%	-12,7%	237 792	22,3%	65,5%
Outras	5 207	0,7%	14 403	2,0%	176,6%	31 811	3,0%	120,9%
Total	751 028	100,0%	725 570	100,0%	-3,4%	1 066 046	100,0%	46,9%